



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 35 - Nº 687 - DE 23 DE ABRIL A 6 DE MAIO DE 2023 - R\$ 5,00

**Por um 1º de Maio operário,  
classista e internacionalista!**

**Abaixo o 1º de Maio  
governista e colaboracionista!**

**QUE O 1º DE MAIO LEVANTE O PROGRAMA DE  
REIVINDICAÇÃO PRÓPRIO DOS EXPLORADOS!**

**Estados Unidos e aliados europeus reagem  
aos acordos do Brasil com a China**

**Nenhum apoio aos ataques do imperialismo  
aos pronunciamentos de Lula!**

**SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA, ORGANIZADA,  
INDEPENDENTE E EM LUTA, PODE DERROTAR O  
IMPERIALISMO E PÔR FIM À GUERRA NA UCRÂNIA**



**71 anos da Revolução Boliviana  
de 9 de abril de 1952**

**152 anos da Comuna de Paris**

# Resposta proletária às pressões do imperialismo sobre o Brasil

Não se deve desconsiderar a importância da divisão no seio da burguesia mundial, e, portanto, entre Estados em torno à guerra na Ucrânia. A posição de classe do proletariado e sua tática revolucionária obrigatoriamente levam em consideração as divergências no interior da classe dominante diante de grandes acontecimentos, como as disputas comerciais e as guerras.

O imperialismo chefiado pelos Estados Unidos procura aumentar e fortalecer sua aliança para vencer a guerra. A Rússia, por seu lado, necessita do mais amplo apoio de Estados para não ser derrotada e se afirmar como potência regional na Eurásia. As divergências entre os alinhamentos se expressaram na ONU. Mas é no terreno prático dos alinhamentos que se realiza o movimento pela prolongação ou abreviação da guerra, cujos perigos de ultrapassar as fronteiras da Ucrânia são reconhecidos por todas as forças que se acham envolvidas na maior conflagração depois da Segunda Guerra Mundial.

É nesse marco de contradição e confrontação de forças determinadas por interesses capitalistas que o proletariado tem de se posicionar e agir como a única classe capaz de combater progressivamente a guerra na Ucrânia e a escalada militar. É com o programa, os métodos e a concepção socialista que o proletariado pode se erguer como força revolucionária nas entranhas da confrontação de uma guerra de dominação, como a da Ucrânia.

O fato de o Brasil ter sentado com a China e assinado um substancial acordo econômico-financeiro contrariou sensivelmente os Estados Unidos. A iniciativa do governo Lula foi motivada não pela guerra na Ucrânia, mas sim pela guerra comercial que os Estados Unidos travam com a China. A dependência da economia brasileira diante das importações de commodities pela China cresceu a tal ponto que não há como se alinhar com os Estados Unidos em sua guerra comercial.

O problema está em que não há como desvincular a guerra da Ucrânia com a guerra comercial na Ásia. Um acordo de ampliação da presença de capitais chineses no Brasil fortalece sua expansão na América Latina. Expansão essa que se processa em detrimento da dominação norte-americana no continente latino-americano. Ao mesmo tempo, auxilia na manutenção da relação da China, e, portanto, dos Brics com a Rússia. Eis por que as brutais sanções econômico-financeiras à Rússia, ditadas pelos Estados Unidos e acatadas pelos aliados europeus, não surtiram os efeitos esperados a curto prazo para levar o Estado russo à debacle. Não basta ao bloco imperialista sustentar a guerra na Ucrânia com fornecimento de armas e recursos financeiros, é preciso também isolar a Rússia, sufocá-la economicamente e diminuir sua capacidade militar. Assim, quaisquer que sejam os acordos comerciais e tecnológicos com a China resultam em contraposição à estratégia norte-americana de guerra comercial e de escalada militar.

A reação norte-americana contra o governo brasileiro foi pronta e incisiva. Estar do lado da China significa se alinhar à Rússia. Esse automatismo esquemático expõe a ferocidade da maior potência que tem se defrontado com o declínio de sua hegemonia mundial. É evidente que o governo Lula não tem nenhuma capacidade para levar o Brasil a se emblocar com a China e a Rússia em torno à guerra na Ucrânia. Isso por que a burguesia brasileira, amplamente entrelaçada com a burguesia norte-americana, não permite.

Não por acaso, sob tremendas pressões dos Estados Unidos e de seus aliados europeus, Lula procurou esclarecer seu ponto de vista, de que continua condenando a Rússia por ter invadido a Ucrânia. E que não concordou em enviar armas brasileiras à Ucrânia porque o objetivo do Brasil é o de participar da organização de um grupo de países pela paz.

A presença do chanceler russo, Serguei Lavrov, no Brasil, se justificou pela necessidade do País continuar importando os indispensáveis fertilizantes ao agronegócio. E também por necessidades tecnológicas, que são vedadas ao Brasil pelos norte-americanos.

É importante ainda assinalar a repercussão da visita de Emmanuel Macron, presidente da França, à China. Também causou descontentamento aos Estados Unidos o fato de Macron ter afirmado que “ser um aliado não significa ser um vassalo”. O sentido desse pronunciamento responde aos perigos da guerra comercial do Estado norte-americano contra a China e o intenso movimento de armamento na Ásia. A aliança na guerra da Ucrânia tem sido usada pelos Estados Unidos para avançar em sua estra-

tégia de cerco comercial e militar à China no Indo-Pacífico, tendo o conflito de Taiwan com a China como pivô para a escalada militar.

Macron expôs uma preocupação que não é só da França, mas também de outros países da União Europeia, que pressentem o perigo de serem arrastados a um choque dos Estados Unidos com a China, cujas consequências mundiais seriam mais catastróficas que as já causadas pela guerra na Ucrânia. Não estão totalmente de acordo em levar a OTAN a intervir no Indo-Pacífico. Os Estados Unidos necessitam manter coesa sua aliança contra a Rússia, e, ao mesmo tempo, sentem a dificuldade de estendê-la para a Ásia.

Foi um grande feito o ingresso da Finlândia na OTAN, e já está a caminho o mesmo processo de inclusão da Suécia. A Rússia não tem como responder a esse cerco com a ampliação da guerra da Ucrânia em um enfrentamento com a Finlândia, que passa a ter a guarda direta do imperialismo. Os Estados Unidos e aliados estão preparando uma contraofensiva das Forças Armadas ucranianas, que estão sendo treinadas a operar os poderosos tanques de guerra, que já estão sendo entregues a Zelensky. Em certo sentido, as pressões do ocidente sobre a China recaem na proibição de fornecimento de armas à Rússia.

O vazamento de inúmeros documentos secretos das agências de segurança e militar norte-americanas parece mais proposital do que uma simples manipulação por um de seus agentes já identificado e preso. O mais importante das informações se volta contra a China. Acontecimento como esse reflete o agravamento da crise mundial e suas tendências caóticas. Eis por que cresce o vulto dos perigos das armas nucleares. A propaganda das potências de que o rearmamento da Europa e do Japão vem ao encontro da necessidade de manter a segurança e a estabilidade mundial se choca com a realidade.

A escalada militar assumida pela Alemanha na Europa e pelo Japão na Ásia é consequência do esgotamento da ordem mundial estabelecida após a Segunda Guerra. Esgotou-se um período de relativo equilíbrio para dar lugar a um de pronunciado desequilíbrio. Essa mudança, que implica um rearmamento daqueles que foram derrotados na Segunda Guerra e uma escalada generalizada do militarismo, corresponde ao choque entre as forças produtivas altamente desenvolvidas com as relações capitalistas de produção, que precipita o confronto entre Estados nacionais.

A profunda crise de direção revolucionária tem impossibilitado à vanguarda da classe operária compreender as contradições que afloram nas condições em que, de um lado, o capitalismo se desintegra e a classe operária, de outro, se ergue como força social em luta por suas reivindicações, sem que, porém, possa encarnar o seu programa próprio, com sua estratégia de poder e com seus métodos revolucionários. Esse é o grande problema da situação mundial.

As massas continuam sujeitas às divisões interburguesas e às movimentações de suas frações em conflito. Ao mesmo tempo, a classe operária e a maioria oprimida vêm protagonizando lutas em toda a parte, umas mais avançadas e outras ainda moleculares. Destaca-se, no momento, o levante operário e popular na França, cuja resistência à ditadura de Macron expõe abertamente os antagonismos de classe.

Os movimentos que explodiram, que acabaram sendo controlados ou esmagados pela repressão, como mostram os casos mais recentes do Chile e do Peru, por sua vez, indicam que as massas acumulam experiências. Ainda não se atentaram para a guerra na Ucrânia, embora venham arcando com suas consequências econômicas e sociais. É questão de tempo para que esse movimento de resistência acabe confluindo com a necessidade de responder à guerra e à escalada militar.

É nessas condições que a crise de direção tem de ser enfrentada pela vanguarda com consciência de classe. É parte fundamental dessa tarefa construir os partidos marxista-leninista-trotskistas, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Esse percurso obrigatoriamente exige a defesa dos princípios e dos fundamentos marxistas diante da guerra de dominação, que se desenvolve na Ucrânia e que sintomaticamente reflete o esgotamento do capitalismo, bem como o retrocesso histórico provocado pela contrarrevolução estalinista que levou à desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e projetou o processo de restauração capitalista.

Da guerra na Ucrânia, emergem o programa e a política internacionalista da classe operária como condição histórica para combater o imperialismo e retomar os elos das revoluções proletárias.

## Visita de Lula à China

Não havia como o Brasil assinar acordos comerciais, de investimentos e de desenvolvimento tecnológico com o Estado chinês sem que se chocasse com os interesses dos Estados Unidos e sua guerra comercial com a China. Também não poderia ser um encontro à margem da guerra na Ucrânia e das pressões do imperialismo para que se condene a Rússia não somente em palavras, mas também em ações. Embora as informações e as discussões em torno à ida de Lula ao encontro de Xi Jinping tivessem em certa medida separado a questão dos acordos comerciais e tecnológicos do pronunciamento sobre a guerra na Ucrânia, a interdependência não teve como ficar completamente oculta.

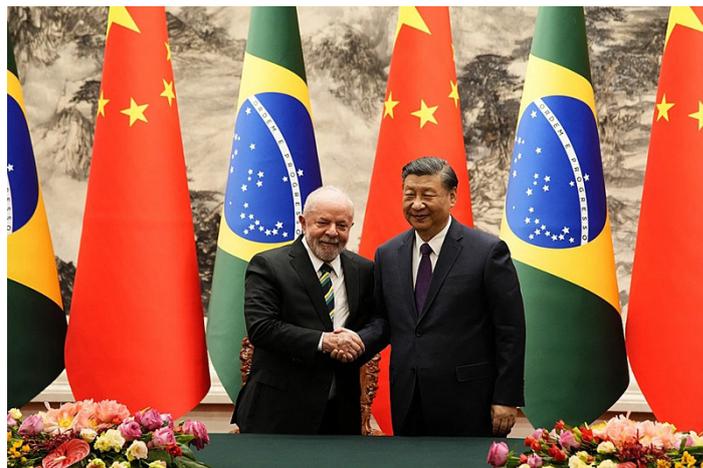
O descontentamento dos Estados Unidos com a disposição de Lula em ampliar as relações econômico, comerciais e políticas com a China está na razão direta da exigência norte-americana de que o Brasil se alinhe ao bloco imperialista para fortalecer o armamento de Zelensky e enfraquecer as posições militares de Putin. Não por acaso, a “visita” do chanceler Olaf Scholz, da Alemanha, no final de janeiro, objetivou cobrar a participação do Brasil com o envio de munições a Zelenky, uma vez que se trata de artefatos militares facultados pelos alemães para sua fabricação no Brasil. A negativa de Lula teve uma justificativa clara: enviar armas seria colocar, na prática, o Brasil na guerra.

A concessão da diplomacia brasileira foi a de votar na ONU a proposição norte-americana de condenação da Rússia como a única responsável pela guerra e o bloco da OTAN como defensor legítimo dos valores democráticos e, portanto, da soberania da Ucrânia. Agora, Lula deu um conteúdo que contrariou frontalmente os Estados Unidos e o bloco europeu, ao responsabilizar tanto a Rússia quanto a Ucrânia pela guerra. E, para agravar a ira do imperialismo, Lula disse uma verdade que está à luz do dia: os Estados Unidos e a União Europeia nada fazem pela paz e prolongam a guerra.

Entre capitular ideologicamente ao votar na ONU a responsabilização da Rússia e a inocência da Ucrânia, e, portanto, do bloco imperialista e tomar parte da guerra aliando-se aos Estados Unidos há uma distância, que foi atacada pelos defensores do alinhamento pró-Occidente. Da mesma forma, a versão dada por Lula em sua visita à China não significa que tenha se alinhado à Rússia. O problema fundamental se encontra na guerra comercial travada pelos Estados Unidos contra o avanço mundial da China.

Lula esteve com Biden antes de ir ao encontro da China. Não passou de uma visita protocolar. Os Estados Unidos não tinham nada a oferecer de positivo ao Brasil. Xi Jinping, ao contrário, aguardava a presença de Lula para tratar de acordos comerciais, financeiros, tecnológicos e de estreitamento diplomático. A burguesia brasileira, ainda que não fosse como um todo, já havia condenado as atitudes negativas do ex-presidente Bolsonaro em relação à China, seguindo a política de guerra comercial do governo Donald Trump. O motivo está em que a economia brasileira passou a ter uma grande dependência das importações chinesas de commodities.

A emersão da China como potência econômica mundial, portanto, inserida profundamente nas relações capitalistas em todas as latitudes, inclusive com os Estados Unidos, alcançou na última década a América do Sul e se ampliou. Em particular, fortaleceu os seus laços com o Brasil e Argentina, dois países semicoloniais mais desenvolvidos que os demais, mas que não puderam sustentar a industrialização alcançada e que não tiveram alternativa a não ser manterem-se como exportadores de produtos agrários e minerais. Fala-se em “desindustrialização” e “reprimarização” das economias brasileira e argentina.



Os Estados Unidos e a União Europeia são duros concorrentes no mercado de commodities agroindustriais. A China não poderia ascender à economia mundial sem se tornar uma grande importadora de matérias-primas e produtos oferecidos pelo agronegócio. Assim, abriu caminho para a agricultura e a extração mineral nos países que tinham e têm potencialidade para atender aos interesses da economia chinesa. O que não poderia ocorrer sem se chocar com os Estados Unidos, principalmente.

Os números falam alto. A balança comercial do Brasil alcançou um superávit com as exportações para a China que tem permitido à agroindústria e ao agronegócio lucrarem altíssimo e se tornarem a principal força econômica do país, rebaixando relativamente o lugar da indústria. Consideradas as duas últimas décadas, na primeira a China importou produtos no valor de US\$ 44,5 bilhões; na segunda, US\$ 302 bilhões. Como se vê, trata-se de um salto considerável. Em grande medida, a cultura da soja – uma das principais commodities – depende do consumo chinês. E vem crescendo essa dinâmica na agropecuária e na granja. Evidentemente, o enorme ascenso econômico no campo favorece o crescimento do setor agroindustrial. Se não fosse a dianteira tomada pelo agronegócio e a agroindústria, a tendência à estagnação da economia nacional, que a castiga há várias décadas, teria mantido as forças produtivas interna em condições de regressão muito mais profunda, agravando ainda mais as duras condições sociais de pobreza, miséria e fome que atingem a maioria oprimida.

A China, porém, não é apenas uma grande importadora, mas também uma poderosa exportadora de manufatura e de capital. Atinge os Estados Unidos o fato de os chineses terem aumentado sua abrangência abarcando 147 países, nos quais investiu nada mais nada menos que US\$ 1 trilhão. No ano passado, segundo informe do Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB da China correspondeu a cerca de 19% do PIB mundial, e o dos Estados Unidos, aproximadamente 15,5%. O Brasil participou com 2,3%. Está aí por que foi uma insensatez de Bolsonaro atacar a China em alinhamento à guerra comercial de Trump; e uma necessidade absoluta do governo Lula montar uma caravana de influentes empresários para amparar as negociações de acordos econômico-financeiros, principalmente do agronegócio.

Evidentemente, não houve coincidência dos capitalistas brasileiros quanto ao pronunciamento de Lula sobre a guerra na Ucrânia. Pronunciamento que não se refletiu no comunicado diplomático entre Brasil e China. Todos sabem que a “neutralidade” do Brasil diante da guerra da Ucrânia serve apenas ao campo de manobra, que a polarização chefiada pelos Estados Unidos ainda está

permitindo. Não há dúvida de que a burguesia brasileira padece de uma dependência histórica do imperialismo norte-americano em primeiro lugar, e do europeu, em segundo. Enquanto a aliança montada por Biden permanecer ativa, o Brasil se verá pressionado a unir sua votação na ONU de condenação da Rússia ao alinhamento prático.

A burguesia quase unanimemente se manteve acomodada às vantagens que os acordos econômico-financeiros possibilitam, mas seus porta-vozes foram claros em condenar a posição dúbia do governo Lula quanto à guerra na Ucrânia, chegando a denunciar seu alinhamento mais próximo à Rússia e China do que aos Estados Unidos.

A declaração favorável à China na questão de Taiwan foi rechaçada em seu tom, considerando-se que não havia necessidade de tal pronunciamento, já que o Brasil está entre a imensa maioria dos países que reconhece o princípio “uma China, dois sistemas”.

A discussão sobre a adoção de uma moeda que não seja o dólar para as transações comerciais - no caso a moeda chinesa - foi considerada de difícil estabelecimento prático, diante da bem implantada ditadura do Banco Central norte-americano e do sistema Swif. Mas, repercutiu como denúncia e rejeição às sanções impostas desde os Estados Unidos aos países e governantes que seguiram suas determinações imperialistas.

Nesse mesmo sentido, repercutiu a visita de Lula à portentosa fábrica de materiais de telefonia, a Huawei, banida dos Estados Unidos, da Inglaterra etc., evidentemente como resultado da guerra comercial, que reflete o esgotamento do mercado mundial e do choque entre as forças produtivas e os Estados Nacionais. O que indica a possibilidade de Lula destravar a sua inserção no Brasil, nos marcos da disputa pelo mercado do sistema 5G.

Há que rechaçar todos os ataques dos Estados Unidos, aliados e serviços aos acordos e posições tomadas pelo Brasil junto à China. Não pode haver dúvida, por outro lado, que Lula não se colocou, de fato, por uma aliança com a China contra os Estados Unidos. O palavrado de “multilateralismo” não vai longe. Serve à política da China, que se vê premiada pelos Estados Unidos e que como resposta internacional se vale dos Brics, para defender relações de “coexistência pacífica”, nas condições de crise estrutural, de putrefação do capitalismo e desintegração da ordem mundial montada sob a hegemonia dos Estados Unidos após a Segunda Guerra.

## Ofensiva de Biden, Lula se justifica

Diante das pressões dos Estados Unidos e da União Europeia contra as declarações de Lula de que a aliança ocidental não ajuda a procurar um caminho para a paz e, assim, prolonga a guerra, o presidente procurou responder confirmando o voto do Brasil na resolução da ONU, que condenou a Rússia pela guerra na Ucrânia. No encontro com o presidente da Romênia, Klaus Iohannis, Lula explicou: “Ao mesmo tempo que meu governo condena a violação da integridade territorial da Ucrânia, defendemos uma solução política negociada para o conflito”.

Anteriormente, Lula havia considerado a possibilidade de a Ucrânia ceder a Crimeia em um acordo de paz. O Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, John Kirby, rechaçou com todas as letras: “Os comentários mais recentes de que a Ucrânia deveria considerar ceder formalmente a Crimeia como concessão pela paz são equivocados, especialmente para um país como o Brasil, que votou para defender princípios de soberania e integridade territorial na Assembleia Geral.”

O presidente da Romênia aproveitou o encontro com Lula para ser ainda mais ofensivo. Eis: “A mensagem da Romênia é clara e fácil de ser compreendida por nossos parceiros por mais que Mos-

Lula precisa que os acordos econômicos e financeiros com a China funcionem para evitar uma retração na economia brasileira que inviabilize o seu governo. Os Estados Unidos somente têm oferecido ao país seus interesses de potência saqueadora.

Os petistas sabem perfeitamente que o seu governo terá de descarregar a crise do capitalismo sobre os explorados. A dimensão do ataque à vida das massas está por se saber. A marcha da guerra comercial, o prolongamento da guerra na Ucrânia e a escalada militar tendem a colocar frente a frente os Estados Unidos e a China em um confronto cada vez mais perigoso para o conjunto dos países. O Brasil, na condição de país semicolonial, ainda que mais desenvolvido do ponto de vista capitalista que a imensa maioria dos demais países oprimidos pelas potências e submetidos à hegemonia norte-americana, navega nesse mar revolto, sem que sua burguesia e seu Estado possam apresentar uma posição de independência nacional.

Dependerá da organização e da luta da classe operária por seu programa e estratégia revolucionários próprios, como direção da maioria oprimida, para enfrentar o imperialismo em todas as suas dimensões, mas em particular enfrentar a máquina de guerra dos Estados Unidos e seu braço armado mundial, que é a OTAN.

É fundamental desfazer a confusão de que Lula está no campo da luta anti-imperialista ou antiamericana, aliando-se à China, e, assim, à Rússia. Essa não é a posição da burguesia brasileira, que, em última instância, comanda o Estado e define o caráter geral da governabilidade. Lula não tem como dar um só passo que contrarie os interesses gerais da burguesia e que confronte o imperialismo, ou seja, a hegemonia imperialista dos Estados Unidos sobre a América Latina.

O atraso organizativo, político e ideológico tem impossibilitado que o proletariado no Brasil impulsione a luta contra a opressão das potências e edifique uma frente única anti-imperialista. Mas, esse é o caminho a ser percorrido em resposta à decomposição do capitalismo, e à necessidade de a classe operária encarnar o seu programa de expropriação revolucionária do grande capital, por meio de um governo operário e camponês, da ditadura do proletariado. Está posta a dura luta pela conquista da independência política das organizações dos explorados e pela construção do partido marxista-leninista-trotskista, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

cou tente justificar suas ações, a Rússia é um Estado agressor, que violou a força a soberania territorial da Ucrânia e tentou anular sua independência. A comunidade internacional tem o dever de apoiar a Ucrânia para repelir a agressão e vencer esta guerra para libertar o país.”

A observação de Lula de que os Estados Unidos e aliados estão pelo prolongamento da guerra foi inteiramente confirmada por John Kirby e Klaus Iohannis, como se pode constatar nas duas declarações. Repetiram o ultimato de Biden de que para haver a paz a Rússia deve se retirar da Ucrânia. Ou seja, tem de capitular.

O imperialismo se veste de defensor da soberania e da integridade territorial da Ucrânia, em nome do princípio que consta na Carta da ONU, concebido quando armava o cerco da OTAN à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na “Guerra Fria” e, em seguida, após a sua desintegração, avançando o cerco à Rússia. É bem conhecido historicamente que o imperialismo usa de princípios democráticos para impor a ditadura do capital financeiro e dos monopólios, amparados pelas armas e garantidos pelas guerras, sem as quais não têm como manter o saque das nações oprimidas que formam a maioria mundial.

O marxismo mostrou desde a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais que a burguesia imperialista não age por valores como democracia, liberdade, soberania dos povos, mas sim para impor a sua dominação mundial, e, para isso, se esconde por detrás de qualquer princípio que lhe seja útil. A intervenção militar norte-americana no Iraque exemplifica perfeitamente essa afirmação. E tem sido lembrada por alguns defensores da poderosa aliança militar que sustenta a guerra na Ucrânia e que tem transformado o povo ucraniano em bucha de canhão. Mas, para dizerem que, agora, a situação é distinta, e que a violação da soberania do Iraque dependeu do governo Bush e não dos Estados Unidos como se não fosse uma potência opressora. Assim, para esses serviços do imperialismo, o governo Biden não seria o mesmo que o de Bush, porque respeita o ordenamento estabelecido pela ONU. Biden estaria portanto cumprindo uma missão libertadora da Ucrânia e de defesa da soberania de todos os povos.

A Biden, Scholz, Macron e aos demais aliados, é útil provocar a guerra, apetrechar as Forças Armadas ucranianas comandadas pela oligarquia burguesa e promover a maior escalada militar desde a Segunda Guerra e a Guerra da Coreia, objetivando colocar sob seu domínio uma Ucrânia subjugada, avançar no controle da região antes organizada pela URSS e pôr de joelhos a Rússia.

A Romênia, ex-república popular vinculada a ex-URSS, se tornou uma república vassala. Seu presidente vem ao Brasil para dizer que os ucranianos e a aliança da OTAN travam uma guerra “para libertar o país”, e exigir de Lula um compromisso pela derrota da Rússia, que, na realidade, será uma vitória do imperialismo e não da Ucrânia em justa defesa de sua autodeterminação e integralidade territorial. Evidentemente, não se desenvolve uma guerra de libertação da Ucrânia, mas claramente de dominação que se gestou e se precipitou com o cerco crescente da OTAN à Rússia, que, como potência regional, que se conservou nas condições de liquidação da URSS e de restauração capitalista, procura, em desespero de vida ou morte, conservar sua área de influência estratégica.

Se o governo Lula fosse minimamente consequente não poderia aceitar a presença de nenhum representante da aliança imperialista que viesse ao país para questionar as suas posições tomadas em visita à China. É preciso ter claro, no entanto, que o fundamental não está no palavrado de Lula em torno à continuidade da guerra ou da paz, mas sim no fato de ter ido ao encontro da China para defender os interesses da burguesia brasileira, que como tal não têm como deixar de refletir a guerra comercial que os Estados Unidos vêm galgando em particular contra a China.

Também, Lula recebeu o chanceler da Rússia, Serguei Lavrov, sob protesto das autoridades norte-americanas. Já não havia muito o que dizer sobre a guerra da Ucrânia. Causou estranheza na imprensa, em especial, a declaração de Lavrov de que “Brasil e a Rússia partilham da mesma visão sobre o conflito”. Foi apenas uma frase diplomática, certamente. Mas, bastou para os porta-vozes do imperialismo acusarem o governo Lula de servir à propaganda russa. É completamente falsa a conclusão de que ao receber Lavrov se estaria na posição de “convivência com a Rússia”. De concreto, quanto à “mesma visão sob o conflito”, se tem a não aceitação do Brasil às sanções econômicas impostas unilateralmente

pelos Estados Unidos, e a negativa de entregar materiais bélicos à Alemanha para que essa os repasse à Ucrânia.

O correto é que o Brasil não se alinhou ao movimento dos Estados Unidos de isolar a Rússia. Os Brics, do qual faz parte o Brasil, ao lado da China, Índia etc., não aceitaram as sanções que afogariam econômica e financeiramente a Rússia, caso fossem acatadas por todos os países que têm peso na economia mundial. Não há como desconhecer que as guerras de dominação da época imperialista do capitalismo são gestadas nas entranhas da guerra comercial.

A Rússia faz parte dos Brics e tem muita importância para a sobrevivência desse alinhamento que se formou à margem do G7 e G20. Essa relação tem sido favorável ao Brasil nas transações de commodities. A Rússia é um grande fornecedor de fertilizantes. E passou a concorrer com os norte-americanos na venda do diesel. A disputa mundial pelo controle, produção e distribuição de energia veio à tona como um vulcão nas condições de guerra na Ucrânia.

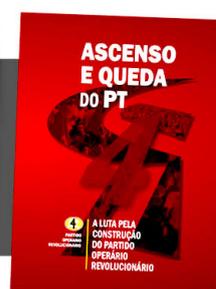
Em particular, porém, a presença de Lavrov atendeu ao objetivo do Brasil de retomar o desenvolvimento da energia nuclear. Os militares brasileiros têm interesse em obter préstimos da Rússia para ir adiante com a construção do submarino a propulsão nuclear, que tem sido obstaculizado pelos Estados Unidos, que, como senhores do mundo, controlam também a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O cerco norte-americano à tecnologia e aos materiais mais avançados está na ordem do dia.

No marco da guerra na Ucrânia, reanima-se o movimento de países não alinhados, ou não totalmente alinhados, com os Estados Unidos no sentido de fazer frente às duras consequências do recrudescimento protecionista das potências e da guerra comercial no funcionamento da economia mundial. A maior preocupação dos Estados Unidos não está nas declarações que criticam a conduta da aliança ocidental diante da guerra na Ucrânia, mas sim na insubordinação quanto às suas medidas protecionistas e de guerra comercial.

A Rússia e a China, que romperam dois elos da cadeia de dominação imperialista com as revoluções proletárias, de 1917 e 1949, respectivamente, seriam sufocadas, perdendo o controle do processo de restauração capitalista, tanto pelo cerco econômico e militar, se não fossem as contradições que se movem nas entranhas do capitalismo em decomposição. Somente os reacionários e lacaios da burguesia e a esquerda estúpida pequeno-burguesa poderiam contestar a vinda de Lavrov ao Brasil.

Não há dúvida de que a luta pela derrota do imperialismo, pelo fim da guerra e pela integridade territorial e conquista da autodeterminação da Ucrânia depende da organização do proletariado e do combate da maioria oprimida às frações nacionais e à burguesia mundial. A existência de um polo contrário no interior da burguesia mundial ao prolongamento da guerra e a não aceitação da farsa de que as potências ocidentais são libertadoras da Ucrânia é favorável à luta do proletariado no sentido de percorrer um caminho próprio, independente das forças burguesas em choque. É nessas condições que a vanguarda com consciência de classe ajudará os explorados a abrirem os olhos para o sentido mais profundo da guerra na Ucrânia e impulsionarem a tarefa ir resolvendo em pleno combate a crise de direção.

ADQUIRA

COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR  
DE MASSAS

## 27 anos da chacina de Eldorado dos Carajás

*Latifundiários e capitalistas do agronegócio estão prontos para novos ataques ao movimento camponês*



Foram muitos os assassinatos de lideranças camponesas pobres, mas duas chacinas mais recentes marcaram a história de violência reacionária sobre os camponeses sem-terra: a chacina de Corumbiara, em agosto de 1995, resultando a morte de 10 camponeses que ocupavam a fazenda Santa Elina, no estado de Rondônia, número questionado pelo movimento; e a chacina de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, no estado do Pará, onde 19 sem-terra foram assassinados. Esses crimes de classe da burguesia continuam impunes. Basta ver que, dos 155 militares que praticavam a ação, somente dois coronéis foram julgados depois de 16 anos da chacina, Mário Pantoja e José Maria Pereira Oliveira.

A chacina de Eldorado causou indignação por parte dos movimentos sindicais e políticos, que exigiram julgamento e punição aos responsáveis pela matança. Mas, se mostraram incapazes de estabelecer uma unidade operária e camponesa para julgar e condenar os assassinos. Ficaram apenas se lamentando na barra da Justiça burguesa.

Depois de 27 anos, o MST mantém a tradição de promover o “Abril Vermelho” com atos, marchas e ocupações. Neste ano, o MST iniciou o “Abril Vermelho” no dia 17 e encerra em 20 de abril.

Essas ações extremamente pontuais provocaram reação dos latifundiários e do agronegócio, que procuram vinculá-las ao governo Lula. A campanha contra a presença de João Pedro Stédile na comitiva de Lula e empresários à China foi amplamente explorada pela grande imprensa. No Congresso Nacional, os parlamentares vinculados a bancada dos ruralistas se movimentam para abrir uma CPI contra o MST. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) moveu uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para proibir ocupações de terra. Em particular, esse ataque da CNA visa a atingir o “Abril Vermelho”. Eis por que o pedido de liminar ao STF foi feito logo após o MST ter anunciado mais uma jornada de protestos e ocupações para lembrar e condenar o massacre de Eldorado dos Carajás. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) teve o desplante de pedir a prisão de Stédile.

A CNA chegou ao ponto de exigir que “seja determinada a expedição de ofício às empresas Telegram, WhatsApp, Twitter e YouTube, Instagram e Tik-Tok para que procedam à suspensão dos canais, perfis e contas desses grupos e de seus dirigente ou líderes, de forma a evitar que manifestações de incitação à prática de crime de invasão de terras seja divulgadas”.

A CNA também solicitou à Polícia Federal (PF) que informe o STF sobre ‘ações criminosas’, “que estão em desenvolvimento ou sendo planejadas pelos sem-terra e ofereça a localização dos

acampamentos”. Assim, as polícias civil e militar poderiam prender imediatamente os manifestantes que realizassem a ocupação de terra. Não contente, a CNA exigiu que os “governadores e secretários de Segurança Pública que identifiquem e processem os financiadores de atos de invasão”. Esse ultimato foi entregue a Kassio Nunes Marques, um membro do Judiciário indicado por Bolsonaro. Está claro que a ultradireita fascizante se abriga na fração burguesa do agronegócio, dos latifundiários e dos grileiros. A menção a quem financia o movimento de ocupação refere-se ao processo que se desenvolve na Justiça contra os empresários financiadores da tentativa de golpe de 8 de janeiro.

Essa ofensiva contra o MST deve ser respondida por um movimento unitário dos trabalhadores da cidade e do campo. Os sindicatos operários têm o dever de exigir que as centrais sindicais tomem para si a jornada do “Abril Vermelho”, levantando a bandeira de expropriação dos latifúndios e dos capitalistas do agronegócio, de entrega das terras aos camponeses e de organização de comitês agrários de autodefesa.

Essa luta se coloca de acordo com a dura realidade dos camponeses pobres e miseráveis, que continuam sendo expulsos do campo e vítimas da violência dos latifundiários, madeireiros, mineradores etc.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), em seu relatório de 2022, registrou 2.018 casos de conflitos no campo, um aumento em relação ao ano anterior, que contabilizou 1.828. Sendo que dos 47 assassinatos no campo, 34 ocorreram na Amazônia Legal.

O crescimento da violência no campo e a impunidade dos governantes mostram que a burguesia não tem outra via para enfrentar as ocupações de terra a não ser pelas armas. Criminalizam o MST, embora o movimento sem-terra tenha arrefecido as ocupações desde os governos do PT, chegando nos governos de Temer e Bolsonaro a uma queda profunda. Mas a crise social é brutal, o que empurra os sem-terra a promover ocupações, algumas simbólicas para chamar a atenção à reivindicação de “reforma agrária”, como ocorreu recentemente na fazenda de celulose na Bahia.

Não há como combater a violência no campo a não ser pela aliança operária e camponesa. É com essa aliança de classe oprimida que os sem-terra enfrentarão as chacinas, os despejos, os assassinatos de lideranças e a violência reacionária dos latifundiários, mineradores, madeireiros e do setor do agronegócio. O que exige constituir os comitês de autodefesa e o Tribunal Popular.

O programa do proletariado para o campo está dirigido a impulsionar a luta de classes. A experiência tem demonstrado que os movimentos camponeses isolados e adaptados às soluções estatais e governamentais não conseguem impor a pretendida “reforma agrária”. O refluxo ocorrido sob os governos ditatoriais de Temer e Bolsonaro evidenciou a incapacidade das direções, como a do MST, de desenvolver uma luta independente da política burguesa.

Agora, com a volta de Lula à presidência ameaça um ressurgimento, que se defrontou imediatamente com a reação antirreforma agrária muito bem implantada e pronta para se valer do Estado contra qualquer ocupação de terra. Esse percurso mostra que os camponeses somente reunirão forças para derrotar os latifundiários e os capitalistas do agronegócio se se colocarem pela aliança operária e camponesa. Não à ofensiva repressiva da CNA, da FPA e de toda reação do Estado burguês! Pela organização independente do movimento camponês diante de todas as formas de política burguesa! Pela aliança operária e camponesa! Pela constituição de comitês agrários de autodefesa! Por um Tribunal Popular para julgar e punir os responsáveis pelos assassinatos no campo!

# Como combater a barbárie social que avança

O crescimento do número de pessoas na condição de moradores de rua é um problema nacional. Mas, o estado de São Paulo se destaca. Segundo informações de um estudo realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 25% dos moradores de rua se encontram no estado mais desenvolvido e rico do País. Em número absoluto, são 52 mil. No Brasil, totalizam 206 mil. Destes, 62% se encontram no Sudeste. Segundo a pesquisa, é preciso considerar uma subnotificação na casa de 35%.

A permanência de trabalhadores, jovens, velhos e famílias destituídos de moradia e que não podendo pagar aluguel são empurrados para as calçadas e tendas, na cidade de São Paulo, retrata a incapacidade do Estado e da burguesia solucionar um problema tão expressivo da barbárie social do capitalismo em decomposição. Em 2018, perfaziam 38,8 mil; 2019, 44,7 mil; 2020, 48,1 mil; 2021, 37,2 mil. Não se tem os anos seguintes, mas não se deve supor que o número menor 2021 (37,2 mil) indique uma tendência à queda. Há que se considerar que o tempo de vida dos moradores de rua é relativamente pequeno. Um outro dado que não causa nenhuma surpresa é que de negros, perfazendo mais de 70%. O fato de prevalecer o sexo masculino (mais de 80%) não é nenhuma vantagem. O que se deve assinalar é a presença de cerca de 20% de mulheres em situação de rua. Tudo indica que cresce à medida que avança o número dos sem-nada.

O capitalismo está potenciando um lumpesinato que é antigo na história social do Brasil, mas cujas características mais claramente se definem. Tornou-se corriqueiro encontrar famílias inteiras jogadas nas ruas, nas vielas, nos vãos de viadutos etc. E que são escorraçados dos melhores lugares, como debaixo de viadutos, que vêm sendo cercados. A “Cracolândia”, na cidade de São Paulo, é o cartão de visita à barbárie, às chagas mais abertas e purulentas da sociedade capitalista. O cerco da Praça Princesa Isabel e agora da Praça da Sé dão a dimensão do fracasso da burguesia e de seu Estado em encontrar uma solução. O assistencialismo tão somente funciona como uma forma de manter vivos seres que foram subhumanizados. Explosões como as que saquearam casas de comércio no centro de São Paulo emergem das profundezas da miséria, da fome e do desespero.

A situação do Rio de Janeiro é similar. Segundo a prefeitura, em novembro de 2022, portanto recentemente, 7.865 padeciam da ausência de um lar, sendo que 6.253 moravam nas ruas e 1.612 em abrigos, para onde são recolhidos. Apurou-se um aumento de 8,3%. O que provavelmente deve ocorrer em São Paulo e outras capitais. Segundo o secretário de municipal de Assistência Social, Adil-

son Pires, do PT, o país passa por uma “situação muito ruim”. Diz: “Assistimos às cenas da Cracolândia em São Paulo, que também vivemos aqui no Rio de Janeiro na Avenida Brasil com 400 pessoas correndo de um lado para outro, com a polícia fazendo uma ação truculenta.” E reconhece: “Ainda há Cracolândia, mas não temos mais aquela situação.” E conclui: “Precisamos ter um patamar civilizatório para tratar dessa questão no país.” Certamente, o petista estava se referindo ao governo do PT, que poderia assumir essa nobre tarefa. O “marco civilizatório” pretendido é o máximo da abstração que se pode atingir.

**A “Cracolândia”, na cidade de São Paulo, é o cartão de visita à barbárie, às chagas mais abertas e purulentas da sociedade capitalista. O cerco da Praça Princesa Isabel e agora da Praça da Sé dão a dimensão do fracasso da burguesia e de seu Estado em encontrar uma solução.**

O papel civilizatório do capitalismo há muito foi cumprido, quando superou as sociedades de classes anterior, escravista e feudal. O capitalismo da fase imperialista é o da barbárie “civilizada”. O seu sistema civilizatório se elevou ao ápice do desenvolvimento da produção, da técnica e da ciência, ao mesmo tempo que ao ápice da contradição das forças produtivas altamente potentes com a grande propriedade dos meios de produção, bem como com os Estados nacionais. Alcançou o ápice da extraordinária concentração de riqueza em posse da minoria capitalista e expansão da pobreza e miséria que acometem a maioria oprimida. E alcançou o ápice da submissão e do saque da maioria dos países de baixo desenvolvimento por um punhado de potências. Mesmo um país mais desenvolvido industrialmente e com amplos recursos naturais como Brasil, a miséria e a fome nunca puderam ser debeladas, devido ao seu caráter estrutural. Esperar do Estado burguês e de um governo que se arvora de reformista qualquer passo “civilizatório”, para tirar das ruas milhares de sem-nada, é semear a ilusão e desviar os explorados do caminho a ser tomado.

**Esperar do Estado burguês e de um governo que se arvora de reformista qualquer passo “civilizatório”, para tirar das ruas milhares de sem-nada, é semear a ilusão e desviar os explorados do caminho a ser tomado.**

A classe operária tem seu programa próprio de enfrentamento, não apenas aos sintomas de desintegração do capitalismo, mas também às suas causas econômicas, políticas e históricas. Tem sua força própria, que é a da luta de classes contra o poder e a dominação da burguesia. Tem seus métodos e táticas próprios para lutar pelas reivindicações, de empregos, salários, direitos, terra aos camponeses etc., pela expropriação do grande capital, pela conquista do poder do Estado e pela constituição de um governo operário e camponês.

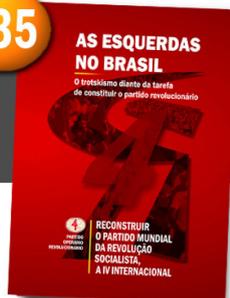
Adquira com o distribuidor:

R\$35

**AS ESQUERDAS NO BRASIL**

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$35

**SOCIALISMO OU BARBARIE**

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.





EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

**MASSAS****Órgão do Partido Operário Revolucionário**  
**Membro do Comitê de Enlace**  
**pela Reconstrução**  
**da IV Internacional**[www.pormassas.org](http://www.pormassas.org) -- [fb.com/massas.por](https://fb.com/massas.por)

## Sobre o dia 1º de Maio

### Carta aos trabalhadores e à juventude oprimida

12 de abril de 2023

O 1º de Maio - Dia Internacional dos Trabalhadores - ocorrerá em uma situação política distinta da que ocorreu no ano passado, quando ainda governava o ultradireitista Bolsonaro. Ocorrerá nas condições de agravamento da crise mundial, marcada pela guerra na Ucrânia, pela guerra comercial e pela escalada militar impulsionada pelos Estados Unidos e seu bloco imperialista. Ocorrerá em meio ao avanço do desemprego, das contrarreformas capitalistas e da proliferação da miséria e fome de milhões e milhões de trabalhadores no mundo todo. O 1º de Maio deve responder à projeção da barbárie social. Para isso, tem de ser operário, classista e internacionalista.

Lula, PT e aliados voltaram ao poder do Estado, com a promessa de realizar mudanças, que sirvam para diminuir as “desigualdades sociais” e resolver o problema da miséria e fome. Diminuir as desigualdades significa desconcentrar riquezas: os milionários teriam uma redução em suas posses; os pobres ficariam menos pobres, e os miseráveis, menos miseráveis. Acabar com a fome exige garantir empregos e salários a todos, que lhes permitam ter alimentos necessários, moradia, saúde e educação. Essas são as condições básicas de existência dos trabalhadores e de suas famílias.

Se se alcançassem essas condições, a juventude oprimida, em particular, seria incorporada à produção social e à escola. As ruas deixariam de ser o último refúgio de milhares de miseráveis. Seria infinitamente mais fácil combater as drogas e o narcotráfico. Os assassinatos diminuiriam sensivelmente. A polícia poderia agir de forma bem menos letal. O Estado gastaria menos com a segurança e com as demais formas de parasitismo estatal. Se, de fato, o governo Lula realizasse essas mudanças, ou mesmo parte delas, cumpriria a promessa de diminuir as desigualdades e erradicar a miséria e a fome.

Assim, Lula estaria realizando uma grande reforma no capitalismo. Estaria deixando para trás os governos golpistas de Temer e Bolsonaro. Estaria, também, enterando no passado os governos anteriores do PT, de Lula e Dilma. Mas, o capitalismo não comporta grandes reformas, como prometeu Lula, quando foi presidente de 2003 a 2010, e que voltou, agora, a prometer de maneira mais acanhada. Nas condições de profunda crise econômica, nem mesmo pequenas reformas são realizáveis.

O Bolsa Família, que é a mais importante peça da denominada política pública do PT, não seria uma boa reforma? Não! Não corresponde a uma reforma, mas tão-somente a um assistencialismo para tapar com a peneira a situação de miserabilidade e de fome de mi-

lhões de famílias trabalhadoras. Eis por que Bolsonaro manteve esse “programa”, mudando o nome para “Auxílio Brasil”. O valor de R\$ 600,00, que mal dá para comprar uma cesta-básica, foi decretado por Bolsonaro. Lula apenas o manteve, sem reajustar seu valor diante de uma inflação que já reduziu seu poder de compra. O Bolsa Família é a melhor demonstração de que o capitalismo não comporta verdadeiras reformas.

É a melhor demonstração de que a pobreza, a miséria e a fome são consequências estruturais do sistema capitalista de exploração do trabalho e de concentração de riqueza em poder da minoria burguesa. É o que se passa em toda a parte, ainda que a miséria e a fome possam ser disfarçados nas potências, graças ao saque que o imperialismo faz aos países atrasados e semicoloniais. No caso do Brasil, são manifestações endêmicas, que marcam profundamente a história social do país. Por mais que tenha alcançado um grau de industrialização, que o distingue da maioria dos países latino-americanos, a miséria e a fome atingem milhões de brasileiros, que equivalem à população de países inteiros do continente. Permanece a “geografia da fome”, com o agravante que a miséria se espalhou ainda mais e se concentrou barbaramente nas grandes cidades.

Não serão com as migalhas das políticas públicas e com o assistencialismo que se vencerão a miséria e a fome, a falta de moradia, a mortalidade infantil, a violência contra as mulheres, a brutal discriminação que recai sobre as massas pretas, a opressão que vitimiza as nacionalidades indígenas, as doenças endêmicas e pandêmicas que rondam as favelas e bairros pobres, a putrefação social marcada pelo narcotráfico e as chacinas recorrentes praticadas pelas polícias. Esse é o quadro que retrata o capitalismo em decomposição, cujas forças produtivas se encontram estagnadas, quando não, em retrocesso.

De tais condições objetivas, emerge o programa da conquista do poder do Estado pelo proletariado, da constituição de um governo operário e camponês, da expropriação do grande capital e da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Mas para a sua concretização, é preciso que a classe operária se liberte das cadeias da política burguesa e se levante como uma força independente, unida e voltada a acabar com a escravidão assalariada. As experiências das últimas décadas vão levar os explorados a lutar por suas necessidades e avançar no caminho da revolução proletária. Esse conteúdo programático deve estar na base de um 1º de Maio operário e socialista.

O PT e Lula já tiveram a oportunidade de governar. Os explorados, arrastados pela política burguesa e pelas eleições, confiaram suas necessidades e aspirações, tirando pelo voto Fernando Henrique Cardoso da Presidência da República e colocando em seu lugar Lula e depois Dilma. O golpe de Estado, montado em 2016, porém, reorganizou as forças burguesas de centro-direita e de ultradireita, impôs a transitória ditadura civil de Temer, que, finalmente, serviu ao fortalecimento da ultradireita representada pelo ex-militar Bolsonaro, rodeado de generais, oligarcas e politiquieiros fascizantes. As massas, desencantadas pela política demagogicamente reformista de Lula, Dilma, PT e aliados, e bombardeadas pelos escândalos de corrupção e abismada pela prisão de Lula, deram a vitória ao obscurantista, inepto e farsante Bolsonaro. Assim, comeram o “pão que o diabo amassou”.

A maioria, no entanto, voltou a dar apoio a Lula, que deixou a prisão em uma situação de descalabro social e de crise política. As próprias instituições do Estado, tendo à frente a alta cúpula do Judiciário, a despeito da Presidência da República estar sob o comando dos generais bolsonaristas, e a despeito da divisão interburguesa, reabilitaram Lula, o mais capacitado para derrotar Bolsonaro. O movimento pela “democracia” coroou a reabilitação do ex-presos político, condenado por corrupção, em um processo evidentemente montado e fraudado pela Operação Lava Jato. Fracassou, ao mesmo tempo, a tentativa de se arranjar uma candidatura de centro-direita em torno da agora ministra do governo Lula, Simone Tebet, do MDB.

Lula, o PT e aliados, como PSB, PDT, PCdoB e PSOL, acabaram por constituir um governo de frente ampla com partidos que deram o golpe em 2016 e que serviram ao governo de Temer e Bolsonaro. Essa “nova” coligação pôs à luz do dia a dependência da governabilidade nas mãos dos partidos burgueses oligárquicos e responsáveis pela sustentação do capitalismo em decomposição, portanto, nas mãos de forças políticas oligárquicas que protegem a grande propriedade dos meios de produção e a superexploração do trabalho. São forças políticas que estiveram à frente das antipopulares reformas trabalhista, previdenciária e educacional, bem como da lei da terceirização. São forças que ajudaram Temer e Bolsonaro a impulsionarem as privatizações, e, com o dinheiro arrecadado, manterem a parasitária dívida pública.

O governo Lula nasceu refém do Congresso Nacional oligárquico. Teve de declarar que não colocará em discussão a revogação das contrarreformas (reformas antipopulares e antinacionais). O reajuste miserável do salário mínimo, que mal dá para a cesta básica, ficou para o 1º de Maio, quando as direções sindicais farão

um Ato governista. A isenção do imposto de renda aos assalariados que ganham até cinco mil reais não passou de palavreado eleitoral. Não há nenhuma medida de proteção aos empregos e salários.

A retirada dos Correios e de mais algumas estatais da lista de privatizações tem sido apresentada pelos governistas como um grande feito, mas se mantém pendente a revogação da entrega da Eletrobras a preço de banana a grupos econômicos que concentram grande poder diante dos governantes. Lula sequer consegue controlar a Petrobras, que é de economia mista.

Recentemente, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou seu projeto de “arcabouço fiscal”, que mantém os interesses dos banqueiros e financistas, que se valem da dívida pública para saquear o Tesouro Nacional e influenciar decisivamente a governabilidade do país. Isso quando o presidente do Banco Central desconsiderou os argumentos de Lula para não manter a elevada taxa de juros (Selic).

As direções sindicais se tornaram proprietárias das organizações operárias, servem ao patronato, e, agora, se colocam em posição de apoio ao governo burguês de Lula. Constituíram-se como uma casta burocrática com interesses próprios, que paira por cima dos explorados e depende da política burguesa para manter os seus privilégios. Esse é o maior obstáculo para se realizar um 1º de Maio operário, classista, independente, democrático e internacionalista. A frente burocrática, que fazia oposição institucional ao governo da ultradireita e que organizou o movimento pelo “Fora Bolsonaro e Impeachment”, se tornou governista.

Os explorados devem rejeitar a utilização do 1º de Maio para manter a classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida desorganizados e sujeitos às imposições antipopulares do governo Lula e da frente ampla burguesa. Devem exigir que as direções das centrais e sindicatos rompam com o governo impostor que se faz passar por reformador do bárbaro capitalismo, de protetor dos pobres, miseráveis e famintos. A vanguarda com consciência de classe, por sua vez, deve trabalhar no seio dos oprimidos para realizar um 1º de Maio que unifique trabalhadores de norte a sul do Brasil em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

O Partido Operário Revolucionário defende que o 1º de Maio seja o ponto de partida para criar uma oposição revolucionária ao governo de Lula e da frente ampla. Por um 1º de Maio que levante as bandeiras internacionalistas de fim da guerra na Ucrânia, pelo combate ao cerco imperialista à Rússia, pelo direito à autodeterminação da Ucrânia sob um governo revolucionário, operário e camponês, e por uma paz sem os ditames das potências e por uma paz sem anexações.

**Abaixo o 1º de Maio governista, antioperário e antipopular!**

**Viva o 1º de Maio operário, classista e internacionalista!**

# Convocatória 1º de Maio

O POR, mais uma vez, participa da organização do 1º de Maio da Praça da Sé. Tem sido inviável a realização de um 1º de Maio unitário, devido à orientação colaboracionista das direções burocráticas que comandam as centrais e a maioria dos sindicatos. Mesmo sob o governo de Bolsonaro, não foi possível a unidade. As centrais serviram de canal para a política de uma das frações burguesa e pequeno-burguesas de oposição institucional e eleitoral ao governo da ultradireita. No momento da pandemia, sem exceção, as direções suprimiram o 1º de Maio presencial, substituindo-o pela farsa virtual. Nos governos de Lula e Dilma Rousseff, a CUT realizou o 1º de Maio de apoio aos governos do PT. A Força Sindical, por sua vez, dividia o 1º de Maio para limitá-lo às festividades, com atrativos de sorteios de carro etc. Como se vê, há muito tempo o 1º de Maio tem sido desfigurado como um momento de protesto e luta dos explorados e canalizados para o colaboracionismo burocrático.

Assim, o 1º de Maio na Praça da Sé passou a expressar a independência de classe, ainda que marcado pela política pequeno-burguesa e por alguma expressão da burocracia sindical e movimentos populares. É importante ter esse breve balanço, para justificar a necessidade de garantir a continuidade do 1º de Maio na Praça da Sé. As centrais sindicais se apresentam unidas – a exceção da CSP-Conlutas e uma parte da Intersindical – para realizar um 1º de Maio governista, de apoio a Lula.

Essa situação tornou ainda mais imperativa o dever de manter a frente política que realizará o 1º de Maio na Praça da Sé, ainda que muito heterogênea. O POR, como integrante da comissão organizadora, apresentou a seguinte proposta para a elaboração da convocatória.

## Proposta para a redação da convocatória do 1º de Maio na Sé

### À Comissão

### Pontos da proposta

#### 1) Apresentação geral

a) Esse 1º de Maio ocorre nas condições de continuidade da crise econômica e política no Brasil. Os trabalhadores são os que arcam com as consequências da crise. E, por isso, o 1º de Maio deve levantar um programa próprio de reivindicações da classe operária, dos camponeses, dos demais trabalhadores e da juventude oprimida;

b) A crise no Brasil é parte da crise mundial do capitalismo. A guerra na Ucrânia, a guerra comercial dos Estados Unidos contra a China e a escalada militar refletem a decomposição mundial do capitalismo. Os trabalhadores do mundo inteiro estão pagando com os retrocessos econômicos, a inflação generalizada, as perdas salariais, o desemprego e as contrarreformas ditadas pelos governos, como é o caso da França, dos trabalhadores da saúde na Inglaterra, da Bolívia que protagonizam greves e manifestações massivas em defesa da educação, do emprego e do salário;

c) Os trabalhadores no Brasil e no mundo inteiro se solidarizam com a greve, bloqueios e manifestações de massa na França contra a reforma da previdência de Macron. O exemplo da luta na França e em outros países deve servir para organizar um movimento no Brasil e em toda a parte. Está claro que os trabalhadores do mundo inteiro, nesse 1º de Maio, têm de se colocar pelo fim

da guerra na Ucrânia, combater a escalada militar e defender suas condições de existência diante da crise econômica e das violentas medidas governamentais.

#### 2) Pontos do programa próprio

a) Contra a pobreza, miséria e fome: 1) defesa do emprego (redução da jornada sem reduzir os salários; estabilidade no emprego; fim dos acordos de demissão – PDV, Lay-off -); 2) defesa dos salários (por um salário mínimo vital que garanta o sustento da família trabalhadora; reposição das perdas salariais; reajuste automático dos salários de acordo com a alta do custo de vida; fim dos acordos de redução salarial); 3) revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro (reforma trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização); 4) fim das discriminações (trabalho igual, salário igual, nenhuma diferenciação racial e sexual na contratação de trabalhadores);

b) Independência política e organizativa das organizações operárias: 1) independência diante dos governos e de toda a política burguesa; 2) retorno à democracia sindical (assembleias democráticas e soberanas, eleições sindicais livres e transparentes sob o controle da assembleia); 3) unidade sindical classista, independente e democrática, baseada no programa próprio e no método da ação direta; 4) revogação da lei antigreve (direito irrestrito de greve, organização e manifestação, fim das multas aos sindicatos e das punições aos grevistas); 5) direito de livre manifestações de todas as correntes e oposições sindicais legitimamente construídas no movimento operário e popular;

c) Unidade entre os trabalhadores da cidade e do campo: 1) apoio dos sindicatos ao movimento dos sem-terra; 2) fim da repressão ao MST e aos demais movimentos agrários; 3) defesa das reivindicações de moradia do movimento sem-teto (MTST e outros); 4) constituição de comitês operários, camponeses e populares.

3) 1º de Maio operário, classista e internacionalista: Não ao 1º de Maio governista; Não à divisão do 1º de Maio pela política de colaboração de classes; Por um 1º de Maio que defenda o programa de reivindicações, que garanta a independência política e organizativa dos explorados diante do Estado e dos governos e que impulsione a luta direta e coletiva da maioria oprimida.

## Discussão e elaboração da convocatória

Como era esperado, dificilmente sairia uma formulação como a pretendida pelo POR. Mas, o importante foi que se realizou a discussão sobre o texto redigido pela comissão. O representante do POR apresentou suas mudanças no texto, entre elas: 1) a bandeira de “Capitalismo mata. Morte ao capitalismo” deveria vir acompanhada de “Viva a luta operária, camponesa e popular pela sociedade sem classes, o socialismo”; 2) o conceito de classe trabalhadora não poderia servir para ocultar a noção correta de classe. Havia que distinguir a classe operária como parte das classes trabalhadoras (camponesa e classe média urbana). Assim, o POR apresentou a formulação classe operária e demais trabalhadores.

A comissão aceitou as mudanças. No entanto, os membros destacados para dar sequência à convocatória decidiram mudar o texto, com a justificativa de ajustá-lo ao número de caracteres. O POR protestou contra o método burocrático de retirar justamente as correções conceituais e de formulação programática. Mesmo assim, decidiu assinar a convocatória, resguardando o seu direito de expressar suas divergências. Foi importante, desta vez, apresentar por escrito uma proposta de convocatória, que acima publicamos.

# Tradição programática do POR de defesa de um 1º de Maio operário, classista e internacionalista

O Partido Operário Revolucionário (POR) tem em sua história a luta por fazer do “Dia Internacional dos Trabalhadores”, 1º de Maio, um momento em que a classe operária, os demais explorados e a juventude saem às ruas em defesa de um programa de reivindicações e de seus métodos próprios de combate à burguesia e ao capitalismo. Desde sempre, o POR trabalhou para que o 1º de Maio fosse independente do Estado, dos governos e da política burguesa. Denunciou, sistematicamente, a conduta das direções sindicais, em particular as da CUT e Força Sindical, que se esmeraram, via de regra, em dividir os trabalhadores, promovendo atos separados e festivos, sendo que a Força Sindical usava para os sorteios de carros e casas, arrastando milhares de operários. O POR, mesmo em condições difíceis pela pouca penetração nos movimentos e nas fábricas, procurou mostrar o caráter internacionalista desse dia, propagandeando as formulações marxista-leninista-trotskistas e erguendo a bandeira do 1º Maio operário, classista, socialista e internacionalista.

Nos mais de trinta anos de existência do POR, a vanguarda com consciência de classe pôde acompanhar as publicações no jornal Massas, inclusive no número especial 497, de 2015, dedicado ao 1º de Maio.

## O POR traz, agora, três momentos importantes de sua campanha.

O primeiro quando o partido dava seus primeiros passos em sua construção, com a campanha “Por um 1º de Maio contra Collor e a burguesia”. “Somente através da luta direta das massas o Plano Collor será derrotado”, em 1990. A fundação do POR é de julho de 1989, portanto, esse foi o seu 1º de Maio. Nesse momento, ainda não havia sido criada a Força Sindical, o que havia era a CGT de Medeiros que apoiava o plano Collor, e a CUT que se mostrava incapaz de responder ao violento plano, que provocava demissões em massa e alastrava a miséria e a fome. Em um dos artigos de 1990, o POR diz: “A burocracia cutista tem grande responsabilidade pela situação atual. Por acaso não sabia que o plano traria recessão

e desemprego? A resposta é que ficou muito mais preocupada com a campanha eleitoral de Lula, que dizia ser o caminho para resolver seus problemas e, assim, conteve as lutas”. E concluiu: “Nada de conchavos com os patrões! Nada de pacto-social! Pela greve geral por tempo indeterminado para derrubar o plano Collor!”

O segundo, quando Lula completava 100 dias de governo, e as direções sindicais vinculadas a CUT promoveram um 1º de Maio governista, em 2003. O discurso da burocracia sindical foi o de ressaltar a eleição de um operário para a presidência da República. O POR criticou mostrando que os discursos serviam para “acobertar a traição do PT/Lula às massas que o levaram ao poder do Estado na esperança de ver seus problemas resolvidos, como a fome, o desemprego e a reforma agrária”. E concluiu: “A burocracia sindical e os altos dirigentes do PT fizeram do 1º de Maio uma festa do Estado burguês e do governo de traição”. Nesse 1º de Maio, o POR compareceu com um Manifesto de luta contra a guerra colonialista dos Estados Unidos contra o Iraque e de denúncia da traição do governo burguês de Lula. Levantou as bandeiras contra a reformas antinacionais e antipopulares. Chamou os trabalhadores a não confiarem no governo do PT e a confiarem somente em suas próprias forças. E levantou o objetivo da construção do partido revolucionário e da estratégia da revolução e ditadura proletária, do governo operário e camponês e defendeu a organização de uma frente única anti-imperialista.

O terceiro o momento foi quando a crise econômica e política golpeava o governo da petista Dilma Rousseff. Assim, no 1º de Maio de 2015, o POR lançou um jornal Massas especial, que trouxe na capa: “Viva o 1º de Maio de luta, classista e socialista! Lutemos pela independência de classe diante da política burguesa, dos partidos da ordem capitalista e do Estado! Recuperemos os sindicatos como organização de defesa da vida dos explorados! Expulsemos a burocracia colaboracionista e traidora, construindo uma nova direção revolucionária para os sindicatos! Derrotemos a ofensiva da burguesia contra a maioria explorada!”.

Reproduzimos desse jornal especial o editorial e um de seus artigos:

## POLÍTICA OPERÁRIA (EDITORIAL)

# “Aprender com a história e agir segundo as leis das transformações”

Entregamos aos explorados, à juventude e à vanguarda que dedica suas energias para a revolução este número especial do jornal Massas. Devíamos essa tarefa. Talvez não tenha saído com a perfeição que pretendíamos, mas sem dúvida o leitor verá o esforço coletivo do Partido Operário Revolucionário em tratar da história do 1º de Maio como parte da luta revolucionária do proletariado mundial.

É bem provável que o estudo vivo das manifestações do 1º de Maio na Rússia, aqui apresentadas em conexão com a Revolução de Outubro de 1917, seja uma contribuição para o trabalho de formação dos quadros partidários leninistas e para desenvolver a luta pela independência política do proletariado brasileiro.

Muitos são os estudos sobre a história do 1º de Maio, seja geral ou particular em determinados países. Em parte recorremos a eles no que têm de informação e de análises que julgamos esclarecedoras. Não apresentamos a bibliografia consultada porque não vimos necessidade para esta publicação, a não ser quando se trata

de citação. Nosso objetivo foi o de expor a experiência acumulada pelo proletariado na utilização do 1º de Maio como instrumento de luta coletiva contra a burguesia e seu Estado (na Rússia, contra os feudais e a monarquia) e extrair dela as lições de combate e diretrizes programáticas.

A ação política do bolchevismo, liderado por Lênin, mostra o lugar decisivo da direção marxista em todos os aspectos da luta de classes. Reconhecemos a importância dos anarquistas quanto à dedicação e ao destemor em organizar as greves e defender as reivindicações econômico-sociais do proletariado. É o que demonstraram os mártires de Chicago. Alberto Parsons colocou suas capacidades para divulgar a 1ª Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores), esteve à frente da organização do movimento operário e dirigiu o jornal Alarme. Pagou com a pena de morte, juntamente com outros companheiros anarquistas que, em Chicago, ousaram chefiar a greve e as manifestações em defesa das 8 horas de trabalho e direitos políticos e que em consequência da

violência burguesa influenciou a decisão da II Internacional de fixar a data de 1º de Maio como dia dos trabalhadores.

Nas manifestações iniciais do 1º de Maio na América Latina, dentre elas as do Brasil, os anarquistas também tiveram importância decisiva. Mas suas ações se esgotavam no economicismo e no radicalismo sindical. Essa constatação também é muito conhecida. A incompatibilidade entre anarquismo e marxismo se tornou intransponível. As experiências de construção da I Internacional levarão à separação definitiva entre o extemporâneo socialismo utópico dos anarquistas e o socialismo científico do marxismo. Está aí por que é na Rússia que o 1º de Maio atingirá o ponto mais alto de sua história mundial.

As teses de Marx e Engels, sintetizadas no Manifesto do Partido Comunista, são aplicadas e desenvolvidas na luta do proletariado russo e internacional que culminará com a revolução de 1917. A Lênin, todas as manifestações da luta de classes eram motivos de ensinamentos e base para as formulações da política revolucionária. Os inúmeros atos de 1º de Maio, ainda quando a socialdemocracia russa dava seus primeiros passos e se encontrava mergulhada nas formas artesanais do trabalho partidário, despertou a atenção de Lênin. A combinação de greves com os atos de 1º de Maio serviu-lhe para identificar as tendências de luta do proletariado, verificar o lugar das classes diante do processo revolucionário e desenvolver as diretrizes táticas e estratégicas. É claro que na Rússia se apresentava uma situação bem particular e distinta das potências europeias.

O que pretendemos ressaltar é a necessidade insubstituível do partido revolucionário, enraizado no proletariado e capaz de dirigir a maioria nacional oprimida.

Em âmbito mundial, a burguesia e seus lacaios chegaram à conclusão de que o melhor seria transformar o 1º de Maio em instrumento de festividade e de conciliação de classes. Uma das medidas foi a de apagar a data de sua memória histórica, ou seja, do massacre em primeiro de maio em Chicago e da bárbara pena de morte imposta aos principais líderes anarquistas. Outra foi a de

desvinculá-la da luta de classes e das reivindicações anticapitalistas. Finalmente, desfigurá-la como uma manifestação própria do proletariado. Os marxistas, ao contrário, lutam para que o 1º de Maio seja classista, revolucionário e socialista.

O capitalismo entrou em uma nova crise, que já indicou que será longa e destrutiva. O proletariado, demais explorados e a juventude não têm outra via a não ser combater com seus métodos e reivindicações próprias. Abre-se uma ampla perspectiva para a recuperação do terreno perdido da revolução para a contrarrevolução. Lutamos para pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista no Brasil e reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista. O Comitê de Enlace pela Reconstrução a IV Internacional, em 4 de abril, realizou sua Conferência e aprovou um conjunto de resoluções necessárias para a luta mundial do proletariado. Entregamos também aos explorados o Boletim Internacional do Comitê de Enlace, como parte de nossa luta pela revolução e ditadura proletárias.

Neste 1º de Maio de 2015, no Brasil, os explorados estão diante de um brutal ataque às relações de trabalho e aos direitos sociais. Somente não temos um poderoso movimento para fechar passagem aos ataques da burguesia porque a burocracia sindical colabora com os exploradores, parte dela sustenta o governo de Dilma Rousseff e parte dela como opositora serve diretamente à Federação da Indústria e do Comércio (Fiesp).

O 1º de Maio poderia ser um canal para os explorados serrarem fileira contra a Lei da Terceirização e as Medidas Provisórias 664 e 665 que sacrificam o seguro desemprego, a pensão por morte, etc. Mas a burocracia cutista, cetebista e forcista, cada uma a seu modo e interesses particulares, estará diante de uma multidão de trabalhadores arrastados pela diversão e pelos prêmios que amanhã estarão em luta contra o desemprego, a precarização das relações trabalhistas, a pobreza e a miséria.

É nesta tendência de luta que os marxistas se apoiam e levantam a bandeira do 1º de Maio classista, revolucionário e socialista. E conclamam os explorados a organizar a greve geral e derrubar as medidas antioperárias nas ruas.

## ARTIGO

# O 1º de Maio e a Revolução Russa

O 1º de Maio na Rússia refletiu a luta do proletariado mundial. Assim, foi caracterizado por Vladimir I. Lênin. Pode-se considerar o 1º de Maio de 1900, em Jarkov, um marco do movimento operário russo, que culminou na Revolução de Outubro de 1917. Os acontecimentos mereceram uma detalhada descrição feita pelo Comitê de Jarkov do Partido Operário Social Democrata da Rússia. Os relatos foram enviados ao Jornal Iskra para serem publicados na forma de artigo. Lênin recomendou editá-los em um folheto, não apenas devido à extensão, mas principalmente para servir de instrumento do trabalho propagandístico. Redigiu uma introdução em novembro deste ano, intitulada “Prólogo ao folheto As Jornadas de Maio em Jarkov”. Esse escrito é de particular importância para a história do movimento operário russo. Mas não se restringe a luta nacional.

As considerações de Lênin colocam o 1º de Maio de Jarkov como parte do movimento do proletariado mundial. Analisa as reivindicações. Distingue as específicas (“pequenas melhorias”) das gerais. Mostra que é melhor para as jornadas do 1º de Maio concentrar a luta em torno das reivindicações gerais, que unem o proletariado em uma só força. Explica: “(...) a reivindicação da jornada de 8 horas pertence a todo proletariado, está dirigida não a determinados patrões, mas aos poderes públicos, como representantes de todo regime social e político atual, a todo tipo de capitalista, dono de todos os meios de produção”. Conclui: “A reivindicação da jornada de 8 horas adquiriu uma importância especial – é uma manifestação de solidariedade com o movimento socialista internacional”.

A experiência do 1º de Maio em Jarkov deveria servir para a preparação do 1º de Maio de 1901. As greves e as enormes concentrações operárias imprimiram um caráter revolucionário ao 1º de Maio. Duas reivindicações estiveram na base dos protestos: jornada de trabalho de 8 horas e liberdade política. As jornadas de Jarkov se levantaram em oposição à brutal exploração do trabalho e à opressão política do regime czarista. As reivindicações políticas de liberdade de organização e manifestação tinham de convergir para a defesa de uma “assembleia dos zemstvos”. Essa bandeira mais à frente foi substituída pela assembleia constituinte. O fundamental é que se tratava de organizar o proletariado e as massas oprimidas com as bandeiras contrárias à monarquia. Nesse momento, as observações de Lênin de que era preciso vincular as reivindicações com a exigência de uma Constituição indicavam que na Rússia havia se desencadeado uma revolução democrática. O 1º de Maio, portanto, expressava esse particular momento do país. O cuidado de Lênin em estabelecer a linha revolucionária da socialdemocracia russa, partindo da experiência, como a das Jornadas de 1º de Maio em Jarkov, desde cedo esteve imbuído do internacionalismo marxista.

No prólogo do folheto, evidencia-se essa orientação: “No curso do ano, os operários apresentam continuamente a seus patrões, aqui e ali, diversas reivindicações parciais e lutam por elas. Para ajudá-los nessa luta, os socialistas devem mostrar-lhes sempre o vínculo que existe entre sua luta e a do proletariado mundial por sua libertação. O 1º de Maio deve ser o dia em que os operários declararam firmemente que compreendem esse vínculo e que decididamente abraçam essa luta”. (Obras Completas, V.I, Lênin, tomo IV)

## 1901

A previsão de Lênin de que o 1º de Maio em Jarkov prenunciava a radicalização da luta operária e que os socialdemocratas deveriam melhor preparar o próximo 1º de Maio se confirmou em 1901. A greve dos metalúrgicos na fábrica de material bélico Obukhov, em Petersburgo, em 1º de Maio de 1901 se converteu em um brutal choque com as forças de repressão do czarismo. Em 7 de maio, os operários foram vencidos depois de uma matança. Os grevistas tomaram a rua, enfrentaram a cavalaria e se travou uma batalha. Por duas vezes, bloquearam o avanço da polícia e da milícia armada da fábrica, apenas com pedras e objetos ao alcance de suas mãos.

Lênin fez o seguinte balanço: “O governo venceu. Mas cada vitória dessa natureza aproximará inevitavelmente sua derrota definitiva. Cada batalha contra o povo, multiplicará o número de operários revoltados e dispostos ao combate, promoverá direções mais espertas, melhor armadas e mais decididas (...). Temos indicado, mais de uma vez, a necessidade absoluta de uma vigorosa organização revolucionária (...). No conflito de 7 de maio, os operários não tinham mais do que pedras, mas naturalmente não será a proibição do governador da cidade que lhes impedirá da próxima vez procurar outras armas. Os operários não estavam preparados e eram somente 3.500, mas rechaçaram centenas de homens da cavalaria, de militares, de agentes da polícia e de unidades regulares de infantaria”. Conclui o artigo “Uma nova matança” com um chamado: “Camaradas, procurem listar os nomes de todos os mortos e feridos de 7 de maio! Que todos os operários da capital honrem sua memória e se preparem para a nova e decisiva luta contra o governo policial, pela liberdade do povo! (Obras Completas, V. I. Lênin, tomo V).

O 1º de Maio de 1901 ficou tingido de sangue dos operários de Obukhov. Passou a fazer parte indelével da história do 1º de Maio mundial.

## 1903

Notamos que os revolucionários e, particularmente, Lênin davam muita importância ao 1º de Maio. Reconheciam que se tratava de uma conquista mundial do proletariado. E que servia de instrumento de luta coletiva dos explorados. O 1º de Maio constituía o momento em que se evidenciava a contradição entre o proletariado e a burguesia. Dependendo da situação econômica e política, o 1º de Maio galvanizava as tendências de luta dos explorados. É o que se verificou nas jornadas de Jarkov e na greve de 1º de Maio na fábrica de Obukhov.

A orientação dos marxistas passou a ser de preparação cuidadosa do 1º de Maio. Cobia realizar uma ampla campanha de propaganda e agitação. Em meados de 1903, Lênin redigiu “Projetos de resoluções para o II Congresso do POSDR”. Entre as resoluções consta a do 1º de Maio. Eis o Projeto de Resolução sobre o 1º de Maio: “O Congresso aprova a realização do Primeiro de Maio, que já se tornou uma tradição, e chama a atenção de todas as organizações do partido sobre a necessidade de que, nas condições existentes escolham a oportunidade e a melhor maneira de realizar esta jornada internacional de luta do proletariado por sua libertação”. (Obras Completas, V.I. Lênin, tomo VI)

Destacamos essa última consideração: “realizar essa jornada internacional de luta do proletariado por sua libertação”. O 1º de Maio que ocorre em cada país é o momento em que se puseram em evidência as conquistas mundiais do proletariado e se indica o caminho da luta futura pela destruição do capitalismo pela revolução social.

## 1904

O 1º de Maio de 1904 estava diante da Guerra Russo-Japonesa. Os dois impérios disputavam a Manchúria, no leste da Ásia. O Japão derrotou o exército de Nicolau II, em 1905. O partido socialdemocrata russo divulgou um manifesto, redigido por Lênin. A sua importância está em prever o agravamento da crise, que culminaria com os levantes operários de 1905. Reconhecia que as massas operárias despertavam para a luta e, com isso, acelerava o ritmo dos acontecimentos, que colocavam a derrubada da autocracia. O manifesto chamava os explorados a se prepararem para a luta decisiva que se aproximava. A guerra, o sofrimento das massas e a evidência de que a monarquia de Nicolau II estava esgotada despertavam a consciência de classe das camadas mais atrasadas do proletariado. Era o sinal de que se formava uma situação revolucionária.

A ala marxista da socialdemocracia russa compreendeu em toda sua extensão a importância da guerra para o processo revolucionário. É o que expressa o manifesto “O 1º de Maio”, abril de 1904. Eis a sua finalização: “A velha Rússia agoniza. Uma Rússia livre ocupará seu lugar. As forças obscurantistas que sustentam a autocracia czarista se afundam. Mas somente o proletariado consciente e organizado poderá desfechar o golpe da morte. Somente o proletariado consciente e organizado poderá conquistar para o povo a verdadeira liberdade, não a liberdade falsificada. Somente o proletariado consciente e organizado poderá desbaratar a tentativa de enganar o povo, delimitar seus direitos, de convertê-lo em mero instrumento nas mãos da burguesia.

Camarada, operário! Preparemo-nos com redobrada energia para o combate decisivo que se aproxima! Que fortaleçamos as fileiras do proletariado socialdemocrata (naquele momento, todos os marxistas revolucionários se autodenominavam socialdemocratas – nota do editor)! Que sua voz se propague com amplitude cada vez maior! Que a agitação pelas reivindicações operárias se amplie cada vez com maior audácia! Que a manifestação do 1º de Maio traga para nossa causa milhares de novos combates e engrosse nossas forças na grandiosa luta pela liberdade de todo o povo, pela emancipação de todos os trabalhadores do jogo do capital!

Viva a jornada de trabalho de 8 horas! Viva a Social Democracia revolucionária internacional!

Abaixo a criminosa e bandoleira autocracia czarista! (Obras Completas, V. I. Lênin, tomo VII)

## 1905

O 1º de Maio deste ano foi precedido do “Domingo Sangrento”, assim denominado o massacre dos operários, em 9 de janeiro (calendário russo, 22 de janeiro no nosso calendário). A manifestação dirigida pelo padre ortodoxo Gregório Gapon foi recebida no Palácio de Inverno de Nicolau II com tal violência, que se estima a morte de 135 mil operários. Iniciava-se a Revolução de 1905. Em resposta ao massacre, as massas se lançaram às ruas, levantaram barricadas, eclodiu a insurreição. Em 10 de janeiro, Lênin, exilado na Suíça, enviou uma nota que refletia a situação revolucionária. Diz: “Correm rios de sangue, levantam-se as chamas da guerra civil pela liberdade (...) Viva a Revolução! Viva o proletariado insurreto!”

Em 12 de janeiro, Lênin publicou o artigo “O começo da revolução na Rússia”. Orienta: “Armar sem demora os operários e todos os cidadãos em geral; preparar e organizar as forças revolucionárias para esmagar as autoridades e instituições do governo; está aí a base prática sobre o que podem e o que devem reunir todos os revolucionários para atacar juntos. O proletariado deve seguir sempre seu caminho independente, estreitamente unido ao partido socialdemocrata, sem perder de vista sua grandiosa meta

final, que é emancipar toda humanidade de qualquer tipo de exploração”.

Em São Petersburgo surgiu o primeiro soviete (conselho) de operários. O proletariado criava no combate seu organismo de poder e de democracia das massas em luta. Passou a ser o órgão de direção da greve geral, em outubro.

Nesse ínterim, ocorreu o 1º de maio. Lênin redigiu o manifesto, no exílio. Fez um chamado à unidade dos explorados de todas as nacionalidades e convicções para se levantarem em armas contra a sangrenta monarquia. Eis: “Judeus e cristãos, armênios e tártaros, polacos e russos, suecos e finlandeses, letões e alemães – todos, todos marcham unidos sob uma só bandeira, sob a bandeira comum do socialismo. Todos os operários são irmãos, e sua firme união é a única garantia do bem estar e da felicidade de toda humanidade trabalhadora e oprimida. O 1º de Maio, esta federação de operários de todos os países, a socialdemocracia internacional, passem revista suas forças e se unam em cerrada fileira para iniciar um novo, incansável, inquebrantável combate pela liberdade, igualdade e fraternidade (...) Nos lançaremos, com as armas nas mãos, à insurreição, para derrotar o governo czarista e conquistar a liberdade para todo o povo! Às armas, operários e camponeses! (...) Que o 1º de Maio deste ano se converta em nossa manifestação da insurreição popular, preparemo-nos para ela e estejamos atentos a seu sinal para lançarmos o ataque decisivo contra o tirano! Abaixo o governo czarista! O derrotaremos e instauraremos um governo provisório revolucionário, que se encarregará de convocar uma assembleia popular constituinte (...) Viva o 1º de Maio! Viva a socialdemocracia revolucionária internacional! Viva a liberdade do povo operário e camponês! Viva a república democrática! Abaixo a autocracia czarista! (Obras Completas, V.I. Lênin, tomo VIII)

## 1906

Em outubro-novembro de 1905, o proletariado continuava em luta. Dois meses antes, a monarquia realizou uma manobra política, lançando uma Lei eleitoral e acenou a convocação da I Duma, conhecida com o nome de DUMA de Bulguin. A fração revolucionária da socialdemocracia, liderada por Lênin denunciou seu caráter de “assembleia consultiva de representantes de latifundiários e da grande burguesia”, totalmente contrária à “representação popular”. Estabeleceu-se a discussão sobre a tática do boicote e sobre as reivindicações a serem defendidas. Vincula-se a defesa da convocação de uma assembleia constituinte com a entrega de armas ao povo, com os direitos políticos e com a reivindicação da jornada de trabalho de 8 horas. A luta democrática, nesse momento, estava condicionada pelas tendências insurrecionais do proletariado.

É nessa situação que ocorre o 1º de Maio de 1906. No partido socialdemocrata, que se encontrava em processo de unificação dos mencheviques e bolcheviques, fervia a discussão sobre a questão da I DUMA. Os mencheviques, liderados por Plekanov, combatia duramente as posições de Lênin sobre o boicote ativo nas condições em que prevalecia a ação direta das massas. A preparação do 1º de Maio compareceu condicionada a essa discussão. Lênin fez a seguinte consideração: “Vivemos o começo de um novo ascenso social. E tanto o movimento dos desempregados, como o do 1º de Maio, com o aumento da efervescência do campesinato e no exército, como as manifestações, a imprensa e as associações, testemunham inequivocamente o novo e vasto ascenso do movimento popular. Este ultrapassou, em poucos dias, o ascenso que teve sua expressão no triunfo dos cadetes e das ‘esquerdas’ em geral durante as eleições. Os cadetes já foram ultrapassados. A DUMA cadete murcha, antes de ter florescido”. (Obras Completas, V. I. Lênin, tomo X)

## 1907

Neste ano, a situação política havia mudado. Refletia a derrota da insurreição de dezembro de 1905. A posição de Lênin de que deveria mudar a tática do boicote ativo para a participação nas eleições para a II DUMA, fevereiro de 1907, se baseava no reconhecimento de que o proletariado e os camponeses já não se batiam diretamente contra o regime. A reação monárquica havia se fortalecido. Em junho foi desfechado um golpe de Estado, que dissolveu a II DUMA, que contava com representações de esquerda. Os parlamentares socialdemocratas foram presos. Decretou-se uma Lei eleitoral mais discricionária.

De forma que a contenção do ascenso de dezembro em 1905 e o golpe de 3 de junho de 1907 constituíram acontecimentos que indicaram a ofensiva contrarrevolucionária da monarquia. A III DUMA, de novembro de 1907, consagrou o controle monárquico da situação política. Acirrou-se a divergência no seio da socialdemocracia se se deveria boicotar ou não a III DUMA. Lênin se posicionou pelo não boicote, analisando a diferença da situação revolucionária de 1905 com a contrarrevolucionária de 1906, mais acentuadamente de 1907. Em seu folheto *Contra o Boicote* fundamentou tática aplicada em 1905: “Do ponto de vista objetivo, era inevitável a luta entre um e outro caminho, entre o caminho da luta revolucionária direta das massas e o caminho da Constituição monárquica”. Uma vez que o período revolucionário se esgotou e iniciou o período contrarrevolucionário, a tática em relação à DUMA czarista também deveria ser modificada. “O boicote ativo não tem sentido sem um amplo ascenso revolucionário (...). O traço característico do momento atual não é o entusiasmo pelo primeiro ‘parlamento’, não é a fé na DUMA, mas a falta de fé no ascenso revolucionário. Em tais condições, lançar antecipadamente a consigna do boicote, não fortaleceremos nem minimamente o movimento, nem quebraremos os verdadeiros obstáculos que a ele se opõem. Mais ainda: corremos inclusive o perigo de debilitar com isso a força de nossa agitação, pois o boicote é uma consigna que acompanha um ascenso já definido, e toda a desgraça de agora consiste em que vastas camadas da população não acreditam no ascenso, nem veem sua força”.

Não encontramos nos escritos de Lênin considerações sobre o 1º de Maio de 1907.

## 1912

O 1º de Maio de 1912 ocorreu em meio a uma vigorosa greve geral do proletariado russo. Em 17 abril deste ano, os operários das minas de ouro do Rio Lena (Sibéria) decretaram a greve pela redução da jornada de trabalho. O comitê de greve foi preso. Os grevistas saíram em sua defesa. As tropas abriram fogo contra 2500 mineiros. Centenas caíram mortos ou feridos. Esse acontecimento marcou uma virada na situação política. Desencadeou por toda Rússia protestos. O 1º de Maio galvanizou a greve geral.

Lênin redigiu o artigo “O Ascenso Revolucionário”. Mostrou que a greve do 1º de Maio indicava que a Rússia entrava em um período de ascenso revolucionário. Fundamenta: “As greves de massa que se propagam de uma região a outra, seu enorme crescimento, a rapidez com que se proliferam, a valentia dos operários, o número cada vez maior de manifestações e discursos revolucionários, as reivindicações de anulação das multas por se realizar o ato do 1º de Maio, a combinação da greve política e da greve econômica, que já conhecemos desde a primeira revolução russa – todas estas são indicações evidentes do verdadeiro caráter do movimento,

**Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



que é um ascenso revolucionário das massas”. Defende “o apoio da classe operária ao campesinato democrático e à ativa participação do exército”. (Obras Completas, V.I. Lênin, tomo XVIII)

A Conferência do partido social democrata russo estabeleceu as consignas: “República democrática, jornada de 8 horas, confisco de todas as terras dos latifundiários”. Lênin exige “organização e organização como a condição para os revolucionários dirigirem a luta”. Acentua a importância do partido adestrado no trabalho ilegal.

Observamos que o 1º de Maio de 1912 retomou o caminho do 1º de maio de Jarkov.

## 1913

O 1º de Maio de 1913 reascendeu a chama revolucionária que havia inflamado a classe operária em 1905. Lênin redigiu um manifesto programático, assinalando o caminho da revolução proletária. As massas se dirigiram à manifestação do 1º de Maio recordando o massacre dos mineiros de Lena, um ano antes. A autocracia procurou por todos os meios quebrar a greve e impedir que os trabalhadores confluíssem para o 1º de Maio de 1913. De nada adiantou a polícia varrer os subúrbios industriais, com a lista de suspeitos e com a ordem de prisão. As tendências revolucionárias entre as massas vinham se reconstituindo desde os acontecimentos de Lena. A IV DUMA nada pôde fazer para desviar politicamente o curso da ação direta. A monarquia já não governava. Eis a avaliação de Lênin: “A Rússia vive uma situação revolucionária, porque se agudizou ao máximo a opressão sobre a esmagadora maioria da população, não somente sobre o proletariado, mas sobre as nove décimas partes dos pequenos produtores, particularmente dos camponeses, e esta opressão agudiza a fome, a miséria, a falta de direitos e a humilhação do povo se encontram em flagrante contradição com a situação das forças produtivas da Rússia, com o nível de consciência e com as reivindicações das massas, que despertaram em 1905, bem como com a situação de todos os países vizinhos, não só europeus, mas também asiáticos.

Porém, isso não é tudo. Apenas a opressão, por maior que seja, não origina uma situação revolucionária em um país. Na maioria dos casos, para que ecloda a revolução não basta somente que os de baixo não queiram continuar vivendo como antes. É necessário, além disso, que os de cima não possam continuar administrando e governando como antes. É o que observamos hoje na Rússia. A crise política amadurece a olhos vistos. A burguesia fez tudo o que dela dependia para apoiar a contrarrevolução e garantir um ‘desenvolvimento pacífico’ sobre esta base contrarrevolucionária. A burguesia subvencionou os verdugos e os senhores feudais com todo o dinheiro que necessitavam; difamou a revolução e a renegou; lambeu as botas de Purishkevitch e o chicote de Markov II, converteu-se em seu laçao, inventou teorias apoiadas nos argumentos europeus’, teorias que difamam a revolução de 1905, por ser ‘intelectual’ de culpada, criminosa, traidora, etc.”.

Nesse manifesto, Lênin também desenvolveu a caracterização de uma “situação revolucionária e da crise diretamente revolucionária”. Destacou o proletariado como força motriz da revolução. É bom reproduzir a fundamentação: “Nem a opressão dos de baixo, nem a crise dos de cima podem provocar uma revolução; o que pode provocá-la é a decomposição de um país, desde que tenha uma classe revolucionária capaz de transformar o estado passivo de opressão em estado ativo de revolta e insurreição”.

Lênin conclui o manifesto, mostrando a importância do 1º de Maio como instrumento revolucionário dos explorados. “A comemoração do Primeiro de Maio deste ano demonstrou ao mundo inteiro que o proletariado russo marcha firmemente por seu caminho revolucionário, fora do qual não há salvação para a Rússia, que se afoga e apodrece em vida”. (Obras Completas, V.I. Lênin, tomo XIX)

## 1917

Não encontramos nos escritos de Lênin referências sobre o 1º de Maio nos anos de 1914 a 1916. A 1ª Guerra Mundial ocupou a atenção dos bolcheviques. Tratava-se de como transformar a guerra imperialista em guerra civil. E como defender as posições do internacionalismo marxista diante do revisionismo chauvinista da II Internacional.

Lênin no artigo “A guerra e a Socialdemocracia Russa” descreveu a brutal repressão desencadeada por Nicolau II ao movimento operário e suas organizações. A maior parte dos sindicatos foram fechados e parte da militância, presa e deportada. Depois de um ano de guerra, a Rússia se viu diante da crise revolucionária. Em agosto de 1915, o czar dissolveu a IV DUMA, que havia autorizado o país a entrar na guerra e que serviu aos bolcheviques para votar contra os créditos de guerra. Os deputados revolucionários foram presos e acusados de alta traição. Apesar da retomada das lutas, é bem provável que não tenha havido condições para o 1º de Maio se erguer como instrumento de combate das massas.

Em 1917, Lênin fará referência ao 1º de Maio. Compara-o com a manifestação de 18 de junho. Vejamos: “A manifestação de 18 de junho se transformou em uma demonstração de força e da política do proletariado revolucionário, que assinala o rumo da revolução, que assinala como sair do atoleiro. Nisto reside a enorme significação histórica da manifestação de domingo, e sua diferença essencial com as manifestações realizadas no funeral das vítimas da revolução e no 1º de Maio. Aquela foi uma homenagem unânime à primeira vitória da revolução e seu herói, uma olhada retrospectiva de que o povo dirigia a primeira etapa do caminho para a liberdade, tão rápida e tão triunfalmente percorrida. O 1º de Maio foi uma festa de desejos e esperanças, vinculados à história do movimento operário mundial, ao seu ideal de paz e socialismo. Nenhuma das duas manifestações propunha o objetivo de mostrar o rumo da marcha futura da revolução, nem tinha como fazê-lo. Nenhuma das duas colocava o povo, nem em nome do povo, os problemas concretos, precisos, urgentes, de como e com que rumo prosseguir a revolução. Nesse sentido, a jornada de 18 de junho foi a primeira demonstração política no terreno da ação, uma lição dada não em um livro, ou em um jornal, mas na rua, não pelos dirigentes, mas pelas massas, uma lição de como atuam, de como querem atuar e atuarão as diferentes classes para levar adiante a revolução”. (Obras Completas, V. I. Lênin, XXVII)

Essa comparação nos traz uma lição inestimável. O 1º de Maio, desta vez, cumpriu um papel limitado.

## 1918- 1919 -1920

Depois da vitória da revolução proletária, em outubro de 1917, destaca-se o 1º de Maio de 1919. O poder soviético havia vencido a batalha pela sobrevivência. Mas ainda enfrentava a resistência do imperialismo e da contrarrevolução interna. Lênin em seu discurso fez uma comparação com o 1º de Maio de 1918 para mostrar que naquele ano a revolução ainda estava ameaçada pelo imperialismo alemão. E que agora o 1º de Maio era realizado em melhores condições. A retirada das forças anglo-francesas de Odessa e da Crimeia era um sinal do triunfo do proletariado revolucionário. Internamente, as forças contrarrevolucionárias dirigidas por Kollchak perdiam francamente terreno e que a vitória estava perto.

O 1º de Maio simbolicamente foi realizado na Praça Vermelha, no monumento Lobnoie Miesto. Neste espaço, nos séculos XVI e XVII, o czar anunciava as sentenças de mortes. Stepan Razin, dirigente da rebelião camponesa de 1667-71, ali foi executado. Nas palavras de Lênin: “Este Lobnoie Miesto nos traz a memória quantos séculos de tormento sofreram as massas trabalhadoras sob o jugo de seus opressores, pois o poder do capital não pode se sustentar

a não ser por meio da força e da opressão, que ainda no passado provocava indignação. Aqui foi erguido esse monumento a um dos representantes dos camponeses sublevados. Neste lugar, entregou a sua vida na luta pela liberdade. Na luta contra o capital, os revolucionários russos fizeram muitos sacrifícios. O melhor do proletariado e do campesinato, nos combates pela liberdade, morreram, mas não a luta por essa liberdade que oferece o capital, a liberdade em que se conservam os bancos, as fábricas de propriedade privada e a especulação. Abaixo essa liberdade! Nós necessitamos de uma autêntica liberdade, e isso só será possível quando a sociedade esteja composta unicamente por trabalhadores. Para alcançar essa liberdade, é preciso muitos esforços e muitos sacrifícios. Faremos tudo o possível por alcançar essa grande meta, por construir o socialismo."

Lênin termina seu discurso: Viva a República Internacional de Sovietes! Viva o Comunismo!" (Obras Completas, V.I. Lênin, tomo XXXI)

O 1º de Maio de 1920 serviu de motivo para a colocação da pedra fundamental do monumento a Karl Marx. Nas palavras de Lênin: "Honramos a memória de Karl Marx no dia da comemoração internacional do trabalho, ocasião propícia para demonstrar a todos que saberemos cumprir a missão de organizar a sociedade socialista dos trabalhadores. Estou seguro de que o monumento ao nosso grande mestre, cuja pedra fundamental colocamos hoje, se converterá em um chamamento para que toda a atenção de vocês se concentre na necessidade de trabalhar com empenho para criar a sociedade na qual não haverá lugar para a exploração". (Obras Completas, V.I. Lênin, tomo XXXIII).

### Conclusão

Notamos que o 1º de Maio na Rússia esteve profundamente vinculado à revolução proletária. A importância que os explorados russos davam ao dia internacional dos trabalhadores esteve diretamente ligada aos combates contra a autocracia e os exploradores. A brutal repressão às greves, protestos e levantes empaparam de sangue o 1º de Maio de 1901 e de 1912. A classe operária russa a cada derrota aprendia e se levantava com mais força. Em seu seio, gestava o bolchevismo, a fração revolucionária da socialdemocracia russa.

O percurso que apresentamos se baseou nos escritos de Lênin. A cada nova situação da luta de classes em que o 1º de Maio se erguia sobre os ombros dos operários, Lênin extraía as lições e formulava as diretrizes que guiavam os próximos passos da vanguarda revolucionária. As distintas situações em que os explorados fluíam para o 1º de Maio correspondiam às mudanças conjunturais e aos períodos de embate entre a revolução e contrarrevolução. Isso explica a vitalidade do 1º de Maio no período de 1900 a 1917. Tudo indica que na Rússia, o 1º de Maio alcançou o ponto mais alto do movimento operário internacional.

A degenerescência do partido bolchevique e do Estado operário, promovida pelo estalinismo, tornou o 1º de Maio em tribuna de propaganda enganosa de um socialismo que não existia. O proletariado mundial e sua vanguarda têm de retomar suas fontes originais da luta revolucionária e da orientação marxista-leninista-trotskista.

Viva o 1º de Maio internacionalista revolucionário!



## Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

[anchor.fm/por-massas](https://anchor.fm/por-massas)

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO**



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XIX - Especial 1º de Maio de 2023

☎ (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | www.pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas

## POLÍTICA OPERÁRIA

# Por um 1º de Maio operário, classista e internacionalista

O 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, surgiu em 1889, aprovado no Congresso Operário da II Internacional, realizado em Paris. O seu objetivo principal foi o de unir em todo o mundo a classe operária e os demais explorados. Os trabalhadores são oprimidos em todos os países pela classe capitalista.

O sentido de que a classe operária é internacional fez o 1º de Maio um momento muito importante para a organização e a luta unitária da maioria oprimida contra a burguesia e a sociedade de classes. Sociedade essa que se mantém sobre a base da brutal exploração do trabalho, que tem como consequência a pobreza, a miséria e a fome que atingem a imensa maioria da população. É graças a essa exploração e acumulação de riquezas que a ultraminoria patronal se torna cada vez mais rica e os explorados cada vez mais pobres e miseráveis.

O 1º de Maio de 1889 se ergueu sob a bandeira de redução da jornada de trabalho e por uma jornada de oito horas diárias, quando se trabalhava 12 ou mais horas. A luta dos operários contra a insana jornada de trabalho, o desemprego e os baixos salários teve como resposta a violenta repressão desfechada pela burguesia, seu Estado e seus governos.

A greve e a grande manifestação da classe operária, em Chicago, Estados Unidos, no 1º de Maio de 1886, mostraram a força coletiva dos explorados. A prisão e condenação de seus dirigentes revelaram que a burguesia exerce uma ditadura de classe sobre os trabalhadores. A condenação à forca de alguns dos dirigentes operários serviu para elevar a consciência de classe dos explorados, de que é preciso uma forte organização, união e independência política diante do Estado, dos governos e dos partidos que representam os interesses da minoria capitalista.

Eis por que o 1º de Maio também surgiu como revolta contra a ditadura de classe da burguesia. Tornou-se obrigatório honrar a luta e o sangue dos operários que tombaram em defesa de suas reivindicações e de seus dirigentes condenados à morte por um infame tribunal da burguesia norte-americana.

No Brasil, o 1º de Maio impulsionou a luta pela jornada de trabalho de 8 horas e pela organização sindical da classe operária. Isso se passou em todo o mundo, comprovando que a classe operária é internacional e que assim deve lutar por seus interesses comuns.

Ocorre que com o passar do tempo a burguesia e seus governos viram a necessidade de desfigurar o 1º de Maio, fazendo do Dia Internacional dos Trabalhadores um momento de pura festividade e de abandono da luta de classes. E as direções sindicais foram se corrompendo com a política de colaboração de classes, servindo assim ao objetivo dos exploradores de substituir o 1º de Maio operário, classista, de luta e internacionalista, por um 1º de Maio burguês de festas, de palanque eleitoral e de discursos demagógicos da burocracia sindical.

Está aí por que é preciso erguer bem alto a defesa do 1º de Maio independente do Estado, dos partidos da burguesia e oposto à política de colaboração de classes.

***O Boletim Nossa Classe chama os explorados a se manifestarem nesse 1º de Maio em defesa dos empregos, salários, direitos; em defesa da revogação das reformas trabalhista, previdenciária e da lei da terceirização; em defesa da moradia, saúde e educação a todos; em defesa da terra aos camponeses; em defesa do direito irrestrito de greve, organização, manifestação e ocupação.***

## Unir a classe operária em defesa do programa de reivindicações

A situação dos explorados tem piorado, em vez de melhorar. O descontentamento é grande. Os patrões e seus governos só têm a oferecer os baixos salários, quebra de direitos, demissões, desemprego e subemprego.

Todo assalariado sente que hoje está empregado, e amanhã pode estar desempregado. O custo de vida aumenta e os salários não acompanham. A terceirização serve aos capitalistas para reduzir o valor da força de trabalho, aumentar a instabilidade no emprego e facilitar as demissões.

Com a reforma trabalhista, a classe operária perdeu importantes direitos conquistados com muita luta. Com a reforma da previdência, o assalariado tem de contribuir por mais tempo e se aposentar quando já está praticamente impossibilitado de trabalhar. A rotatividade no trabalho, as demissões e o desemprego impedem que milhões consigam se aposentar.

***O salário mínimo, que será de R\$ 1.320,00, mal dá para a sobrevivência. Esse salário mínimo de fome atinge milhões de famílias, condenando-as à miséria. O 1º de Maio tem de servir para pôr em marcha o movimento nacional de defesa do programa de reivindicações da classe operária, dos demais trabalhadores e da juventude oprimida.***

## PREPARAR O 1º DE MAIO OPERÁRIO, CLASSISTA E INTERNACIONALISTA

Os trabalhadores devem defender que os sindicatos convoquem as assembleias e constituam comitês de mobilização para o 1º de Maio. As assembleias discutem e aprovam as reivindicações que os explorados defenderão nas manifestações do 1º de Maio. Cada sindicato tem o dever de organizar a sua participação, para que o 1º de Maio exija dos patrões e do governo o cumprimento das reivindicações, que têm por base os salários, os empregos e os direitos trabalhistas. Os movimentos camponês e popular urbano também devem convocar suas assembleias e reuniões para se unir à classe operária.

Os trabalhadores conscientes da necessidade da luta rejeitarão a política burguesa de transformar o 1º de Maio em festividades e demagogia governista.

***O Boletim Nossa Classe trabalha pela organização coletiva do 1º de Maio a partir das assembleias, das reuniões e da formação de comitês de mobilização.***

## O Boletim Nossa Classe defende junto aos trabalhadores o programa de luta

- 1) por um salário mínimo vital, que cubra todas as necessidades da família trabalhadora;
- 2) por um aumento geral dos salários, que estão desvalorizados pela alta inflacionária e aumento dos preços da cesta-básica;
- 3) por emprego a todos com carteira assinada, a ser alcançado por meio da redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários, ou seja, pela divisão das horas nacionais entre todos aptos ao trabalho (escala móvel das horas de trabalho);
- 4) fim da terceirização. Efetivação imediata dos terceirizados. Nenhum trabalhador sem carteira profissional assinada;
- 5) pela revogação da reforma trabalhista de Temer e da reforma previdenciária de Bolsonaro;
- 6) por moradia, saúde e educação a todos os oprimidos;
- 7) pela estatização sem indenização das fábricas fechadas, e controle operário da produção;
- 8) pelo fim das privatizações das estatais e reestatização das já privatizadas, sob o controle operário;
- 9) pela expropriação dos latifúndios, estatização das terras e entrega aos camponeses pobres;
- 10) pelo fim da lei antigreve. Defesa do direito irrestrito de greve, manifestação e organização independente.

## OS EXPLORADOS VÊM LUTANDO EM TODA PARTE

A classe operária, camponeses e camadas da classe média empobrecidas, em vários países, mostram o caminho da defesa das reivindicações. A greve e as grandes manifestações na França contra a reforma da previdência refletem as necessidades da luta internacional dos explorados em todo o mundo. Na Bolívia, as mobilizações são diárias e desmascaram o falso reformismo do governo. No Peru, os recentes protestos contra a destituição do governo evidenciam a profunda crise política e indicam o caminho da revolução social. As greves que ocorreram na Inglaterra, Bélgica e outros países completam o quadro da luta de classes internacional. Esse 1º de Maio tem tudo para o programa de reivindicações próprio dos explorados.

*O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores brasileiros a aproveitar os ensinamentos da luta internacional dos explorados. Não há outra via de se defender dos ataques da burguesia a não ser com greves, manifestações e bloqueios.*

## NÃO AO 1º DE MAIO GOVERNISTA! NÃO AO SALÁRIO DE MÍNIMO DE FOME DE R\$ 1.320,00! POR UM SALÁRIO MÍNIMO VITAL QUE CUBRA TODAS AS NECESSIDADES DA FAMÍLIA TRABALHADORA! POR UM 1º DE MAIO INDEPENDENTE E DE LUTA!

As centrais sindicais, os movimentos ligados a Lula e os partidos que fazem parte de seu governo vão repetir as velhas festividades e fazer do 1º de Maio um palanque para os discursos dos politíqueiros. Essas grandes centrais chegaram ao absurdo de convidar o governador bolsonarista Tarcísio de Freitas, além dos direitistas Lira e Pacheco. Pedem para os explorados apoiarem a frente ampla, que agora chegou até a extrema-direita.

Ocorre que sob essa cortina de fumaça, Lula não reporá as perdas do salário mínimo, não revogará as reformas trabalhista e previdenciária de Temer e Bolsonaro, não porá fim às terceiri-

zações, não estatizará as fábricas fechadas e não atenderá as reivindicações de terra aos camponeses e moradia aos sem-teto. Assim, não é verdade que Lula acabará com a miséria e a fome de milhões de brasileiros.

A defesa do programa de reivindicações próprio da classe operária somente pode ser conquistado pela luta organizada, por meio de greves, ocupações, bloqueios e manifestações.

*O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a rejeitarem o 1º de Maio governista. E levantarem a bandeira do 1º de Maio independente, classista e internacionalista.*

**PELO FIM DA GUERRA NA UCRÂNIA. NÃO AO CERCO IMPERIALISTA À RÚSSIA. POR UMA PAZ SEM ANEXAÇÃO! QUE A CLASSE OPERÁRIA DE TODO O MUNDO TOME EM SUAS MÃOS A LUTA PARA ACABAR COM A BÁRBARA GUERRA DE DOMINAÇÃO!**

O Boletim Nossa Classe tem feito uma campanha internacionalista pelo fim da guerra, que só serve aos interesses das potências. A decisão da ONU sobre a continuidade da guerra foi ditada pelos Estados Unidos e pelos seus aliados europeus. Eis por que foi rejeitada qualquer medida que viesse no sentido de negociação de um acordo de paz. A continuidade da guerra na Ucrânia está se transformando em uma grande conflagração mundial.

*O Boletim Nossa Classe chama os operários a fortalecerem a bandeira de fim da guerra, por uma paz sem os ditames do imperialismo norte-americano e aliados, e sem anexação. Somente a classe operária unida e em luta pode acabar com a guerra de dominação.*

## Por um 1º de Maio classista, na Praça da Sé

O Boletim Nossa Classe faz parte da organização do 1º de Maio na Praça da Sé, a ser realizado às 9 horas. Não foi possível organizar um 1º de Maio unitário, porque as centrais sindicais decidiram por uma manifestação de apoio ao governo Lula e de festividade.

*O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a comparecerem no 1º de Maio de luta na Praça da Sé.*

Nota do Boletim Nossa Classe

## Burocracia defende a montadora Mercedes, apesar dos violentos ataques aos operários

Há muito a burocracia deixou para trás o ódio de classe, entre o capital e o trabalho, ou seja, entre o capitalista e o operário. Hoje existe a naturalização das violentas medidas contra a classe operária. O patronato fecha fábricas, terceiriza setores inteiros da produção, reduz salário, impõe PDV e lay-off, demite em massas e a conduta da direção do Sindicato Metalúrgico tem sido a mesma: convocar assembleia fajuta, para referendar os acordos traidores. Foi o que ocorreu agora na Mercedes.

A montadora avisou o sindicato que adotará em maio um único turno na fábrica de São Bernardo, que suspenderá o contrato de 1200 metalúrgicos por dois ou três meses, que avaliará após esse lay-off a sua continuidade ou não e que manterá 300 operários em férias coletivas por um mês.

Diante desse violento ataque, qual foi a reação da direção do sindicato? Nenhuma! Chamou uma assembleia, onde somente a burocracia tem o poder de fala, para comunicar o que já havia sido acordado com a multinacional. Convenceu os operários de que todos que serão colocados em lay-off voltarão para a fábrica. Usou todo o tempo para justificar que a Mercedes, como as empresas em geral, sofre com os juros altos, o que dificulta novos investimentos e financiamentos. Iguala a situação da poderosa montadora com a dos operários que dependem unicamente do emprego e do salário para manter sua família. Toma, assim, as dores do capitalista que sangra na carne os operários.

Rio Grande do Norte

## Boletim Nossa Classe – abril

O Boletim Nossa Classe de abril inicia com a bandeira de que “É preciso unir a classe operária em defesa das reivindicações, alertando os operários de que o governo Lula também governa para burguesia. Chama a não confiar em nenhum governo burguês, a organizar a luta pelas reivindicações e que “as Centrais, os sindicatos e movimentos organizem um Dia Nacional de Luta, como ponto de partida para unificar a classe operária em defesa de um programa próprio de reivindicações”.

Com a aproximação do Dia Internacional do Trabalhador, o Boletim Nossa Classe defende “Organizar o 1º de Maio classista e de luta. Não ao 1º de Maio governista!”, e “chama os trabalhadores a exigirem dos sindicatos que convoquem as assembleias para preparar o 1º de Maio classista”.

Diante das constantes traições da burocracia sindical, o Boletim também defende a necessidade de organizar oposições sindicais classistas e combativas, para retomar os sindicatos como instrumento de luta pelas reivindicações.

Sob o princípio do internacionalismo proletário, o Boletim traz o exemplo das greves e as poderosas manifestações de rua dos trabalhadores franceses contra a reforma da previdência do governo Macron. Traz também a campanha pelo “fim da guerra [na Ucrânia], por uma paz sem os ditames do imperialismo norte-americano e aliados e sem anexação. Somente a classe operária unida e em luta pode acabar com a guerra de dominação”.

Lembremos que a Mercedes, poucos meses atrás, demitiu 3600 e terceirizou o setor operacional da fábrica. E o que fez a burocracia? Nada que fosse em defesa dos empregos, dos salários e direitos! Defendeu a justificativa da montadora de que se tratava de uma reestruturação.

Como não existe democracia sindical, as assembleias são controladas pelos burocratas. Os metalúrgicos, embora descontentes, não vêm outra alternativa, porque não há comissão de fábrica independente e os representantes dos comitês sindicais são escolhidos a dedo pelos burocratas do sindicato. Diante do descontentamento de uma parcela de operários, os burocratas fazem um cerco para que o Boletim Nossa Classe não seja distribuído na porta da fábrica. Foram várias as ameaças e ações contra os militantes que distribuem o Boletim Nossa Classe. Mas o fundamental está em que a situação vem se tornando insuportável no interior da montadora, o que torna insustentável a conduta pró-patronal da direção do sindicato.

O Boletim Nossa Classe vem mostrando a necessidade de organizar a luta contra as demissões. E chamando a vanguarda com consciência de classe a iniciar o trabalho de constituição de uma oposição sindical, classista e de luta, para defender as reivindicações, enfrentar o patronato e combater a burocracia vendida aos capitalistas e ao governo.

Por fim, o Boletim traz uma denúncia da precarização das condições de trabalho na fábrica de tecidos Vicunha Têxtil, conforme segue:

Vicunha Têxtil – A terceirização como forma de precarização do trabalho. O Boletim Nossa Classe recebeu uma denúncia de um operário de que a fábrica tem contratado terceirizadas sem garantir os direitos básicos dos trabalhadores terceirizados. Os terceirizados recebem por diárias, por acordos verbais, sem haver sequer um contrato temporário ou carteira assinada. Se algo ocorrer com o trabalhador terceirizado, como um acidente de trabalho, por exemplo, não sabe a quem recorrer. Sem haver um vínculo empregatício formal, outras obrigações trabalhistas são negligenciadas pela empresa, como o FGTS, férias e a contribuição patronal à previdência social. [...] A força da classe operária, para conquistar direitos, está na sua organização coletiva. E, para isso, é fundamental a união entre os trabalhadores efetivos e os terceirizados de uma mesma fábrica. É papel do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis (Sinditêxtil) atuar no sentido de defender o cumprimento imediato dos direitos básicos dos trabalhadores terceirizados, garantidos pela CLT. [...] Quanto à terceirização, o Nossa Classe defende a efetivação imediata de todos os terceirizados. Pelo fim das empresas terceirizadas! Todos os operários terceirizados devem ser imediatamente incorporados no quadro efetivo de funcionários da fábrica!

**O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR).  
Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em  
defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.**

Rio Grande do Norte

## Terceirizados do canteiro de obras da UFRN conquistam pagamento de salários

Tem sido recorrente, pela empresa D&L, responsável pelos serviços de manutenção de infraestrutura da UFRN, o atraso dos salários dos terceirizados. Já são cinco meses que se repete essa situação.

Após atrasar novamente este mês, os trabalhadores terceirizados do canteiro de obras cruzaram os braços, a partir do dia 11 de abril, reivindicando o pagamento dos salários atrasados. Além disso, reivindicaram a atualização dos salários, conforme a nova convenção coletiva, retroativo a 11/11/2022, e a atualização do vale-alimentação, retroativo a 11/11/2021. No dia 13, a direção do sindicato convocou os trabalhadores para o pátio da Reitoria. Compareceram cerca de 100 terceirizados, demonstrando uma enorme disposição de luta. Lamentavelmente, nenhum dirigente do sindicato compareceu, numa atitude de traição ao movimento. No dia seguinte, os trabalhadores novamente começaram a se mobilizar, sem esperar pelos dirigentes sindicais, convocando uma nova manifestação para o dia 17, no pátio da Reitoria. Diante da pressão,

para evitar uma nova mobilização, a empresa resolveu, por fim, repassar o pagamento dos salários. Agora, os trabalhadores permanecem mobilizados para reivindicar o reajuste do salário e do vale-alimentação, com seus respectivos retroativos.

A experiência dos trabalhadores terceirizados da UFRN, que têm se utilizado dos instrumentos da paralisação e do protesto, tem demonstrado o caminho para se conquistar as reivindicações, que é o método da ação direta.

A terceirização no serviço público tem funcionado como um meio para que o governo corte gastos. Os trabalhadores terceirizados não têm os mesmos direitos que os efetivos, recebem salários bem menores, e tem os direitos trabalhistas básicos descumpridos.

A Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) defende, como solução para esse problema, o fim da terceirização, com a efetivação imediata de todos os terceirizados no quadro de funcionários da universidade!

Ceará

## Boletim Nossa Classe – abril

*Publicamos um resumo dos dois Boletins Nossa Classe.*

### 1) Eletricitários:

O Boletim Nossa Classe de abril, distribuído entre os eletricitários relata o problema da reajuste salarial pífio de apenas 6%, do valor do vale-alimentação de R\$ 19,50 para os trabalhadores da terceirizada Sirtec, bem aquém da alta dos preços dos alimentos, assim como a exploração do trabalho com jornadas que ultrapassam o estipulado nos contratos e a demissões antecipadas por perseguição patronal. O Boletim traz também uma nota em defesa da luta nacional e unificada da classe operária em torno de suas próprias reivindicações.

### 2) Construção Civil:

O Boletim Nossa Classe voltado à construção civil avalia o andamento da campanha salarial, a contraproposta miserável dos patrões (Sinduscon) de apenas 5,20% de reajuste e a necessidade dos operários prepararem a greve, para arrancar as reivindicações. O Boletim alerta a categoria a não confiar no dissídio coletivo e traz ainda uma nota sobre o que é a luta de classe e uma avaliação sobre os 3 meses de governo Lula e a necessidade da independência de classe dos explorados diante do governo, sob a bandeira de oposição revolucionária.



Rio Grande do Norte

## Boletim da Corrente Proletária na Educação

A Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) publicou um importante balanço da greve de 37 dias dos trabalhadores em educação do RN, protagonizada pelos professores. A particularidade da greve está em que o estado é governado por Fátima Bezerra (PT/MDB); e a direção sindical, governista, fez o que pôde para blindar o governo. Apesar disso, uma vanguarda lutadora despontou da luta, insatisfeita com a política do governo, bem como com a condução da greve pela direção sindical. Embora a reivindicação, econômica, tenha girado em torno ao pagamento do Piso Salarial de 2023, de 14,95%, essa vanguarda assimilou a bandeira de integralidade, o que provocou um ponto de inflexão na luta e prolongou o movimento grevista, pois o governo manteve as propostas rebaixadas de parcelamento do Piso. Diante desse prolongamento, o governo teve de mostrar sua verdadeira face ao atacar publicamente o movimento, difamando os professores lutadores perante a opinião pública, e a direção sindical, por outro lado, desarticulando e manobrando para que a luta cessasse.

O fim da greve, em 12/04, foi marcado por desmobilização e manobras da direção sindical. A burocracia teve de agir antidemocraticamente contra a oposição, em especial contra a Corrente Proletária na Educação, ao não inscrever as falas dos militantes da Corrente por três assembleias consecutivas. O protagonismo, a organização política, as intervenções da Corrente Proletária convergiram para que a política revolucionária aparecesse como um elemento intensificador das tendências de luta da vanguarda, sendo o ponto alto a assimilação da bandeira pela integralidade do Piso, apesar de afirmarmos que o movimento não poderia restringir-se a essa bandeira e, sim, avançar por uma campanha salarial própria.

Além disso, o Boletim CPE denuncia o abandono da direção sindical em relação ao pagamento da greve, deixando os professores enfrentar individualmente os gestores de escola, que são correia de transmissão do governo e que tentam impedir que mais professores participem das próximas lutas. A Corrente Proletária se colocou contra as medidas do governo para pagar os dias de

greve, propôs atividades e trabalhos escolares como forma de “pagamento”. Mas não deixou de dizer que o pagamento dos dias parados seja uma reivindicação democrática do direito de greve, sem nenhuma forma de obrigar o professor a trabalhar mais.

O Boletim também traz o posicionamento da Corrente Proletária acerca das eleições do SINTE de São Gonçalo do Amarante. A CPE viu-se obrigada a levantar a bandeira do voto nulo, pois compreende que a chapa única (Muda SINTE/PSTU) não expressa os interesses mais elementares dos trabalhadores da educação do

município, sendo sua política de continuísmo e de seguidismo à sombra da política reformista. A Corrente Proletária entende que a construção de uma chapa é resultado da luta classista, em que a vanguarda que desponta do movimento se comprometerá com os interesses dos trabalhadores explorados, retomando o sindicato como um organismo de luta. Por não existir ainda uma chapa que expresse a luta de classes, coloca-se a necessidade da vanguarda classista essa tarefa de construir uma oposição classista e de luta para o sindicato.

São Paulo

## Prefeitura da capital contrata estagiários para promover a falsa inclusão

Em 2022, a Secretaria Municipal da Educação (SME) em parceria com o CIEE intensificou junto às Universidades a contratação de estagiários das licenciaturas para participarem do projeto “Aprender Sem Limites”. O estágio consiste em fazer o trabalho de acompanhamento, observação e aplicação de atividades elaboradas pelos professores, adaptadas aos alunos autistas, down, cegos e surdos. O prefeito paga aos estágios uma “ajuda financeira”, de R\$ 1.100,00 por quatro horas ou R\$ 1.500,00 mais vale-refeição por seis horas diárias.

Os estagiários em pouco tempo perceberam que o trabalho com os alunos portadores de necessidades especiais deve ser feito por profissionais especializados, que a “ajuda financeira” é vergonhosa, pois estão obrigados a servir de “cuidadores” de alunos que precisam de muita atenção. E que se trata de uma política apenas para cortar gastos com a educação.

A precarização da educação imposta pelos capitalistas e seus governos tem retrocedido as condições de ensino e aprendizagem. As escolas possuem as salas superlotadas, faltam funcionários e ainda recebem um contingente de crianças e jovens com necessidades especiais. Não possuem nenhuma infraestrutura básica (mesas e carteiras exclusivas para realizar seu trabalho etc.). Para completar, a formação do ensino superior também é precária. Não prevê a formação adequada na medida em que a disciplina “Educação Inclusiva” se dá por meio do ensino a distância (EAD). Dessa forma, o aluno universitário estagiário se sente um peixe fora da água, uma espécie

de “tutor” ou “cuidador” de crianças e adolescentes que precisam de uma aprendizagem especial. A SME foi além, impôs aos estagiários o trabalho de acompanhar esses alunos no horário do lanche, separando-os do conjunto dos professores e dos demais alunos.

Como se vê, essa política do prefeito de explorar o trabalho dos estagiários e de oferecer condições precárias de aprendizagem para os alunos especiais não tem nada de inclusiva, mas sim de cortar gastos com a educação. Ao invés de alcançar a inclusão, a socialização e o acolhimento dos alunos especiais junto aos demais estudantes da sala de aula, o resultado tem sido o oposto: maior isolamento, inadaptabilidade e pouquíssima evolução de aprendizagem.

Esta farsa de projeto inclusivo é parte da política burguesa de destruição dos serviços públicos e avanço da privatização e terceirização. Particularmente, a relação educação e saúde mostram isso. Basta ver que quase a totalidade dos estudantes de “inclusão” dos bairros proletários são usuários do SUS e além da exclusão educacional também não conseguem um tratamento especializado com psicólogos, psiquiatras, fonoaudiólogos, fisioterapeutas etc., necessários para seu desenvolvimento físico e mental.

A Corrente Proletária tem atuado combatendo a terceirização e todas as reformas privatistas dos governos. Defende que as crianças e jovens portadores de necessidades especiais sejam acompanhados por escolas e professores especializados. Critica a farsa da política inclusiva dos governos. E luta por salário, emprego, direitos, escola e saúde públicas.

São Paulo

## Conferência Regional da Educação em São Mateus

A prefeitura de SP convocou as Conferências Regionais da Educação, que se realizaram nos dias 14 e 15 de abril. O objetivo era avaliar as metas educacionais que não foram alcançadas, segundo o Plano Municipal de Educação. O PME foi aprovado em 2015, durante o governo Haddad/PT e prevê atingir as metas em dez anos. Entre elas, alfabetizar as crianças em idade escolar, banir a evasão e repetência, ampliar o ensino integral e incluir as crianças em creches e ensino infantil. Como o PME não é contra a privatização, o prefeito Ricardo Nunes/ MDB impulsionou as parcerias público-privadas, a exemplo das creches conveniadas.

Tratava-se, portanto, de uma Conferência governamental. No entanto, a presença de alguns representantes sindicais e de movimentos ligados ao CRECE permitiu debater e criticar as razões do fracasso das metas do PME. Assim, o debate nos grupos e na plenária girou em torno à necessidade de aumentar o investimento em educação pública, dos salários dos trabalhadores da rede direta e da urgência em contratar professores especializados para o atendimento das crianças e jovens com necessidades especiais. O

que foi prontamente questionado pela representante da DRE, que defendeu as creches conveniadas, a terceirização e a política de “inclusão” do prefeito. No final, também se discutiu a implantação da Escola de Tempo Integral, onde foi possível mostrar as duras consequências para os estudantes e professores.

A Corrente Proletária atuou com a política de defesa da bandeira do ensino único, público, laico e voltado à produção social. Mostrou a decomposição da educação como parte da desagregação do sistema capitalista. Criticou a política de corte de recursos à educação. Denunciou a precarização das escolas, a falta de funcionários, as salas superlotadas e a falsa inclusão dos portadores de necessidades especiais. Por fim, se colocou pela revogação das reformas trabalhista, previdenciária, terceirização e do Novo Ensino Médio. Como se tratava de uma Conferência institucional, as críticas, as denúncias e as defesas servem unicamente para chamar a atenção dos trabalhadores da educação mais conscientes, que estavam presentes.

Rondônia

## Somente com mobilização e greve, o governador e prefeito cumprirão a Lei do Piso e farão a reposição das perdas salariais

O sindicato dos professores do estado de Rondônia (Sinprof) é filiado a central sindical CTB, tem por filiados apenas os professores. E o Sintero está filiado à CUT, abrangendo todos os trabalhadores de educação do estado e de diversos municípios. Esses dois sindicatos, desde o início do ano, realizam intermináveis negociações de gabinete com governador e prefeito da capital.

No dia 12 de abril, o Sinprof convocou uma assembleia dos professores do município de Porto Velho para apresentar informes sobre as negociações com a prefeitura. Relatou que o prefeito só irá cumprir a atualização do Piso somente em agosto, alegando um decreto de contingência feito pelo prefeito no dia 06. Como a direção não se esforçou para convocar os professores, a assembleia foi esvaziada, o que dificultou a aprovação de um plano de luta. A direção aproveitou a situação e passou a divulgar essa notícia nas redes sociais, gerando um descontentamento entre os trabalhadores em educação municipal.

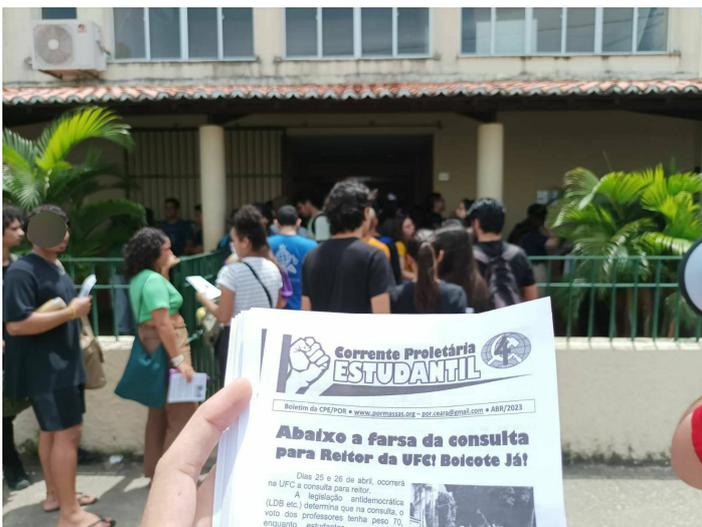
Por outro lado, a direção do Sintero realizou uma assembleia no dia 17, dividindo os trabalhadores da educação em estaduais e municipais, ou seja, uma assembleia pela manhã e outra à tarde, com o mesmo objetivo: informar sobre as negociações. Disse aos professores estaduais que o governador irá atualizar o Piso em abril e o retroativo dos quatro meses, será pago em maio. A proposta aprovada está condicionada a confirmação de que se até 26/04, dia em que a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) aprovou a greve nacional, não constar no espelho do pagamento a incorporação do percentual do piso salarial, se encaminhará a inclusão no plano de luta, no sentido de pressionar o governo.

A assembleia dos municipais contou com mais participação da base. A direção do Sintero disse que o prefeito só irá responder sobre a atualização do piso no dia 12 de maio. A indignação foi geral, e várias propostas foram defendidas, entre elas a da paralisação até que o prefeito cumpra o que determina a Lei do Piso e a reposição das perdas. A proposta aprovada vai adesão à greve nacional do dia 26 de abril e uma paralisação no dia 12 de maio, dia em que o prefeito daria uma resposta.

A Corrente Proletária interveio nas duas assembleias com o Boletim, que trazia a crítica à política da direção do sindicato de negociações intermináveis e de cúpula, à divisão dos trabalhadores da educação, às assembleias separadas entre municipais e estaduais e à falta de empenho na convocação para as assembleias. Defendeu a unidade e a organização da luta para enfrentar o descaso do governador e prefeito para com os trabalhadores da educação. Nesse sentido, se posicionou pela greve por tempo indeterminado. Levantou as seguintes reivindicações e bandeiras: Revogação imediata das contrarreformas trabalhista, previdenciária e do Novo Ensino Médio, da Lei do Teto de Gastos, da Terceirização, fim do ensino a distância e de todos os instrumentos que potencializam a privatização o da educação. Aplicação 14,95%, como determina a Lei do Piso e não ao parcelamento! Reposição das perdas salariais, como única forma de recompor o poder de compra dos salários; Fim da Guerra na Ucrânia, pelo combate ao cerco imperialista à Rússia, pelo direito à autodeterminação da Ucrânia sob um governo revolucionário, operário e camponês, e por uma paz sem os ditames das potências e por uma paz sem anexações.

Ceará

## Boletim da Corrente Proletária estudantil



O Boletim da Corrente Proletária/POR faz companhia pelo boicote à farsa da consulta para reitor na UFC. Diz a nota:

Nos dias 25 e 26 de abril, ocorrerá a consulta para reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC). Duas chapas concorrem ao pleito: “UFC Viva e Democrática” do professor Custódio Almeida/Diana Azevedo e “Unir para Avançar” da professora Elizabeth

Daher/Almir Bittencourt, chapa apoiada pelo atual reitor, o bolsorista Cândido Albuquerque.

A burocracia universitária, o sindicato de servidores e a Adufc, os CAs e as correntes de esquerda na UFC, de forma geral, têm chamado os estudantes a participarem das eleições e a apoiarem a candidatura Custódio, para “derrotar o bolsonarismo”. Ocultam, contudo, que estamos diante de uma verdadeira fraude nas ‘eleições’ e recusam denunciar abertamente os critérios antidemocráticos desta consulta já que: 1) ela não define quem será o novo reitor, mas apenas os nomes da lista triplíce (se for o caso) a ser enviada ao governo federal que nomeará o novo mandatário da universidade (lei 9.192/95); 2) se baseia no absurdo critério de estabelecer peso 70 aos professores e apenas 15 aos estudantes e servidores cada.

A Corrente Proletária Estudantil/POR não se subordinou à adaptação das correntes e denunciou abertamente a farsa da consulta para reitor, em uma firme campanha com colagem de cartazes, panfletagem e ato no RU. Também chamou os estudantes a encarnarem a defesa do fim do reitorado (sistema medieval de controle de castas sobre a universidade) e a defesa de um governo tripartite de estudantes, professores e servidores, eleitos na assembleia universitária. A tarefa da vanguarda classista do movimento estudantil é não recuar um milímetro na defesa da autonomia universitária, no combate ao autoritarismo da burocracia universitária e na defesa de que a universidade esteja sob controle dos que estudam e trabalham.

## Rio Grande do Sul

Realizada a colagem de cartazes no RU da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

# Todo apoio a luta dos estudantes da UFC contra o reitorado e pelo governo tripartite!

Na Universidade Federal do Ceará, assim como ocorre em outras universidades federais e estaduais, ocorrerá uma consulta à comunidade universitária para escolher o novo reitor, na verdade, para indicar uma lista tríplice ao governo federal, que é quem irá escolher o novo comando.

É um expediente que se tornou corriqueiro em muitas universidades e que tem o objetivo de iludir e cooptar o movimento estudantil, com a ilusão de que, dessa forma, se estaria constituindo um governo democrático dentro das universidades, pois as autoridades “eleitas”, representariam a vontade da comunidade universitária. Este embuste independe da proporção e dos pesos dos votos de estudantes, professores e funcionários. Tanto faz que seja 70%; 15% e 15% ou paritário como ocorre em alguns lugares.

A Corrente Proletária na Educação denuncia esta farsa e defende o fim do reitorado, pois é mediante esta forma de governo nas universidades que o Estado burguês e os capitalistas subordinam a instituição aos seus objetivos, que, no caso da universidade de um país atrasado é o de bloquear o desenvolvimento da ciência, da cultura e das condições de autonomia e soberania nacionais.

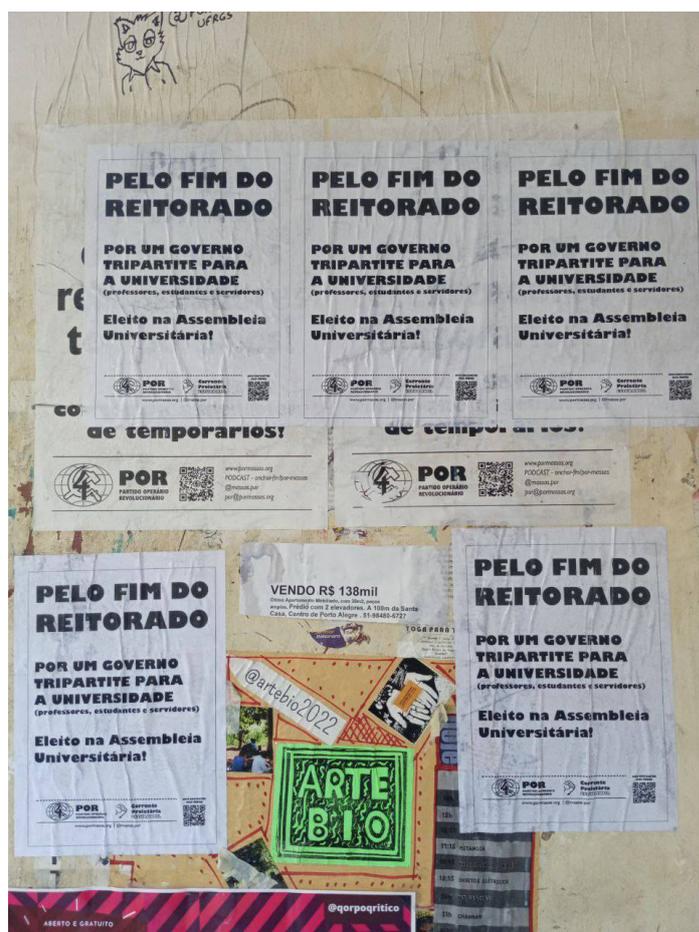
Como não poderia ser de outra forma, dentro da universidade se reproduzem as mesmas relações oligárquicas que imperam no Estado nacional. Também nas universidades, poderosas minorias de docentes vinculados ao poder político e econômico monopolizam o comando da instituição e ainda usam os cargos para o carreirismo político ou acadêmico.

Por isso, a defesa do governo tripartite, baseado na soberania das assembleias gerais universitárias com voto universal e revogabilidade dos mandatos é a única alternativa democrática que se opõe a estrutura antidemocrática vigente. Esta bandeira, no entanto, só pode ser consequentemente defendida pelos estudantes, pois a diferença dos funcionários e professores, se relacionam com a universidade como um fim e não como um meio (no caso dos professores e funcionários a universidade é o emprego).

É muito frequente encontrarmos professores que ora participam do movimento sindical docente, ora ocupam cargos na burocracia universitária, chegando inclusive a disputar a reitoria. A isto se deve a resistência por parte de docentes e funcionários contra o

governo tripartite, contra um governo democrático na universidade e, por consequência, contra a autonomia universitária.

Todo apoio à luta dos estudantes cearenses contra o reitorado e pelo governo tripartite!



## Toda solidariedade a Thiago Torres, o Chavoso da USP

O militante Thiago Torres, conhecido como Chavoso da USP, revelou em suas redes sociais a perseguição judicial que vem sofrendo do prefeito de Guarulhos Gustavo Henric Costa, o “Guti” (PSD). No final de 2021, “Guti” e aliados na Câmara de Vereadores extinguiram a empresa “Proguaru” (Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S/A), empresa que era responsável por serviços públicos, como a pavimentação de ruas, zeladoria, obras, drenagem de córregos e reciclagem), demitindo quase 5 mil funcionários. Thiago participou ativamente da luta contra o fechamento da empresa e as demissões, participando de greves, manifestações e publicando diversas denúncias em suas redes sociais. Chavoso estava sendo coagido para que removesse suas postagens sobre a

luta na “Proguaru” e se desculpassem publicamente. Após se negar, o prefeito e o judiciário seguem perseguindo Thiago, agora com ameaças de condenação criminal.

O Partido Operário Revolucionário (POR) manifesta solidariedade a Thiago Torres, perseguido pelo prefeito bolsonarista de Guarulhos e pelo judiciário burguês. O POR convoca os sindicatos, movimentos populares e partidos, que se reivindicam dos explorados a se colocarem pelo fim da repressão e pelo direito democrático de manifestação. A luta contra a ofensiva burguesa sobre aqueles que lutam deve fazer parte da defesa dos empregos, dos direitos, dos salários e da proteção da maioria oprimida. Pelo fim da repressão e em defesa da liberdade de expressão e manifestação!

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Eleições do ANDES

## Alerta de golpe nas eleições do ANDES-SN: solidariedade à chapa 2 contra a arbitrariedade da Comissão Eleitoral

Um episódio recente na disputa pela direção do sindicato nacional dos professores das universidades públicas e institutos federais demonstra o grau de apodrecimento e burocratização das correntes que dirigem a entidade atualmente e tentam a reeleição por meio da chapa 1 (Resistência/PSOL e PCB). Diante das pressões pelo voto útil para derrotar a chapa 3, do Renova Andes (PT), sem conseguir convencer a chapa 2 (outros setores do PSOL e PSTU) a retirar sua candidatura, tudo indica que resolveram trilhar o caminho do golpe.

A chapa 2 denunciou que, por vias tortuosas e antidemocráticas, uma de suas candidatas foi impugnada, três semanas depois da homologação das chapas. A impugnação partiu de um candidato da chapa 1 que também é tesoureiro da seção sindical (SINDUEAP), na qual a candidata denunciada é presidenta. A alegação é de que o tesoureiro-candidato da chapa 1-denunciante percebeu depois que a professora não estava em dia com suas contribuições no momento da inscrição. A chapa 2 já demonstrou que a acusação é infundada, havendo má fé do denunciante.

A Frente Única Andes Classista, composta pela CPE-POR e ART, se manifestou com uma moção de solidariedade à chapa 2, publicamos aqui a parte final:

“Manifestamos nossa indignação que tal denúncia tortuosa tenha encontrado acolhida na Comissão Eleitoral Central (CEC) que deliberou por 5 votos a 4 pela impugnação da candidata. Apoiamos a chapa 2 em sua recusa em substituir o nome, que já havia sido homologado no ato da inscrição das chapas, o

que levaria a referendar a arbitrariedade cometida. Exigimos que a CEC reverta essa decisão antidemocrática, caso contrário manchará o processo eleitoral do sindicato nacional, interferindo indevidamente nos direitos dos sindicalizados se candidatarem e elegerem a direção de sua escolha.

Temos nossas divergências quanto ao processo eleitoral e pretendemos apresentar proposições, nos próximos congressos, para ampliar a democracia quanto aos critérios de inscrição de chapas e a garantia de expressão da diversidade política da categoria por meio da proporcionalidade. Nossa frente é fruto da tentativa de construção da chapa 4, que não conseguiu atender aos critérios exigidos para a composição da nominata com 83 nomes.

Manifestamos nosso apoio crítico à chapa 2. Porém, mesmo se tal arbitrariedade fosse cometida contra as outras chapas, nos ergueríamos do mesmo modo em defesa da democracia sindical.”.

Na noite de 20 de abril, foi realizada uma plenária virtual chamada pela chapa 2. Participamos manifestando nossa solidariedade e repúdio à ação da Comissão Eleitoral. Na prática, a ação arbitrária é de exclusiva responsabilidade da Resistência/PSOL e PCB, pois foram os representantes da chapa 1, da direção atual e da base alinhados com esses grupos que tomaram a decisão. O prazo de 24 horas para enviar um novo nome se esgotou no dia 20 às 18h. A chapa 2 não acatou. A nova reunião da CEC hegemônica pela chapa 1 poderá, portanto, “desamolgar” a inscrição da chapa 2. A categoria precisará se levantar contra esse golpe.

São Paulo - Boletim da Corrente Proletária - Municipais

## VOTAR NA CHAPA 2, em defesa da democracia sindical e da independência de classe!

A eleição para a Diretoria do SINPEEM ocorrerá no dia 5 de maio. A categoria deve fazer o balanço da atual gestão, e votar na chapa que corresponda aos seus interesses. A Corrente Proletária na Educação / POR defende o voto na Chapa 2, da Oposição Unificada. Trata-se de uma chapa que reúne diversos agrupamentos da esquerda e ativistas independentes, formada a partir de uma Convenção, que firmou os princípios da democracia operária e da independência de classe. É a Chapa que pode enfrentar a burocracia sindical liderada por Cláudio Fonseca. Chega de autoritarismo, burocratismo e imobilismo no SINPEEM! É hora de derrotar a atual direção e colocar em seu lugar uma direção classista, combativa e democrática!

A situação concreta dos trabalhadores e da Educação exige que tenhamos em nossas mãos o instrumento de organização e luta, que é o sindicato. Nossos salários vêm sendo corroídos pela inflação, direitos têm sido retirados, as condições de trabalho vão de mal a pior, a violência penetra nas escolas, a privatização e a terceirização avançam, gerando mais precarização, enfim, são muitos os problemas, que exigem uma resposta política dos trabalhadores, no campo da independência de classe e com os métodos próprios da classe operária. Acontece que a atual direção (Chapa 1) tem servido de freio à mobilização da categoria. Os trabalhadores em Educação da rede municipal, estes sim, têm se levantado em defesa de seus próprios interesses, apesar da política conciliadora da direção sindical, demonstrando disposição de luta.

São muitos os exemplos que poderiam ser elencados para comprovar o papel de freio dessa direção, o histórico de erros

políticos e traições abertas à categoria é extenso. Vamos nos ater, porém, aos últimos acontecimentos: em relação ao problema da violência, que emergiu com toda a força após os casos da professora Elisabeth Tenreiro e das crianças em Blumenau, a Diretoria do SINPEEM não moveu uma palha. Para ser mais preciso, divulgou um chamado para uma “caminhada pela paz” somente no dia 13 de maio, tarde demais, considerando a urgência do tema. E pior: a data referida cai num sábado, o que torna a ação absolutamente inócua! As consequências dessa política imobilista são graves, pois, para além da necessidade de ações imediatas, a ausência de uma resposta classista abriu a brecha que a direita e a ultradireita precisavam para apresentar suas falsas soluções, as quais caminham quase sempre no sentido do reforço da repressão e da ocultação das verdadeiras raízes de todas as formas de violência, que devem ser encontradas no capitalismo em decomposição.

Outro exemplo tem a ver com o chamado da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) para um dia de greve nacional da Educação, em 26 de abril. A direção do sindicato se calou sobre essa convocatória, até o momento em que a oposição (Chapa 2) começou a pressionar e divulgar a atividade. Mesmo assim, o chamado feito pela direção não foi acompanhado das devidas medidas de organização, que cabem justamente a quem dirige a entidade, como o chamado às reuniões preparatórias, realização de assembleia, divulgação de material explicativo nas escolas, enfim, esteve e está ausente um conjunto de ações voltadas à mobilização dos trabalhadores.

Vale lembrar que o chamado da CNTE tem como reivindicações centrais a questão do piso salarial e a revogação da reforma do ensino médio. Ambas as questões têm tudo a ver com os problemas da rede municipal de SP. A importância do item salarial dispensa longas explicações: todos os últimos acordos de reposição salarial resultaram em índices abaixo da inflação, o que significa que temos uma perda considerável do nosso poder de compra. E já estamos chegando ao final de abril – a data-base da categoria é em maio – e a direção não convocou nem uma assembleia sequer! Cabe indagar à atual direção: cadê a campanha salarial da categoria? É evidente que uma campanha salarial, para ser vitoriosa, necessita de um trabalho paciente de construção. O que o Cláudio Fonseca e sua corrente política estão esperando? Vão convocar uma assembleia no meio de maio e chamar isso de “campanha salarial”?

O ponto sobre a reforma do ensino médio também possui grande relevância para nós. O fato de serem poucas as unidades dessa etapa de ensino na rede não pode servir de justificativa para a paralisia política. Pelo contrário, todos os aspectos essenciais da reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017) compõem também elementos de ataque à Educação municipal: avanço da privatização/terceirização, extensão do ensino a distância (EaD), expansão da farsa do ensino de tempo integral, entre outros. O SINPEEM deveria estar participando da mobilização nacional pela revogação do Novo Ensino Médio, mas tem, lamentavelmente, devido à política corporativista da direção, ficado à margem de toda essa luta.

Como se vê, a categoria necessita de uma nova direção sindical. Defendemos o voto na Chapa 2, tendo em vista essa necessidade política objetiva. Não fechamos os olhos, no entanto, para os problemas da chapa oposicionista. Chamamos a atenção dos trabalhadores para um aspecto principal, que é a presença de posições governistas (nos referimos ao governo federal) no interior dessa unidade frentista. Isso por que o setor majoritário da Chapa é composto por correntes do PSOL, partido que está

integrado ao governo burguês de frente ampla do Lula/Alckmin. Os trabalhadores e a juventude oprimida do país necessitam da revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, da lei da terceirização e do Novo Ensino Médio; necessitam combater o arrocho salarial e o desemprego; precisam se colocar pelo fim da guerra na Ucrânia; têm de enfrentar o fortalecimento das tendências fascizantes; em suma, precisam lutar contra os efeitos da crise do capitalismo. Para isso, precisam da independência frente aos governos da burguesia.

Na APEOESP, esse equívoco levou praticamente os mesmos agrupamentos a capitularem diante da burocracia sindical, abandonando décadas de construção da luta oposicionista e debandando para a Chapa da Articulação Sindical/PT, que é a chapa situacionista, com a deputada Maria Izabel à frente. No SINPEEM, uma manobra dessa natureza não faria sentido, pois o caudilho Cláudio Fonseca faz parte de um partido direitista, da base do bolsonarista Tarcísio, que é o CIDADANIA. Está aí o fator decisivo para explicar o fato de as correntes do PSOL abandonarem a oposição na APEOESP, e não no SINPEEM. É o que explica também a decisão de serem favoráveis, durante a Convenção que formou a Chapa 2, uma resolução em favor da independência frente a todos os governos – mesmo compondo o governo federal.

A Corrente Proletária na Educação compõe a Chapa 2 e está trabalhando pela sua vitória. Exerce o direito democrático de crítica, que é uma condição para a intervenção numa unidade frentista. Chamamos os trabalhadores a votarem na Oposição Unificada, pois estamos cientes da necessidade maior de derrota da burocracia sindical, que há tantos anos permanece encastelada na direção do SINPEEM. Dividir a oposição nesse momento seria um erro brutal. Não! Mesmo com as suas contradições, a Chapa 2 tem em seu programa a defesa da independência política e organizativa diante do Estado e dos governos. Por um SINPEEM classista, democrático e independente, vote Chapa 2!

## Recife/Pernambuco

# Ato no Centro de Educação da UFPE pela remoção da homenagem ao interventor da ditadura no Movimento de Cultura Popular

No dia 12 de abril foi realizado um ato pela mudança no nome do auditório Carlos Maciel no CE/UFPE, o local foi o próprio auditório objeto do debate. O homenageado foi nomeado interventor da ditadura no Movimento de Cultura Popular e na Secretaria de Extensão e Cultura da UFPE para perseguir o que consideravam “esquerdistas”, que tanto abarcava comunistas como nacionalistas, intelectuais, professores e artistas ligados ao Governo de Miguel Arraes. Posteriormente, Paulo Guerra, que era vice de Arraes e assumiu na condição de interventor após a prisão do governador, nomeou Carlos Maciel para levar a “operação limpeza” ao Conselho Estadual de Educação. Em sua posse, Maciel afirmou: “aqui (no MCP) se destilava o álcool ideológico que vinha empestando a atmosfera que respiramos”.

A mudança do nome encontra resistências justamente entre a ala que hoje ocupa a reitoria e que gosta de exaltar a memória de Paulo Freire. A contradição de sufocarem o debate sobre alguém que foi nomeado para desmontar o legado de Freire no MPC e Extensão da UFPE se explica pelos profundos vínculos que ainda entrelaçam a burocracia universitária e as oligarquias políticas. Assim, o professor Evson Malaquias que encabeçou a iniciativa da mudança de nomes passou a sofrer pressões para restringir seu pleito aos canais burocráticos, sem externalizar nas redes sociais e espaços extra-institucionais e passou a ser perseguido politicamente por meio de processo administrativo.

Carlos Maciel é parte de uma poderosa família oligárquica do estado, foi primo do ex-vice-presidente da República Marco Maciel e irmão do ex-reitor da universidade nos tempos da ditadura militar, nomeado após violenta campanha encabeçada por Gilberto Freyre que levou à renúncia do então ocupante do cargo. O reitor João Alfredo se recusou a acatar as ordens da Portaria no 1 do Comando Supremo da “Revolução”, do Ato Institucional e também o Aviso do Ministro da Educação dirigido a todas universidades que exigiam, em 30 dias, o estabelecimento e relatório de sindicância para perseguição e punição de seus quadros, acusados de subversivos e comunistas.

O ato no CE foi extremamente representativo e democrático, iniciou com a fala das organizações políticas: Mangue Vermelho, PCO, UP, PSTU, POR e PSOL. O PCB não enviou representação. Houve fala da Associação Brasileira de Advogados Populares e da Associação Pernambucana de Anistiados Políticos. Também houve convidados, como o professor Marco Mondaini, que renunciou à direção da TV Universitária após censura da atual reitoria, Edval Nunes Cajá, que foi preso e torturado pela ditadura quando era estudante de Ciências Sociais na UFPE, dentre outros oradores. Todos que se pronunciaram fizeram coro à reivindicação de que seja aberta uma consulta democrática para a substituição do nome do homenageado do auditório. Na denúncia aos crimes da ditadura somaram-se as críticas à ausência de “Justiça” com

punição aos criminosos da ditadura; aos limites das comissões de memória e verdade, que serviram ao resgate histórico, mas sem o poder de punição; às violências que seguem sob a democracia burguesa, seja no extermínio nas periferias, seja nas várias formas de censura, como a que atingiu recentemente o PCO, que teve suas redes sociais suspensas por determinação do STF contra os atos antidemocráticos. A fala do PSOL ecoou a denúncia do assassinato de Marielle e Anderson, ainda sem revelação e punição dos mandantes e também exaltou as iniciativas legislativas de proibição de homenagens a nomes ligados à ditadura militar. Outra reivindicação erguida pelos presentes foi a de criação de uma Comissão da Verdade no âmbito da UFPE, como foi feito por outras instituições.

## Segue a transcrição da intervenção do POR.

Nós do Partido Operário Revolucionário, primeiro, declaramos o apoio à reivindicação de não homenagear Carlos Maciel nesse auditório. Não devemos homenagear aqueles que pactuaram com a ditadura que ajudaram a perseguir pessoas e, com certeza, contribuíram para torturas e até mesmo assassinatos, mesmo que de forma indireta. Falar sobre quem deve ser homenageado é também lembrar daqueles que foram assassinados, não só na condição de vítimas. Lembrar deles na condição de lutadores e lutadoras, lembrar pelo que eles se mobilizavam, é lembrar que pré-64 os camponeses estavam buscando solucionar um problema fundamental, que é o problema da Reforma Agrária, que estavam lutando para ter acesso aos Direitos Trabalhistas. Quantos foram assassinados porque estavam reivindicando a aplicação da Lei do Décimo Terceiro, aplicação de um direito trabalhista, foram assassinados pré-64 e muito mais depois do golpe.

O golpe se deu para impedir o processo de organização dos oprimidos, dos explorados. Impedir a organização da juventude que reivindicava acesso à educação para todo jovem que concluisse o Ensino Médio, que era o problema dos excedentes, garantir ensino para todos. Foi para impedir a organização dos trabalhadores que se mobilizavam pelos seus salários, e eles fizeram isso apoiados pelo Imperialismo norte-americano, apoiados por forças econômicas do latifúndio, das oligarquias, do setor industrial. A repressão violenta, as torturas, os assassinatos e as prisões certamente adiaram o processo de organização dos trabalhadores. É um dos fatores que também contribui para nossa desorganização atual, mas a gente sabe que a luta não vem somente dessas lideranças. Essas lideranças florescem no processo de luta, mas vão nascer outras e vão continuar existindo enquanto houver as contradições do capitalismo com suas formas de opressão e exploração.

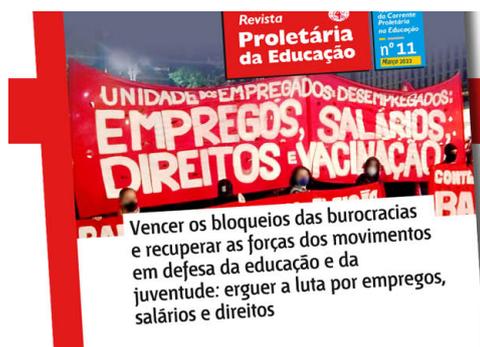
Se a gente tem que se erguer contra a homenagem a Carlos Maciel, por tudo que ele representa como interventor no MCP, a gente tem muitos motivos para homenagear aqueles que se ergueram. Temos muitos motivos para homenagear esses jovens, como Ivan da Rocha Aguiar, que teve a coragem de no primeiro dia do golpe ir de peito aberto marchar nas ruas contra o arbítrio, contra o golpe e foi metralhado por conta disso,

era estudante de engenharia aqui da UFPE. [Foi, junto com Jonas José de Albuquerque Barros, secundarista de 17 anos, os primeiros assassinados pela ditadura]. Temos todo motivo para homenagear Miriam Verbena, Ezequias Rocha, Ranússia, estudante de enfermagem aqui, Humberto Câmara, que dá nome ao DCE, Rui Frazão, Fernando Santa Cruz e também todos aqueles que lutaram, para além da universidade. Se Gregório Bezerra teve essa tortura exemplar é porque em dias anteriores ele tentou organizar os camponeses, uma das poucas experiências no Brasil de tentativa dos camponeses de pedirem armas ao governo para resistirem ao golpe e não foram atendidos pelas suas direções ou mesmo pelo governo nacionalista. E Gregório foi punido por conta disso, por sua luta.

É preciso homenagear não só as pessoas, temos que relembrar pelo que eles lutaram, ver a vigência dessas lutas. Ainda hoje é vigente a luta pelo acesso de toda juventude ao Ensino Superior público e gratuito; a luta que esses estudantes tiveram pela independência de suas organizações diante dos decretos e interventores – e hoje, mesmo sem decretos e interventores, a gente tem muita direção praticamente biônica, em vez de representar as bases, acabam expressando a burguesia e seu Estado dentro do movimento. Temos ainda a tarefa da Reforma Agrária pendente, a tarefa da luta pelos salários, pelos direitos e pelos empregos.

Sabemos que Democracia e Ditadura tem caráter de classe. E é importante lembrar isso, porque os mesmos que orquestraram o golpe de 1964, como o Imperialismo norte-americano, as oligarquias e a burguesia industrial, depois, com a maior cara lavada, eles se passam para o lado da democracia burguesa, como se não tivessem nada a ver com aquilo, “foram só os militares”, escondem a mão que orquestrou o golpe. É isso se repete na nossa história, porque os mesmos que organizaram o golpe de 2016, hoje estão no governo, como o Alckmin, se passando de democrático, os mesmos da Fiesp, hoje estão na base do governo. Se se perde de vista que Ditadura e Democracia tem caráter de classe, a gente se perde na ilusão da democracia burguesa.

Temos episódios aqui nessa UFPE muito recentes, como foi a ocupação de 2016, a estudante Charly está aqui como testemunha, foi processada, teve suspensão por ter ocupado o Centro de Educação, esse centro de educação. Temos Messias que praticamente se exilou na, agora, na conjuntura de 2018, pela perseguição. Por ser um jovem negro ele sentiu uma ameaça de ser assassinado porque tinha Polícia Federal na cola dele, com apoio do serviço secreto dessa instituição (UFPE). Temos que lembrar disso para saber que não vai ser a própria burguesia que vai punir os torturadores e os assassinos. Vamos precisar nos organizar com as nossas próprias forças, com independência de classe, tanto para garantir justiça de fato, àqueles que foram assassinados, torturados, presos, a todas essas militantes – as militantes mulheres, na sua maioria, eram violentadas, estupradas. Então, para garantir justiça a eles, a gente tem que dar continuidade a essa luta. Lutando por liberdades democráticas, mas também pelas reivindicações sentidas de terra, trabalho, emprego, educação e também para acabar com essa sociedade de classes, de exploração e de opressão, erguer bem alta a bandeira do fim da sociedade capitalista, da defesa de uma sociedade socialista por meio de um processo revolucionário.



## Revista Proletária na Educação



As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

O Boletim que reproduzimos abaixo foi distribuído nos atos de 19 de abril

#69 ABR/2023



# JUVENTUDE EM LUTA

## BOLETIM DA CORRENTE PROLETÁRIA SECUNDARISTA

massas.por | Podcast: anchor.fm/por-massas | www.pormassas.org | (11) 95446-2020



### POLÍTICA OPERÁRIA

## POSIÇÃO DA CORRENTE PROLETÁRIA SECUNDARISTA DIANTE DO NOVO ENSINO MÉDIO E DO CONJUNTO DAS CONTRARREFORMAS BURGUESAS

No dia 19 de abril está sendo convocado pela UBES o segundo dia nacional de manifestações da juventude contra o Novo Ensino Médio (NEM). Esta manifestação ocorre um mês após o primeiro dia de manifestações nacionais. Repete-se a divisão da luta dos estudantes e professores, como ocorreu em 15 e 22 de março, com atos separados. Agora, enquanto os estudantes vão às ruas no dia 19, os professores realizarão em 26 de abril um dia de greve nacional. Ou seja, as manifestações estão sendo convocadas de forma a esgotar as energias da parcela mais elevada politicamente, que vai à luta. Essa divisão entre estudantes e professores enfraquece o movimento. Além disso, está diante do anúncio do governo de adiamento por 60 dias na implantação do NEM, o que foi comemorado pelas entidades como uma “vitória”, mas que se trata, na verdade, de uma manobra para “esfriar” o movimento pela revogação da reforma.

### Adaptação das direções sindicais e estudantis às contrarreformas

É nesse quadro de profundo ataque e de profunda insatisfação que as direções políticas dizem que “não são contra as reformas”, mas que essas “devem ser elaboradas e implantadas com a participação dos sindicatos e entidades dos estudantes”. Ninguém de sua consciência pode ser contrário por princípio a reformas. O problema está em que o Estado burguês já não pode realizar verdadeiras reformas que desenvolvam as forças produtivas, integrem as massas jovens na produção social e favoreçam a formação integral da criança/adolescente. A escola expressa as condições de desenvolvimento econômico e social do país, embora não de forma mecânica.

É comum ver nos “reformadores” da burguesia a procura de parâmetros educacionais da escola dos países de economia adiantada e que saqueiem os países de economia atrasada. É o que se passa com as atuais contrarreformas. As direções sindicais e estudantis tendem a se submeter às pressões das diretrizes mundiais do imperialismo ditadas para os países semicoloniais.

A CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), sindicatos da educação e a UNE e UBES se contentaram com o adiamento da implantação do Novo Ensino Médio, determinado pelo ministro da Educação, sob o argumento de que se criará “um ambiente de discussão e participação democrática dos professores, estudantes e população”. Falso! O Boletim Juventude em Luta já vem denunciando que o que vem se montando é uma farsa democrática, para justificar a capitulação diante da indisposição do governo Lula de revogar a reforma.

### A escola reflete e está condicionada pelas condições sociais

O primeiro elemento a se ter em conta ao analisar as medidas do governo é o de que não se pode desvincular as condições sociais da criança e da juventude da aprendizagem e, portanto, da escola. As crianças imersas na miséria e na fome não têm como alcançar a aprendizagem mínima, que é a alfabetização. Os jovens nessas mesmas condições não têm como dar continuidade ao processo inicial de aprendizagem. A escola inevitavelmente reflete e está condicionada pelas condições sociais adversas que atingem a maioria oprimida.

Um passo necessário para modificar a escola, que exclui grande parte da população infantil e jovem da aprendizagem, está em modificar as condições sociais de pobreza e miserabilidade. Mas o capitalismo em decomposição não permite essa mudança. Seu Estado acaba por inventar reformas que são ainda mais regressivas, como a do NEM.

### O Novo Ensino Médio é parte de um conjunto de ataques

A ampliação do tempo de permanência da criança e do jovem na escola seria positiva nas condições sociais que possibilitassem, de fato, realizar a aprendizagem. Em outras palavras, realizar a interdependência entre a escola e o desenvolvimento das forças produtivas, entre a escola e a juventude imersa na produção social.

Entretanto, o NEM é parte de uma contrarreforma geral na educação, que inclui a Escola de Tempo Integral (prevista na LDB de 1996), a implantação em larga escala do ensino a distância e programa de escolas cívico-militares. Medidas que se combinam com as contrarreformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização. De conjunto, refletem a decomposição do capitalismo e a impossibilidade da burguesia realizar reformas progressivas. São contrarreformas justamente por serem regressivas.

A Escola de Tempo Integral fecha salas de aula e turnos, institui as disciplinas eletivas tão artificiais quanto os itinerários formativos do NEM, exclui o aluno-trabalhador (em São Paulo, o exemplo são as PEIs) e amplia a jornada do professor, já estafante.

A escola Cívico-Militar, instituída por Bolsonaro em 2019, foi uma excrescência do governo de ultradireita. Não chegou a ser implantada em grande escala, mas indicou a visão militarista da educação.

**As reformas curriculares buscam desviar a atenção e ocultar os problemas**

A reelaboração dos currículos de referência, reforma instituída pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC), desvia e oculta os seguintes problemas: 1) a baixa aprendizagem; 2) a evasão escolar; 3) a ultrasseletividade para o ingresso na universidade; 4) os reais motivos de marginalização de parte considerável da força de trabalho da juventude; 5) que amplia o tempo de permanência do aluno na escola sem as devidas condições; 6) o fundamento da escola capitalista em que divorcia cada vez mais a educação e a produção social.

**As reformas aumentam as desigualdades**

O NEM estabeleceu o aumento do tempo mínimo do estudante na escola. Separou disciplinas em um núcleo que atenda à reforma imposta pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e instituiu os itinerários formativos, nos quais o aluno supostamente poderia aprofundar os conhecimentos em uma área do conhecimento ou na formação técnica e profissional. Porém o que vemos é que o tempo de permanência na escola e a aprendizagem estão dissociados e em contradição. A noção de ensino profissional não corresponde à aprendizagem como resultado da interpenetração entre a escola e a produção social. O aperfeiçoamento do nível universitário limita-se a uma ultraminoria que seguirá a especialização e assim reproduzirá a divisão social do trabalho. De forma que as reformas regressivas aumentam o precipício entre os níveis e o percurso da aprendizagem e da educação. Aumentam as diferenças sociais e de classe, em vez de diminuí-las, como se propagandeia. Aprofunda o fosso entre o ensino público e privado, entre o ensino fundamental e o médio, e entre o médio e o universitário.

**É preciso rejeitar as contrarreformas da educação!**

É obrigatório partir da questão geral de que a escola está profundamente afastada e separada da produção social. A flexibilização curricular é completamente artificial: reduz a carga horária de disciplinas, elimina algumas e introduz o caos dos itinerários. Uma parcela significativa da juventude não tem como dar continuidade à permanência no ensino médio, pois ou está obrigada a trabalhar ou então não vê sentido nos estudos. O governo cria um modelo de ensino médio que separa ensino profissional (técnico) do acadêmico (universidade), ou seja, aumenta o filtro de ingresso às universidades. O desemprego é estrutural no capitalis-

mo e agravado pela crise econômica, atingindo boa parte da juventude; os salários são muito baixos o que desestimula o jovem para os estudos; a pobreza e a miséria decompõem parcelas crescentes das famílias operárias. Avança a privatização da educação, impulsionada pelo ensino a distância e pela terceirização dos trabalhadores do sistema escolar. Precarização da formação e do trabalho do professor (formação por meio do ensino a distância, divisão entre efetivos e contratados, baixos salários, aumento da jornada de trabalho).

**Lutar pela revogação do Novo Ensino Médio e para pôr abaixo o capitalismo decadente!**

A revogação do Novo Ensino Médio, por si só, não modifica a decadência da escola e da aprendizagem. Mas, permite que professores, estudantes e a população trabalhadora se coloquem contra a farsa burguesa da escola profissionalizante, da suposta liberdade de escolha do caminho a ser seguido e de que o Estado está possibilitando às crianças e jovens permanecerem mais tempo na escola e, assim, terem maior chance de aprendizagem e de maior igualdade social. Esse é o ponto de partida para se levantar um programa de reivindicações que de fato proteja as crianças e jovens do capitalismo em decomposição e das imposições educacionais do Estado burguês.

Está colocada a luta pela universalização da aprendizagem e educação em todos os níveis, do básico ao universitário. Emprego a todos os jovens e acesso ao ensino em todos os níveis, de maneira a combinar o tempo dedicado à escola com o tempo aplicado na produção social. Um salário mínimo vital que arranque da extrema pobreza e miséria milhões de famílias trabalhadoras. Por um sistema único, público, gratuito, laico, controlado por quem estuda e trabalha. Estatização sem indenização do sistema privado de ensino. Eliminação do ensino a distância, e aperfeiçoamento técnico e científico das condições materiais da escola. Revogação de todas as medidas que aumentam a precarização do trabalho do professor. Luta por uma jornada de trabalho dos professores e funcionários compatível com o exercício da administração escolar, com a aplicação do conhecimento e com os métodos de ensino. Número compatível de alunos por sala aula.

*Essas são medidas de verdadeiras reformas educacionais. E, por isso, não serão conquistadas a não ser por meio da luta de classes. Esse é um programa que tem de ser encarnado por estudantes e trabalhadores como parte da luta geral do proletariado contra o capitalismo em decomposição e pelo socialismo.*

**LANÇAMENTO!**

**GUERRA NA UCRÂNIA**

Posição e resposta do internacionalismo proletário

**R\$40**



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

**Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. Acesse nosso site e redes sociais através do QR Code ao lado.**



Ceará

## Ato pela revogação do ensino médio: esvaziamento e blindagem do governo Lula

No dia 19 de abril, ocorreu o segundo ato dos secundaristas pela revogação do novo ensino médio em Fortaleza, na praça da Gentilândia. O ato foi convocado pelas entidades Unefort e UBES e contou com pouco mais de 200 estudantes e ativistas de vanguarda. A pouca participação estudantil se deveu, entre outros fatores, à fraca divulgação e mobilização nas escolas. Nenhuma plenária aberta foi convocada pelas entidades objetivando unificar as correntes e construir uma frente comum de mobilização. Muitas organizações souberam apenas na véspera da realização do ato.

A linha predominante na manifestação, dada pelas entidades influenciadas pelo estalinismo foi a de isolar a luta pela revogação do NEM da luta geral contra a destruição do ensino, privatizações, EaD e demais reivindicações dos explorados. As entidades que convocaram o ato também não disseram uma palavra sobre a Greve Nacional da Educação, convocada pela CNTE para 26 de abril, o que pode ser um indicativo de que não mobilizarão para esta

data. A fraca campanha nacional pela revogação, o divisionismo que tem surgido e o teor limitado das convocatórias mostram claramente o empenho das entidades em poupar o governo burguês de Lula/Alckmin, mesmo com MEC declarando publicamente que manterá a maldita reforma do ensino de Temer.

A Corrente Proletária Estudantil (CPE/POR) interveio com uma fala e panfletando o Boletim nacional juventude em luta. A coluna do POR e a FOB agitou palavras de ordem classistas na manifestação, assim como a plenária de avaliação ao final do ato que contou com a presença do POR, FOB, PCB e Independentes.

A manutenção da reforma pelo governo (a suspensão de 60 dias via portaria do MEC serve apenas para ‘aperfeiçoar’ o NEM) mostra que Lula governa para o empresariado, que é quem de fato sustenta e está por detrás da reforma e de outros ataques à educação. A tarefa da juventude combativa é construir um fração revolucionária e classista para potencializar a luta contra a destruição do ensino.

São Paulo

## Entidades secundaristas mantêm a divisão

No dia 19 de abril, aconteceu o segundo ato dos estudantes, convocado pela UBES, pela revogação do Novo Ensino Médio. O ato aconteceu com mais de um mês do ato anterior, novamente sem paralisação e sem uma ampla convocação nas escolas, resultando em um ato menor, que contou principalmente com a militância das entidades e correntes, além de poucos estudantes secundaristas independentes.



Fica cada vez mais evidente a tentativa de esgotar a disposição de luta, na medida em que o ato ocorreu uma semana antes da greve nacional dos professores, marcada pela CNTE para o dia 26/04. Diante de um ataque tão grave à educação, é mais do que urgente unificar as lutas da educação em um único movimento massivo, capaz de pôr abaixo o Novo Ensino Médio, pois a divisão apenas enfraquece a luta.

Fechando apenas uma faixa da Av. Paulista, o ato caminhou em direção a Secretaria da Educação, com palavras de ordem pouco politizadas e falas contrárias à contrarreforma, no entanto, claramente por formalidade. Na prática, estão blindando o governo federal, que já se posicionou pela manutenção da essência da contrarreforma, apenas com alguns remendos.

O Estado burguês é incapaz de realizar uma verdadeira reforma educacional, já que seu funcionamento está condicionado pela estagnação das forças produtivas. O capitalismo não pode permitir o entroncamento da ciência com a produção social, devido ao fenômeno da superprodução. O que significa que, sob o capitalismo, a Educação só pode se decompor cada vez mais.

O caminho para a luta é confiar em nossas próprias forças e nossos próprios métodos, a exemplo das ocupações de escola de 2015, pois a luta dos estudantes não se limita apenas ao Novo Ensino Médio, mas também a combater um conjunto de ataques a educação, como as escolas de ensino de tempo integral, a BNCC, o ensino a distância, bem como as demais contrarreformas trabalhista e previdenciária.

Pernambuco

## Ato esvaziado pela revogação do NEM mostra pouco empenho das direções estudantis e sindicais

A UBES chamou para o dia 19 de abril um dia nacional de lutas pela revogação do NEM. O chamado raramente saiu das redes sociais. Não vimos a preparação nas escolas e universidades. Além disso, os sindicatos de professores convocaram para o dia 26. A divisão e a desmobilização fazem com que a bandeira de revogação do NEM não seja defendida de fato. Apenas se encena um protesto.

O ato no Recife, foi marcado em frente a uma escola, em uma via de pouca visibilidade. Das 14h às 16h, os manifestantes ficaram em frente a essa escola, sem agitação no carro de som. Depois partiram em marcha até o palácio do governo. As palavras de ordem de “suspensão não é revogação” e “ou param a reforma ou paramos o Brasil” caíram no vazio, entoadas por um pouco mais de 100 pessoas.

Estavam presentes a UJS/PCdoB, UJR/UP, JS/PSB, UJC/PCB e representantes do PSOL e PT. O POR interveio com o Manifesto, fala e banca de materiais partidários. Em sua fala, defendeu que para conseguir revogar o NEM, é preciso unificar a luta dos estudantes e professores e recorrer aos métodos de ação direta, reto-

mando a experiência das ocupações de escolas. Diante da presença do presidente da CUT, o POR chamou a central a convocar um movimento nacional unificado pela revogação do NEM e das demais contrarreformas: trabalhista, da previdência, da terceirização, com greves, paralisações, bloqueios de avenidas e rodovias.



## Boletim da Corrente Proletária de convocação dos atos contra o Novo Ensino Médio

# Um só movimento no dia 26 de abril

### *Mobilizar as escolas para a greve nacional*

A plenária da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) aprovou a greve nacional para o dia 26 de abril. A direção da Apeoesp acatou a decisão, mas se recusou a convocar uma assembleia estadual para preparar a paralisação. Chamou a atenção o fato das reivindicações de “Revogação do Novo Ensino Médio” e fim das PEIs não encabeçarem o cartaz de convocação. Sendo que o fim das PEIs foi substituído pela reivindicação de “interrupção das PEIs”. Outros sindicatos da educação, como Sinpeem e Afuse, até o momento, continuam calados. Novamente, a UNE e UBES não convocaram os estudantes para o dia 26, farão suas manifestações no dia 19. Essa divisão e o silêncio dos sindicatos da educação favorecerem a política do governo de não revogação do “Novo Ensino Médio”.

A Corrente Proletária (POR) defende que as direções sindicais convoquem as assembleias, façam um chamado de unidade às entidades estudantis, objetivando uma massiva greve nacional da educação. Uma poderosa greve em um estado como São Paulo, que é o carro-chefe na implantação da reforma, tem um significado importante na luta nacional pela revogação do “Novo Ensino Médio”.

### Responder às decisões do Ministro e do Secretário da Educação

Diante das denúncias de estudantes e professores sobre a farsa do “Novo Ensino Médio”, Camilo Santana, Ministro da Educação do governo Lula, e Renato Feder, Secretário da Educação do governo Tarcísio, foram obrigados a responder. O petista Camilo Santana prorrogou por 60 dias a implantação da reforma, enquanto durar a “consulta popular”. O bolsonarista Renato não acatou a decisão e decidiu prosseguir.

Lula, por sua vez, anunciou que não irá revogar integralmente o “Novo Ensino Médio”. Orienta seu ministro a retomar o antigo “Fórum Nacional da Educação”, organismo tripartite, visando restabelecer a política de conciliação de classes, no modelo usado durante a elaboração do Plano Nacional da Educação. As direções da CNTE e da UNE, prontamente, acataram a proposta e passaram a cobrar rapidez por parte do Ministro em sua convocação. O ministro petista, sob pressão dos elaboradores privatistas do BNCC e da reforma, espera a reação dos movimentos de rua para retomar as reuniões do Fórum e iniciar os reparos em alguns de seus pontos.

O Secretário da Educação de São Paulo, empresário do setor de tecnologia, tem interesse em manter a reforma e ampliar seus negócios com a venda de aplicativos e suportes para o ensino a distância. Mas, está obrigado a acender uma luz para o caos que se instalou nas escolas de ensino médio. Em nota, disse que “estuda ajustes” na grade curricular, reduzindo a quantidade de horas dos itinerários e introduzindo “novas abordagens”. Deixou claro, no entanto, que não irá aumentar a carga horária das disciplinas regulares, nem retomar as disciplinas que foram abolidas no terceiro ano do ensino médio, a exemplo de história, geografia, filosofia, sociologia, física e química. Portanto, com outra nomenclatura, os itinerários permanecerão.

Lembremos que o estado de São Paulo foi o primeiro a implantar as mudanças curriculares do “Novo Ensino Médio”, um ano antes dos demais estados. Assim, nesse ano, 400 mil estudantes concluem essa etapa de estudo, duramente atingidos por essa reforma, decretada pela ditadura civil de Temer. Não por acaso, o

descontentamento é generalizado nas escolas. Os professores reclamam da redução e eliminação de disciplinas, e os estudantes sentem que os itinerários são distracionistas, e que assim estão impedidos de fazer o exame do ENEM para entrar na universidade. Denunciam que as escolas têm os itinerários prontos, desmentindo o governo de que possuem liberdade de escolha. São muitas as denúncias de estudantes sobre os nomes atribuídos aos itinerários, como “Quem divide, multiplica”, “Cartografia afetiva” e outros. Reclamam que os professores não têm o que ensinar e que as aulas dos itinerários são “confusas”. Assim, passam boa parte do tempo nas escolas sem aprender nada. Os professores, por outro lado, estão obrigados a assumir aulas de itinerários, para não ficarem desempregados ou subempregados. O artificialismo dessa invenção afeta o trabalho dos professores. Não sabem o que ensinar nesses itinerários e enfrentam os alunos que rejeitam suas aulas. Não podemos esquecer que boa parte dos itinerários foi atribuído a professores de pedagogia, muitos deles, oriundos da graduação por meio do ensino a distância. Como se vê, instalou-se um caos na rede estadual de educação.

### Aproveitar o descontentamento generalizado para exigir a revogação

Já ocorreram duas manifestações em março em São Paulo, a dos estudantes secundaristas e dos professores. Não ganharam projeção porque foram divididas, uma no dia 19 e outra uma semana depois. Mesmo após essa experiência negativa, as direções sindicais e estudantis insistiram na divisão em abril, com o ato dos estudantes uma semana antes da greve nacional da educação, convocada para o dia 26.

Há também outro agravante. A CNTE aprova a greve nacional da educação e não move uma palha para que os sindicatos preparem a paralisação. Repete a mesma política, ou seja, paralisa “onde puder, como puder”. A Apeoesp marcou o ato somente no final tarde, porque também não organizou uma greve no estado. Convocou as reuniões de Representantes de Escolas, no sábado dia 15, onde o ponto central era a eleição do sindicato. Sequer os cartazes da greve estavam à disposição dos professores. Sem dizer que houve subdesdes que, vergonhosamente, realizaram a reunião de forma online, a exemplo de Itaquera, quando os problemas das escolas são inúmeros..

A Corrente Proletária tem feito uma campanha sistemática junto aos professores e estudantes contra o “Novo Ensino Médio”. Denuncia a política das direções sindicais e políticas que não aproveitam o descontentamento generalizado para potenciar a luta nas ruas pela revogação da reforma. E tem defendido a independência dos sindicatos diante dos governos, seja de Lula, ou de Tarcísio. Independência essa que significa romper com a política de conciliação de classes e utilizar os sindicatos e entidades estudantis para defender as reivindicações e métodos próprios dos trabalhadores da educação e dos estudantes.

### Porque devemos rejeitar mais essa reforma educacional

O Brasil tem a particularidade de que cerca de 80% das matriculas na educação básica ainda estão na rede pública. Mas, ao

longo desse nível educacional, uma parcela de estudantes vai abandonando. É que vemos entre o ensino fundamental II e o médio e entre o médio e o superior. Essa é uma realidade que se mantém, apesar das inúmeras tentativas de reformas promovidas pelos governantes. Uma delas é a introdução da Escola de Tempo Integral, sob a justificativa de combater a evasão escolar, tornar os estudos mais atrativos, ampliar a aprendizagem e oferecer outras modalidades, como o ensino profissionalizante. Os resultados têm demonstrado que uma a uma fracassaram em pouco tempo.

Durante o governo do PT começou a ser elaborada uma reforma do ensino médio e uma base nacional comum e outra diversificada, que poderia ser adaptada às regiões do país. O que fez Temer foi concluir esse processo, aprovando o “Novo Ensino Médio” e a sua base curricular, a BNCC. A partir daí, os governadores tiveram a autonomia para iniciar a sua implantação. Assim, o governador de São Paulo, João Doria, decidiu pela sua implantação imediata, enquanto outros governadores seguiram o prazo estipulado pelo MEC.

Dessa forma, em 2021, período da pandemia, Doria introduziu a nova grade curricular no 1º ano do ensino médio; no seguinte, no 2º ano; e agora, em 2023, no 3º ano. Como a carga horária das disciplinas foi sendo reduzida ao longo dos três anos, para dar lugar aos itinerários, os estudantes e professores puderam ver que, no último ano, a maior parte do tempo na escola passa a ser com as aulas de itinerários. As disciplinas de português e matemática, que possuíam 5 aulas semanais, foram reduzidas a 2 cada uma, e várias disciplinas reconhecidas necessárias para o conhecimento foram banidas da grade curricular. Essa situação gerou um descontentamento generalizado nas escolas. Os outros estados só sentirão esse problema nos próximos anos.

As consequências dessa contrarreforma educacional acabou extravasando para fora das escolas. O que tem obrigado a grande imprensa a noticiar o descontentamento e as reclamações de pais, professores e estudantes. E, por sua vez, os governantes tentam arrumar paliativos para evitar a sua revogação, considerada prematura.

## Não basta revogar o “Novo Ensino Médio”

A Corrente Proletária, em seus boletins e intervenções públicas, vem mostrando que é preciso vincular essa reforma à política governamental para a educação, que é a de corte de recursos, de avanço da privatização por meio do ensino a distância e da terceirização, de rebaixamento do valor da força de trabalho

(salários baixos e substituição de salário por subsídios, eliminação de conquistas, salário diferenciado para a mesma função etc.) e sucateamento geral das condições de ensino. Como também vinculá-la à situação geral de milhões de famílias trabalhadoras, onde o desemprego, subemprego, fome e miséria são alarmantes. Uma reforma educacional desvinculada das condições gerais é por si só natimorta. Eis por que também não basta simplesmente revogar uma medida tão escabrosa como a do “Novo Ensino Médio”.

Está aí por que a campanha da Corrente Proletária pelo fim do “Novo Ensino Médio” parte das condições sociais (objetivas) e não puramente ideológicas. Combina a luta pela revogação dessa reforma com a luta contra as reformas trabalhista, previdenciária, lei da terceirização, PEC do teto dos gastos e outras medidas que atacam a maioria trabalhadora e a juventude oprimida. Critica a burocracia sindical que separa as contrarreformas e conduz o movimento de forma corporativa, criando ilusão de que é possível por meio do “diálogo”, dos fóruns, conseguir pôr fim às contrarreformas, por se tratar do governo Lula aberto ao “diálogo”. Exige que as direções sindicais rompam com a política de colaboração de classes e organizem o combate pelos métodos genuínos dos explorados, que são as greves, bloqueios, manifestações rua etc. Justamente porque não defendem transformações na educação, que se chocam com as medidas regressivas dos governantes, é que levantam a bandeira de revogação, sem apresentar um programa de luta que parta das reais necessidades dos estudantes, dos professores e da população trabalhadora em geral. Isso explica por que já não se empenham em derrubar as contrarreformas educacionais de Temer e Bolsonaro.

Faz parte da campanha da Corrente Proletária a defesa de um sistema único de educação, estatal, laico e vinculado à produção social. O que significa a estatização de toda rede privada de ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha. Bem como, a defesa da juventude oprimida, que se expressa na bandeira da combinação entre os estudos e o trabalho (4 horas na produção social e o restante para os estudos e lazer). Essa luta permite enfrentar a evasão escolar, porque o aluno-trabalhador não fica impedido de frequentar as aulas e combater a superexploração do trabalho, reduzindo a jornada para 4 horas sem reduzir os salários. A Corrente Proletária tem insistido que a revogação do “Novo Ensino Médio”, por si só, não resolve os graves problemas educacionais. Trata-se de um passo importante para impulsionar as demais reivindicações. Pois será por meio da luta de classes que os trabalhadores e a juventude oprimida compreenderão a importância de combater o capitalismo em desintegração, responsável pela decomposição da escola e da crescente barbárie social.

## Formação Política

### São Paulo

No dia 9 de abril foi realizado o curso de formação política do POR, em São Paulo. Desde o início da guerra na Ucrânia, 24 de fevereiro de 2022, o POR vem fazendo estudos abertos sobre documentos, declarações e resoluções redigidos por Lênin e Trotsky sobre o direito à autodeterminação das nações oprimidas, a paz sem anexação, o direito de separação das nações e a diferenciação entre as guerras de dominação e de emancipação. Foram, também, discutidas as Declarações e artigos do Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

Na formação de abril, foram destacados três artigos do Boletim do CERQUI: 1) “A guerra comercial entra em uma nova etapa mais agressiva por parte dos EUA; 2) A Escalada Militar, seus perigos; 3) Os Estados Unidos e a OTAN são os responsáveis pela guerra na Ucrânia”.

Coube a Atilio fazer uma apresentação geral sobre os artigos. Iniciou recordando que no curso passado foi estudado e discutido a Declaração do CERQUI sobre um ano da guerra na Ucrânia, que consta como abertura do Boletim nº 37. E que agora se dá sequência estudando as três formulações sobre a guerra comercial, a escalada militar e o

lugar da OTAN na ofensiva imperialista. Mostrou a sua interligação, ressaltando que o capitalismo é um sistema econômico em decomposição e, assim, não desempenha nenhum papel progressivo para a humanidade, ao contrário, sua continuidade não traz outra coisa senão o avanço da barbárie social. Destacou o caráter reacionário do imperialismo; enfatizou o avanço da escalada militar, como resposta das potências à crise estrutural do capitalismo. Concluiu que somente a classe operária, organizada em seu partido revolucionário, unida e em luta, pode responder à crise mundial, à militarização impulsionada pelas potências e quebrar o cerco da OTAN contra a Rússia. Cabe ao CERQUI trabalhar pela superação da crise de direção. Para isso, é fundamental a sua campanha internacionalista pelo fim da guerra e pela paz sem anexação. Campanha essa baseada no conjunto de bandeiras desenvolvidas desde o início da conflagração.

Em seguida, formaram-se os grupos de estudos. Cada grupo ficou com um dos artigos. Depois de uma hora, organizou-se uma plenária, onde os grupos expuseram suas principais conclusões: 1) a importância de compreender a relação entre a guerra comercial, a guerra

na Ucrânia e a escalada militar, nas condições de caducidade e avanço da desintegração do capitalismo ; 2) a importância da formulação do CERQUI de que a OTAN é o braço armado dos Estados Unidos na Europa e no mundo; 3) a necessidade de reconhecer o lugar de direito da autodeterminação das nações oprimidas nas condições de desintegração do capitalismo e da escalada militar; 4) ressaltou-se como expressão da luta de classes internacional a greve e manifestações na França, mas que ainda não alcançou responder à guerra na Ucrânia; 5) observou-se que as correntes de esquerda não fizeram uma campanha internacionalista e muito cedo deixaram de se pronunciar diante da evolução da guerra, em parte isso se deve a uma grande divisão em suas fileiras; 6) destacou-se a importância do Boletim do CERQUI, dando sequência às suas formulações, nesse sentido reconheceu-se o esforço da seção brasileira de empenhar o máximo esforço na campanha internacionalista.

Como conclusão geral, Atilio ressaltou o papel dos Estados Unidos no prolongamento da guerra na Ucrânia, fazendo um breve histórico da atuação desse país nas guerras mundiais, de 1914 e 1939, para evidenciar como os Estados Unidos chegaram à condição de potência hegemônica. Disse que na 1ª Guerra Mundial, os Estados Unidos aproveitaram o momento para acumular muita riqueza, como produtor de armas e fornecedor de suprimentos para as potências diretamente envolvidas no conflito. O que serviu para desbancar a Inglaterra e galgar o posto de país que esteve na reconstrução da Europa e na constituição da “Liga das Nações”, organismo imperialista para uma suposta paz mundial. Na II Guerra, os Estados Unidos saíram como o vencedor do conflito, como potência que ditou os acordos de paz, Postdam e Yalta. Essa nova partilha contou com a colaboração de Stalin, que para isso colocou fim no Partido Mundial do proletariado, a III Internacional. Os anos de 1970 foram de emergência da restauração capitalista no

Leste Europeu. Em 1991, a contrarrevolução estalinista, apoiada no imperialismo, levou à derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Os Estados Unidos conseguiram, assim, bloquear o desenvolvimento da revolução proletária e interromper a transição do capitalismo ao socialismo na ex-URSS. A manutenção da hegemonia dos Estados Unidos tinha como condição a restauração capitalista nos países que fizeram a revolução social. As guerras e os conflitos que surgiram e surgem nas ex-repúblicas soviéticas, como essa da Ucrânia, são partes desse processo. A crise de direção é um fenômeno histórico e não há como superar senão erguendo os partidos-programa e o Partido Mundial da Revolução Proletária.

O segundo ponto dos estudos foi reservado para os informes sobre o 1º de Maio. O camarada Raul destacou o ato governista, que será realizado pela CUT, Força Sindical e aliados no Anhangabaú, e o ato das correntes de esquerda, na Praça da Sé. Informou que o partido fará um ato-político em nossa sede, no dia 30 de abril, preparando para a intervenção no ato da Sé. Ressaltou o início da campanha com os cartazes, que deverão ser fixados nos corredores fabris. Concluiu chamando os contatos a se integrarem na campanha do partido pelo 1º de Maio operário, classista e internacionalista.

Depois, o camarada N. apresentou o Boletim Nossa Classe de abril, que está sendo distribuído nas fábricas. Fez uma breve exposição do conteúdo das notas contidas no Boletim. E enfatizou a importância desse trabalho na construção do partido revolucionário.

Por fim, foram destacadas as duas atividades políticas: 19 de abril, ato dos estudantes pela revogação da reforma do “Novo Ensino Médio” e 26 de abril, greve nacional dos trabalhadores da educação pelo pagamento integral do Piso do Magistério e contra a reforma do ensino médio. São atividades em que o POR estará presente com a banca de materiais, Manifesto e disputando a fala no carro de som.

## Pernambuco

# Formação Política debate conjuntura internacional e Novo Ensino Médio

A formação política do mês de abril em Recife teve como temas a crise bancária, com leitura e debate do texto “Alastra-se a quebra de bancos norte-americanos” do POR argentino, publicado no jornal Massas 686, e as consequências do Novo Ensino Médio para a Educação, com o preparo para intervenção no ato do dia 19/04, chamado pelas entidades estudantis. Participaram a militância e contatos.

Alguns pontos levantados no estudo sobre a crise bancária: trata-se de uma das manifestações da aceleração da decomposição capitalista. A crise nos bancos ocorre em uma conjuntura de avanço da escalada militar dos EUA contra a Rússia e China, com grande impacto das sanções econômicas capitaneadas pelos EUA. A resposta burguesa à alta inflacionária tem sido a elevação da taxa de juros, com efeitos recessivos, tornando mais cara a produção e dificultando o consumo. A quebra dos bancos Silicon Valley (SBV) e Signature levou a desconfiar quanto à solidez do sistema bancário em geral. Na Suíça, o segundo maior banco, o Credit Suisse, quebrou e o governo atuou para ajudar o maior banco do país a comprar o Credit Suisse. Biden também socorreu os bancos e prometeu medidas reguladoras para conter a crise bancária. Mas, as promessas de regulação estatal se esfalelaram diante da realidade que é o capital financeiro que controla o Estado, e não o contrário. Com a ajuda aos bancos, o governo aumenta o endividamento público, descarregando sobre as massas as medidas para salvar o capital financeiro.

Debatemos como a crise de superprodução capitalista corresponde à anarquia da produção social e à alta concentração de riquezas. As respostas de deslocamento de capitais para a especulação financeira gera bolhas que mais adiante estouram. Ao mesmo tempo que alguns bancos quebram, aumenta a concentração do mercado financeiro. Com a crise que afeta bancos regionais e pequenos dos EUA, os depósitos foram direcionados para seis grandes bancos norte-americanos, na contramão da lei de reforma de 2008, que após a crise tentou impedir concentração. Isso demonstra a impossibilidade do Estado controlar as leis capitalistas, principalmente em sua fase de decomposição. Levantamos

outros sintomas da crise na economia mundial, como o anúncio da redução na produção de petróleo, por parte da Arábia Saudita, já ajustando a oferta a uma economia mundial em desaquecimento.

Os contatos questionaram se a burguesia consegue “resolver” as crises. Foi lembrado que a crise de 1929 foi “sanada” com a destruição em larga escala de forças produtivas, com a 2ª Guerra Mundial, impondo ao mundo uma nova repartição das áreas de influência. As crises abertas a partir dos anos 1970 sinalizaram a crise da repartição do pós-guerra. Ante a profunda crise de direção da classe operária mundial, os capitalistas estão impondo a resolução da crise capitalista atacando os direitos e destruindo massivamente os empregos. O texto conclui reforçando que a tendência é de alastramento da crise e aponta a defesa de uma resposta independente da classe operária diante da crise capitalista, com estatização do sistema financeiro, sob controle da classe operária. O parasitismo financeiro só poderá ser superado por meio da revolução social, com a transformação da propriedade privada em social e planificação da economia.

Comentamos também como essa conjuntura de crise e guerras impactam o Brasil. Apresentamos o “novo arcabouço fiscal” anunciado por Haddad. Fundamentalmente se coloca como prioridade o atendimento dos interesses do capital financeiro, com a garantia de até o fim do mandato zerar o déficit fiscal e ainda produzir superávits. A promessa de aumentar as receitas se chocará com as frações burguesas e oligárquicas e o governo seguirá penalizando a maioria oprimida, seja por meio da elevação de tributos diretos ou indiretos, seja por meio da manutenção das limitações nos gastos sociais, investimentos, arrocho ao funcionalismo e salário mínimo de fome.

Na discussão sobre o Novo Ensino Médio (NEM), buscamos responder a seguinte pergunta: “Qual relação que há entre a crise econômica e a aprovação da Reforma do Ensino Médio?”. Mostrou-se que o NEM corresponde ao tipo de educação que o capitalismo pretende fornecer em um cenário de destruição de forças produtivas, dentre elas a força de trabalho. A separação entre teoria e prática se acentua. As

forças intelectuais da produção estão cada vez mais concentradas nos monopólios, com suas máquinas e inteligência artificial. Exige-se cada vez menos qualificação, o que faz com que a educação oferecida à juventude seja ainda mais mutiladora. Para a imensa parcela de jovens precarizados e desempregados, a burguesia nem mesmo se dispõe a gastar com educação, esvazia-se os conteúdos e parte dos jovens são expulsos das escolas quando estas aderem ao ensino de tempo integral, seja por que trabalham, seja por que não suportam o aprisionamento em uma escola sem estrutura e sem sentido. Um jovem do ensino médio, presente, relatou as crises coletivas de ansiedade dos estudantes de Pernambuco em resposta à educação massacrante.

O NEM é uma medida de favorecimento aos capitalistas da educação, por meio da padronização, base para pacotes de gestão e apostilamento e pela ampliação do ensino à distância (EaD) para o ensino básico. Os contatos, estudantes do ensino médio e do superior, expressaram as experiências com o EaD durante o isolamento da pandemia, e resumiram “o EaD como uma enganação”. A escolha dos itinerários formativos pelos estudantes é uma farsa. Para os professores, o NEM significa desemprego para uma parcela da categoria e, para os que conseguem aulas, são obrigados a ministrar disciplinas sem nenhuma relação com a formação.

Foi resgatada a luta dos estudantes com as ocupações em 2016, contra a reforma do Ensino Médio, que foi uma luta por fora das direções burocráticas das entidades estudantis. Os sindicatos de professores e entidades estudantis estão com calendários de luta separados, o que enfraquece a luta pela revogação do NEM e das demais contrarreformas. O governo anunciou a suspensão da implementação por 60 dias, sem nenhum efeito prático, apenas para favorecer a desmobilização.

Os marxistas não se colocam contra o NEM em defesa do velho ensino médio. No capitalismo, a separação da teoria e prática causa deformação da formação. Esta deformação só pode ser resolvida com a vinculação do ensino com a produção social. Em defesa da vida da juventude, erguemos a reivindicação de emprego a todos os jovens e acesso ao ensino em todos os níveis, de maneira a combinar o tempo dedicado à escola com o tempo aplicado na produção social. Como parte da resposta prática do curso à luta contra o NEM foi discutida e organizada a intervenção da Corrente Proletária na Educação/POR no ato nacional de 19 de abril em Recife. Foi também feito o convite aos contatos para atuarem conosco na preparação do 01 de Maio, defendendo e a necessidade de que seja um dia classista, democrático, com independência de classe perante a burguesia e seu governo.

Nesta edição:

#### Cinco lições da Comuna de Paris

**Finlândia adere à OTAN:** Somente a classe operária pode deter o militarismo e a guerra, derrotando o imperialismo

**Bolívia:** A propósito da Revolução de 9 de abril de 1952

**Argentina:** A orientação do grande capital diante das próximas eleições presidenciais

**Chile:** Qual a origem da violência contra a mulher e o tráfico de drogas?

**Lênin:** As formulações marxista-leninista sobre a autodeterminação, o direito de separação e anexação mantêm sua vigência diante da guerra na Ucrânia

## Cinco lições aprendidas com a Comuna de Paris

*Texto de base para a exposição inicial no debate da TV A Comuna, Lições da Comuna de Paris, realizado em 05 de abril, disponível em:*

[www.youtube.com/watch?v=ygBPqRE3Qtk](http://www.youtube.com/watch?v=ygBPqRE3Qtk)

152 anos nos separam da Comuna de Paris. Entre 1871, quando despontou a primeira revolução proletária, e os dias de hoje, tivemos mais de um século e meio de revoluções e contrarrevoluções. As novas gerações de revolucionários precisam passar pela “escola” dos movimentos da classe operária e dos demais oprimidos, sendo a Comuna de Paris um acontecimento histórico de grande riqueza de ensinamentos. Marx, Engels, Lênin e Trotsky e tantos outros revolucionários estudaram minuciosamente as lições da Comuna. Em “O Estado e a revolução”, Lênin mostra como Marx “vai à escola” da Comuna, não inventa utopicamente uma nova sociedade idealizada, mas sim estuda “a gênese da nova sociedade saída da antiga, as formas intermediárias entre uma e outra”. Elabora sua teoria e método com base na experiência do movimento proletário, esforçando-se por aprender com a classe. E esse aprendizado depende também de uma postura crítica rigorosa, não para julgar os que ousaram “tomar o céu de assalto”, mas para honrar seu heroísmo fazendo com que o sacrifício não tenha sido em vão. O socialismo científico é a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado. E, ao mesmo tempo, seu desenvolvimento e assimilação são condições para que as massas operárias

## Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



possam conquistar sua independência de classe e impulsionar a transformação social de forma consciente. À luz da Comuna de Paris, Marx e Engels afirmaram ser necessária uma “atualização” ao Manifesto do Partido Comunista, no prefácio de 24 de junho de 1872, reafirmaram as conclusões de A Guerra Civil em França, de que “não basta a classe operária apoderar-se da máquina do Estado para adaptá-la aos seus próprios fins”.

Na relação de Lênin com a Comuna, se vê também essa postura militante de aprender com as lições dadas pelos que lutaram antes de nós. Sua obra “O Estado e a Revolução” expõe o quanto assimilar as conquistas e compreender as causas da derrota da Comuna foi fundamental para que a Revolução Russa de Outubro de 1917 tenha dado origem a um Estado Operário. Lênin, inclusive, interrompe a escrita do livro diante da crise política que antecedeu à revolução e comenta: “Só podemos alegrar-nos com tal “impedimento”. E junto com o informe do adiamento dessa escrita conclui: “é mais agradável e mais útil viver a ‘experiência da revolução’ do que escrever sobre ela”. Assim como a experiência da revolução russa passou pela escola da Comuna, qualquer posição programática séria de emancipação das massas de toda exploração e

opressão passa pela assimilação também da Revolução Russa de Outubro de 1917 e outras revoluções do século XX. Compreender as causas das derrotas e da restauração capitalista nos países que iniciaram a transição ao socialismo também é fundamental.

Neste momento, as massas francesas lutam heroicamente contra a reforma da previdência de Macron, porém, estamos distantes da luta internacionalista, mas a seu caminho. A Guerra da Ucrânia ultrapassou um ano, o imperialismo norte-americano, por meio da OTAN, prolonga a guerra e ganha a adesão de novos países, e descarrega os custos da guerra sobre os ombros dos explorados. Putin responde ao cerco militar da OTAN com os métodos burgueses da opressão nacional, violando a autodeterminação ucraniana. Certamente, as lições internacionalistas dos comunardos precisam ser reaprendidas, lições de como se forja a unidade do proletariado, única via progressista para derrotar os planos bélicos do imperialismo, arrancar a Ucrânia de seu controle e romper o cerco militar e econômico à Rússia. Todos os problemas que as massas enfrentavam naquele momento histórico foram agravados após o capitalismo adentrar em sua fase imperialista, agonizante.

A Comuna deu o sinal de que entrávamos na era das revoluções proletárias. A maior contribuição dos seus 72 dias de vida foi revelar a forma política por meio da qual se pode realizar a emancipação do trabalho, ou seja, mostrou os germes do Estado Operário, do governo das classes produtoras. Engels e Lênin, em seu tempo, tiveram de defender as lições da Comuna contra os revisionistas do marxismo que buscavam amputar o socialismo científico de sua dimensão militante, revolucionária e radical. No momento atual, temos de remover uma montanha de deformações que se avolumaram com a regressão política e organizativa do proletariado mundial, cuja maior expressão é a ausência de um partido mundial da revolução socialista. Por isso, rememorar a Comuna não se restringe a homenagear seus mártires, mas exige dar continuidade aos esforços de várias gerações de revolucionários para constituir uma direção internacional da classe operária, condição para derrubar a dominação burguesa.

Das muitas lições que podemos aprender com a Comuna, com seu heroísmo, mas também com suas debilidades, destacaremos cinco: a importância da conquista da independência de classe do proletariado; a compreensão de que o Estado burguês deve ser destruído e substituído por um Estado operário, forma transitória pela qual se dará o fim da sociedade de classes; a necessidade de violência revolucionária diante da violência reacionária da burguesia; o enfrentamento à burguesia internacional só pode se dar por meio do internacionalismo proletário. Estes pontos nos levam a uma última lição, a respeito da necessidade de a classe operária (re)erguer sua direção internacional.

## Lição no 1: conquistar a independência de classe do proletariado

A Comuna de Paris é um marco do desenvolvimento político do proletariado como classe revolucionária, faz parte do alvorecer das lutas do proletariado contra a burguesia. Liga-se, fundamentalmente, às lutas de 1848, que tiveram uma dimensão continental, mas destacaremos apenas suas manifestações na França, onde o proletariado comparava como um destacamento mais avançado em relação aos outros países. Até então, os explorados participaram dos processos revolucionários lutando contra os inimigos de seus inimigos. Auxiliando a burguesia a fazer suas revoluções e derrotar a nobreza. Porém, em 1848, a classe operária apareceu com reivindicações e interesses próprios. Não por acaso, é em 1848 que é publicado o Manifesto do Partido Comunista, o amadurecimento político da classe se dá de forma simultânea ao desenvolvimento do socialismo científico. Após a revolução de fevereiro de 1848, a classe operária, junto com a burguesia, derrotou as forças restauracionistas e cobrou uma “República Social”. Ante as traições da burguesia, se insurgiu e, em resposta, foi massacrada. A ressaca durou mais de duas décadas. Nesse intervalo, diante das divisões

no seio das classes dominantes, Luís Bonaparte deu um golpe em dezembro de 1851 e, reproduzindo de forma farsesca os feitos de seu tio Napoleão Bonaparte, deu início ao II Império. A burguesia abriu mão de seu poder político direto e foi recompensada com o aumento da especulação e do desenvolvimento industrial, tendo como preço a sustentação de um governo extremamente corrupto. Luís Bonaparte desencadeou também uma política de guerras e anexações de territórios, com a promessa de recuperar as fronteiras do I Império do tio Napoleão Bonaparte, perdidas em 1814.

O chanceler da Prússia, Bismarck, soube manobrar as aspirações francesas e empurrou Bonaparte para a guerra, em 1870. Com a derrota militar, em 4 de setembro, o II Império desmoronou e foi proclamada a III República, formou-se um “Governo de Defesa Nacional” sob a direção de elementos decompostos, tendo à frente Thiers. Todos os parisienses aptos a pegar em armas entraram na Guarda Nacional, composta agora majoritariamente por operários. Logo se desenvolveu a oposição entre o governo dos burgueses, que se refugiou em Versalhes, e o proletariado parisiense armado. Paris viveu um cerco de 131 dias pelos prussianos. Diante da fome, capitulou, mas a Guarda Nacional conservou suas armas e canhões. Em 18 de março, Thiers tentou roubar a artilharia da Guarda Nacional, mas falhou. O Comitê Central da Guarda Nacional se ergueu como um governo provisório, contra o governo de Versalhes.

O manifesto do Comitê Central de 18 de março dizia: “Os proletários de Paris, em meio aos fracassos e às traições das classes dominantes, compreenderam que chegou o momento de salvar a situação tomando em mãos a direção dos negócios públicos... Compreenderam que é seu dever imperioso e seu direito incontestável tornarem-se donos de seus próprios destinos, tomando o Poder”. No dia 26 de março foi eleita a Comuna, dois dias depois ela foi proclamada. Mesmo sob Guerra Civil e em meio a uma ocupação estrangeira, as medidas adotadas pela Comuna atestam sua natureza de governo proletário e seu conteúdo popular, por tender a solucionar também os problemas das classes médias arruinadas e do campesinato endividado. A forma abstrata da reivindicação de uma “República Social”, 23 anos depois, na Comuna de Paris, adquiria contornos mais definidos e concretos. Para ter um governo que atendesse aos interesses da maioria da sociedade, ou seja, dos operários, pequena burguesia arruinada e campesinato pobre, o proletariado precisa tomar o poder.

## Lição no 2: o Estado burguês deve ser demolido e substituído por um Estado operário

Para além da constatação da necessidade de destruir a máquina do Estado burguês, a Comuna adiciona ao programa revolucionário a resposta ao problema de, após destruir o Estado burguês, o que deveria ser posto no lugar. O Manifesto do Partido Comunista ainda não trazia essa resposta, falava genericamente na conquista da democracia, entendida como organização do proletariado como classe dominante. Foi a experiência prática da classe operária que definiu mais concretamente o que seria a forma “positiva” capaz de não apenas eliminar a forma monárquica de dominação de classe, mas a própria dominação de classe. O primeiro decreto da Comuna suprimiu o exército permanente e o substituiu pelo povo armado. Lição que passou a ser incorporada nos programas dos partidos que se reivindicam do socialismo. Os dirigentes da Comuna eram eleitos por sufrágio universal nos bairros parisienses, com mandato imperativo e revogável. A maioria era de operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A polícia perdeu seu caráter de opressão política e passou a ser subordinada ao controle operário da Comuna, assim como todos os funcionários da administração, inclusive os juizes, sendo eleitos pelo povo. A remuneração dos representantes não poderia ultrapassar a de um salário de um operário qualificado, eliminando privilégios. Ou seja, o Estado transitório que estava sendo construído pela Comuna era uma democracia mais completa, uma democracia proletária.

A Comuna suprimiu a separação entre executivo e legislativo, e instituiu uma “assembleia trabalhadora” que discutia, deliberava e executava o que deveria ser feito. A separação de poderes oculta o poder de classe e, sobretudo, que as decisões mais importantes dos países são tomadas nos bastidores e não nas instituições aparentes, onde se “tagarela” para enganar o povo. Instituiu-se a ideia de que o povo pode recrutar entre os seus aqueles que executarão, em seu nome, funções administrativas, podendo substituí-los caso se distanciem da vontade popular. Lênin desnudava a essência do parlamento burguês “decidir periodicamente, para um certo número de anos, qual o membro da classe dominante que há de oprimir e esmagar o povo no parlamento”, e criticava a social-democracia por deixar aos anarquistas o monopólio da crítica ao parlamentarismo, por ocultarem a crítica marxista que, inclusive, desnuda a inconsequência do próprio anarquismo, vale lembrar a trajetória de Proudhon no interior do parlamento.

Engels atribuía grande importância às lições da Comuna diante da mistificação do Estado, algo que penetrava na consciência inclusive dos operários, habituando as massas a acreditarem, desde o berço, que não haveria outra forma de administrar a sociedade, como se a república democrática fosse a forma mais aperfeiçoada de governo dos interesses gerais da sociedade. Engels reafirma que “o Estado não é outra coisa senão uma máquina de opressão de uma classe por outra, e isso tanto numa república democrática como numa monarquia”. O proletariado o herda como um peso em sua luta contra a dominação de classe, até que uma nova geração possa se livrar de todo esse aparato governamental. Lenin complementa que reconhecer a natureza de opressão de classe de qualquer forma de governo não significa que o proletariado seja indiferente a suas variações. Pelo contrário, luta por liberdades democráticas para ter melhores condições de lutar por sua emancipação. Todos os partidos que se afundaram no eleitoralismo, que canalizam as lutas das massas para o terreno parlamentar, que santificam a democracia, ocultando seu caráter de classe, não têm como homenagear verdadeiramente a Comuna, pois trabalham para deformar e ocultar seus ensinamentos.

Engels, no prefácio de 1891 da reedição de A Guerra Civil em França, de Marx, fala do terror provocado pela palavra “ditadura do proletariado” e conclui: “Ora bem, senhores, quereis saber que rosto tem esta ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado.” Apesar dessa afirmação, pela imaturidade do proletariado e pela brevidade da experiência, essa ditadura do proletariado não teve, realmente condições de se afirmar. Já na análise no momento dos acontecimentos Marx apontou criticamente que o proletariado resistiu em exercer a opressão sobre as classes dominantes, o que as deixou de mãos livres para conspirar e depois massacrar a Comuna. Lênin também apontou como principal debilidade da Comuna não ter se dedicado mais a quebrar a contrarrevolução burguesa, ou seja, se erguer, de fato como ditadura do proletariado, assumir a tarefa de oprimir a minoria burguesa que antes oprimia a maioria operária e camponesa.

Por mais que um poder da maioria sobre a minoria seja já um grande passo para que o Estado possa definir e deixar de existir, isso não se dá de forma imediata, sobretudo quando se considera que a burguesia é uma classe mundial, assim como o proletariado, e que a revolução não acontece de forma simultânea no mundo todo. Os elos rompidos pela luta proletária passam a ser alvo da feroz contrarrevolução burguesa. No caso da Comuna, por exemplo, França e Prússia que estavam em guerra, nas vésperas, se uniram na repressão ao proletariado insurreto.

O que Lênin explica também é que as medidas democráticas de eleição de representantes, revogabilidade de mandatos e fim dos privilégios de representação só atingem seu pleno significado quando combinadas com a expropriação da burguesia e transformação da propriedade privada dos meios de produção em produção social. É a libertação das forças produtivas contidas pelas relações de produção capitalistas e seu desenvolvimento na forma de propriedade social que possibilita as formas de organização so-

cial ainda mais avançadas que uma democracia proletária, ou seja, ainda um governo da maioria sobre a minoria. A Comuna aprovou medidas de um governo verdadeiramente do povo pelo povo. Aboliu o trabalho noturno de padeiros, proibiu o arbítrio patronal que levava a reduções salariais, entregou as fábricas fechadas ao controle das organizações operárias. Marx analisou, porém, que foram medidas moderadas, compatíveis com a situação de uma cidade sitiada. Marx e Engels destacaram como a Comuna foi parcimoniosa diante do Banco da França, em vez de expropriar, fez modestas requisições. Engels ressalta que “O Banco nas mãos da Comuna — isso valia mais do que dez mil reféns. Significava a pressão de toda a burguesia francesa sobre o governo de Versalhes, no interesse da paz com a Comuna.”.

Um outro aspecto analisado por Marx foi quanto à separação entre o Estado e a Igreja. Além de quebrar a força física da repressão, a Comuna se dedicou a quebrar sua “força espiritual”. A Comuna passou a considerar que, ante o Estado, a religião é um assunto privado, expropriou as igrejas, livrou as escolas de toda interferência da Igreja, garantiu acesso do povo à educação gratuita e livrou a ciência dos preconceitos religiosos e de classe.

### Lição no 3: A violência revolucionária é imprescindível para enfrentar a contrarrevolução

A violência revolucionária não decorre de nenhum instinto sanguinário do proletariado, mas sim da necessidade de se precaver e enfrentar a burguesia, essa sim sanguinária e vingativa, que não hesitou, ao longo da história, em massacrar inúmeras vezes os explorados, inclusive de forma exemplar para desencorajar novas iniciativas. A Mensagem da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), redigida por Marx, atesta como de 18 de março até a entrada das tropas de Versalhes em Paris, a revolução proletária se deu livre de atos de violência. Ainda sim os capitalistas e seus ideólogos fizeram de tudo para taxar os comunardos de violentos, usando episódios de responsabilidade da própria burguesia. A morte do General Lecomte, por exemplo, se deu quando, diante da resposta do proletariado à tentativa de roubo da artilharia em Montmartre, o general ordenou por quatro vezes que os soldados abrissem fogo contra uma multidão desarmada. Em vez de atirar sobre mulheres e crianças, os seus próprios homens atiraram sobre ele. Os mesmos homens executaram Clément Thomas. O proletariado exerceu o mínimo possível a violência, foi extremamente indulgente. Deixou o caminho livre para os partidários da Assembleia Nacional saírem de Paris, permitindo que se agrupassem em Versalhes, os casos de confronto armado se deram em episódios de grande provocação e desacato a tiros de advertência.

Diante da execução de prisioneiros por parte de Thiers, a Comuna adotou a prática prussiana de fazer reféns, exigindo a libertação de prisioneiros em troca. Porém os versalheses seguiam executando prisioneiros, o que obrigou a comuna a executar alguns reféns para não ficar desmoralizada. As mortes de reféns, portanto, foram de exclusiva responsabilidade da burguesia, por se recusar a trocar os reféns por prisioneiros. Por várias vezes, a Comuna ofereceu a troca do arcebispo de Paris e vários padres, por Blanqui. Thiers se recusou, sabia do papel dirigente de Blanqui, assim como sabia que a morte do arcebispo lhe serviria em sua campanha difamatória contra a Comuna.

Por outro lado, Thiers cometeu inúmeras atrocidades, com execuções sem julgamento, massacres, violação da neutralidade dos hospitais, maltratava seus prisioneiros e exaltava figuras como o esquartejador do líder operário Flourens. A Comuna também foi caluniada e toda a demonstração de abnegação e heroísmo de seus homens e mulheres, nas barricadas, era apresentada como atos criminosos. Na resistência à invasão versalhesa, a Paris operária usou o fogo como meio de defesa, incendiou edifícios e monumentos, o que gerou protestos da burguesia internacional em defesa dos ladrilhos e tijolos, ao mesmo tempo em que silenciava diante do massacre do proletariado. A repressão à Comuna, com seu

rastrado de sangue e milhares de cadáveres, revelou a barbárie que se oculta sob a civilização e justiça burguesas. A mesma lição tem se repetido a cada levante dos oprimidos. Constatar a magnanimidade do proletariado não significa exaltar a não violência ou semear qualquer ilusão pacifista. Muito pelo contrário, reafirma a necessidade de se defender diante da contrarrevolução e enfrentar a violência reacionária da burguesia com a violência revolucionária do proletariado.

## Lição no 4: Erguer o internacionalismo proletário contra a burguesia mundial

Os acontecimentos da Comuna de Paris evidenciam o quanto tanto a burguesia como o proletariado são classes internacionais. A Comuna expressou o internacionalismo proletário, incorporou entre seus membros operários e representantes do proletariado estrangeiros, inclusive da então Prússia, sem nenhuma distinção. Fez questão de derrubar a coluna Vendôme, construída por Napoleão Bonaparte com os canhões dos exércitos por ele derrotados. A derrubada foi um símbolo de união entre os povos, o que só é possível pela via do internacionalismo proletário. Por outro lado, as classes dominantes da Prússia e França, que, na véspera guerreavam, se juntaram para esmagar o proletariado francês. O governo de Thiers se humilhou perante a Prússia, para que seus exércitos aprisionados pudessem ser liberados para massacrar a Comuna. Como analisou Marx: “A dominação de classe já não pode ser disfarçada, sob o uniforme nacional; todos os governos nacionais são um só contra o proletariado!” O mesmo ocorreu com a Revolução Russa de Outubro de 1917, em meio à Primeira Guerra Mundial.

Ao mesmo tempo, os mesmos governos europeus que conspiravam (e conspiram) cotidianamente em favor do Capital, lançaram uma ampla campanha de difamação e repressão à Associação Internacional dos Trabalhadores. Apresentavam a AIT como uma conspiração secreta que ordenava explosões sociais em vários países. No entanto, conforme afirmou Marx, as explosões sociais não nasciam de um decreto da AIT, mas sim das próprias contradições da sociedade capitalista. A AIT se propunha e trabalhava por dirigi-las, sob o programa e a política internacionalista do proletariado. Por isso, as carnificinas como a que encerrou a Comuna de Paris podem golpear o proletariado, sufocar momentaneamente a luta de classes, mas, enquanto houver a exploração do capital sobre o trabalho, haverá luta de classes.

## Lição no 5: A necessidade de o proletariado construir seu partido mundial

No prefácio já citado de Engels, ele analisa que a composição da Comuna de Paris era de maioria blanquista, e uma minoria da AIT, mas da ala de Proudhon. Eram poucos os que conheciam o socialismo científico, ou seja, eram partidários das ideias de Marx e Engels. Os blanquistas da grande massa eram socialistas apenas por “instinto revolucionário, proletário”. Mesmo assim, nos atos políticos e econômicos, blanquistas e proudhonianos fizeram o oposto do que prescreviam suas doutrinas. Na política, em vez

de posição conspiratória, desenvolveu-se uma ampla democracia proletária. Na economia, apesar dos princípios de Proudhon, desenvolveram-se as formas de controle operário da produção.

No texto “A Comuna de Paris e a Rússia dos soviets”, Trotsky celebra a Comuna, mas reconhece a ausência de uma direção coesa e a confusão de seu programa e projetos. A ausência de uma direção física consciente na Comuna de Paris deixou lições para a vitória de futuras revoluções: é incontornável a tarefa de constituir vanguarda organizada em partido político, independente perante partidos burgueses e pequeno burgueses. Na Revolução Russa, por exemplo, o instinto das massas pôde confluir com o partido e seu sólido programa revolucionário. Por isso, o compromisso com o legado emancipador da Comuna alimenta a necessidade de trabalhar com afinco para levar adiante a luta de Marx, Engels, Lênin e Trotsky para edificar o internacionalismo proletário. Em seu tempo, Marx e Engels ergueram, com outras correntes do movimento operário, a AIT, conhecida também como Primeira Internacional. Embora ela não tenha dirigido as forças revolucionárias da Comuna, compareceu como principal inimigo estratégico à dominação da burguesia. A AIT não teve como sobreviver à derrota da Comuna, teve sua existência de 1864 a 1874. Seu esgotamento marcou a cisão definitiva entre a concepção marxista da revolução proletária e as ideias difusas do anarquismo.

A Comuna de Paris permitiu vislumbrar a possibilidade de derrubada da burguesia e das transformações socialistas. Sua derrota ressaltou a necessidade da direção guiada pelo programa e estratégia revolucionários. As experiências seguintes de construção e decomposição da II Internacional e, sobretudo, de constituição da III internacional sinalizaram os progressos do proletariado europeu e mundial. Sob o estalinismo, mergulhamos novamente em um retrocesso profundo. A oposição de esquerda que se ergueu em torno de Trotsky foi derrotada e o curso restauracionista se impôs, liquidando a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) A IV Internacional cujo programa segue vigente não conseguiu se erguer sobre o proletariado e se dissolveu sob a ação do revisionismo, por isso a tarefa internacionalista de nossa época é a de reconstruir a IV Internacional como partido mundial da revolução socialista. Ou seja, superar a crise de direção revolucionária. A cada explosão social como a que hoje convulsiona a Europa, o instinto revolucionário das massas não consegue se fundir com o programa revolucionário, pela ausência dos partidos operários revolucionários. As massas carregam em seus ombros todo o peso da desintegração do capitalismo, com suas contrarreformas, destruição de empregos, miséria, fome, guerras, sem conseguir coordenar respostas conjuntas. Sem conseguir generalizar as lutas que despontam recorrentemente.

Fazemos um chamado a forjar uma nova geração de revolucionários, temperados pelas experiências de lutas da classe operária internacional, cientes da necessidade de construir os partidos-programas, de se guiar pelo internacionalismo e dar uma resposta classista à aceleração da decomposição do sistema capitalista. Os operários e operárias que edificaram a Comuna de Paris revivem nos combates dos oprimidos contra seus algozes, contra a burguesia internacional. Serão vingados com a vitória da revolução proletária internacional. Viva a Comuna de Paris!

**R\$ 15**

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR  
DO MASSAS



**Lições da  
Comuna de Paris**  
Março / Maio de 1871

**LANÇAMENTO LIVRO**

**Lições da Comuna de Paris**

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



**Novo  
Coleção  
Editorial**

# Finlândia adere à OTAN

## Somente a classe operária pode deter o militarismo e a guerra, derrotando o imperialismo

Com a Finlândia na OTAN, o cerco militar sobre a Rússia avança. A Finlândia e a Suécia há muito solicitaram a adesão à OTAN, apenas adiada pela recusa da Turquia em dar seu consentimento, recentemente alterada. Agora, a OTAN, o braço armado dos Estados Unidos na Europa e no mundo, tem 31 membros plenos. A Finlândia compartilha uma fronteira de mais de 1.300 quilômetros, a mais longa de toda a União Europeia com a Rússia.

O imperialismo comemorou o abandono da “neutralidade” finlandesa, incorporando o país à frente ampla que comanda, visando derrotar a Rússia por todos os meios, derrubar o seu regime político, desarmar o seu exército, tomar os seus imensos recursos naturais e as empresas estatais mais lucrativas. A localização da Finlândia é estratégica para a OTAN, para qualquer tentativa de avanço militar. Suas forças armadas e armamentos já foram colocados sob o comando da OTAN, ou seja, dos Estados Unidos.

Os EUA quebraram todas as suas promessas de que a OTAN não se estenderia além da Alemanha, quando a absorção da Alemanha Oriental foi acordada. Todos os governos americanos, democratas e republicanos, trabalharam para o seu alargamento e extensão, aproveitando a dissolução da URSS para cercar a Rússia, para militarizar a Europa Oriental, de forma que não houvesse reversão no processo de restauração capitalista e também para condicionar a Europa.

A OTAN provocou a guerra na Ucrânia, usando-a como “bucha de canhão”, subordinando completamente seu governo, sabendo que a Rússia se defenderia. As hostilidades se incrementaram desde o golpe na Ucrânia em 2014 e desde o início da guerra civil desfechada por Kiev contra o Leste e o Sul. A OTAN ordenou e financiou a guerra, forneceu armamentos sofisticados e promoveu a escalada bélica, pressionando por um aumento acentuado nos orçamentos militares.

O militarismo crescente é uma expressão da decomposição capitalista, da impossibilidade de sair de suas crises, da tentativa de ganhar um pouco de oxigênio promovendo uma nova divisão do mundo sob seu controle, da necessidade de apropriar-se de matérias-primas e de monopolizar os avanços tecnológicos procurando bloquear o desenvolvimento de outros países. Os EUA vêm retrocedendo na sua hegemonia e apela a todos os meios para tentar se recuperar, independentemente das consequências. Assim, intervieram na Iugoslávia, Iraque, Síria, Afeganistão, Líbia, para citar os mais visíveis, com dezenas de milhares de mortes e terrível destruição de parte das forças produtivas. O

que mostra a face da barbárie em todas as suas formas. Sempre agindo hipocritamente em nome da defesa da paz e dos direitos dos povos.

Somente a classe operária, liderando os oprimidos, com seus próprios métodos, com sua própria política, pode deter o militarismo e a guerra, derrotando o imperialismo. É necessário que a classe operária da Europa, que está se levantando radicalmente em defesa de suas condições de trabalho e de vida, em choque com suas burguesias e seus governos, lacaios dos EUA, se coloque por reconstruir sua história, suas maiores conquistas políticas e organizativas, tornando consciente o processo pelo qual estão passando, e possa concluir que deve derrubar seus governos e expulsar a OTAN e as bases militares dos EUA da Europa, que essa é a condição para conter e derrotar as tendências que empurram a humanidade para o pior horror do pós Segunda Guerra Mundial. Para conquistar a paz, é necessário esmagar o imperialismo.

Enquanto o imperialismo sobreviver, continuará a haver guerras, cada vez mais ferozes, e, neste momento, as provocações estão crescendo na Ásia. Os trabalhadores da Europa Ocidental vivem hoje a guerra sob a forma de escassez de energia e alimentos, de recessão econômica, de migração de milhões de famílias que escapam à guerra, de incremento dos orçamentos militares. Os explorados devem entender que estão a um passo das bombas e balas, da carnificina que já destruiu dezenas de milhares. Manifestações

**O militarismo crescente é uma expressão da decomposição capitalista, da impossibilidade de sair de suas crises, da tentativa de ganhar um pouco de oxigênio promovendo uma nova divisão do mundo sob seu controle, da necessidade de apropriar-se de matérias-primas e de monopolizar os avanços tecnológicos procurando bloquear o desenvolvimento de outros países.**

de rejeição à guerra já estão aparecendo, ainda que timidamente. É sua responsabilidade armar-se politicamente com as melhores tradições revolucionárias para salvar a humanidade de outro desastre. Ninguém mais pode deter as ações destrutivas do imperialismo, chefiado pelos Estados Unidos, a não ser o proletariado organizado e em luta. É necessário reconstruir os partidos revolucionários e a Internacional. O CERQUI, Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, está comprometido com esta tarefa.

(Extraído do Jornal Massas, 433, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

**R\$5**

Adquira com o distribuidor do Massas:

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

**O socialismo e a guerra**

Coletânea de Textos

Lênin

**LANÇAMENTO!**

## GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

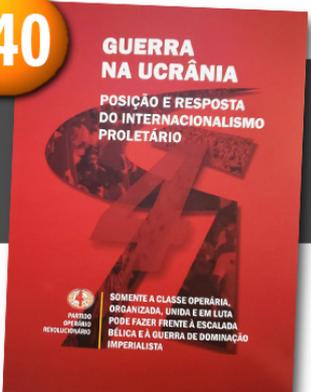
Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

**R\$40**

**GUERRA NA UCRÂNIA**

POSIÇÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO



**SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA, ORGANIZADA, UNIDA E EM LUTA, PODE FAZER FRENTE À ESCALADA BÉLICA E À GUERRA DE DOMINAÇÃO IMPERIALISTA**

 PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Bolívia

## A propósito da Revolução de 9 de abril de 1952

*Reproduzimos o balanço que, por motivo do primeiro aniversário, realizou o POR no seu jornal “Luta Operária”. Nele já se apontava como o MNR iniciava o caminho da capitulação frente aos ditames do imperialismo. Processo que tinha de culminar na total direitização do nacionalismo de conteúdo burguês.*

### Primeiro aniversário da Revolução de 9 de Abril (1953)

**“As massas se mobilizaram sob a consigna de defender a revolução, vivemos um período de depressão”**



“A insurreição vitoriosa de 9 de abril de 1952, que expulsou a feudal-burguesia do poder e destruiu o seu exército, inicia o processo revolucionário que está longe de ter concluído. A ascensão prossegue em uma linha sinuosa, contraditória e cheia de altos e baixos. A posição do Partido Operário Revolucionário (POR) está colocada, considerando a tendência geral que segue o processo.”

“A etapa atual é de depressão, mas se trata de uma depressão – ou inflexão – dentro da ascensão revolucionária que vive o país. Até agora, a revolução boliviana passou por duas fases. A primeira se caracteriza pela franca e acelerada radicalização das massas proletárias, por seu persistente ataque a toda forma de reação, por sua confiança em suas próprias forças e por sua profunda fé na vitória final. Esta etapa de ascensão vai de 9 de abril e se prolonga até 13 de maio, data em que se adiou a nacionalização das minas.”

“O imperialismo e a reação conseguiram sua primeira vitória ao impor ao governo movimentista – e aos ministros operários – o adiamento da data da nacionalização das minas e a formação de uma ‘comissão técnica’ encarregada de estudar e de planificar sua realização. Tratou-se de uma manobra para burlar as aspirações populares.”

“Este golpe, inteligentemente calibrado, teve como efeito imediato desarmar o proletariado e as massas em geral, adormecê-los e empurrá-los a uma atitude contemplativa. Desde esse momento, a curva do processo revolucionário penetra em um período de inflexão, mas não – o sublinhamos com energia – em uma etapa con-

trarrevolucionária. Há que apontar que esta depressão se prolonga até nossos dias, vai descendo até níveis baixos e será superada por um impulso das massas camponesas em luta. Assim se abrirá um novo período, que pode culminar na vitória definitiva do processo revolucionário.”

### Destruamos o imperialismo

“O imperialismo norte-americano é um dos maiores obstáculos que impede o avanço acelerado do processo da revolução boliviana. Os amos de Wall Street utilizam todos os meios para afogar o poderoso movimento de libertação nacional. O proletariado boliviano tem de unir suas forças com as dos explorados de outros países para se opor ao boicote dos ianques, a pressão diplomática negativa, o embargo dos fundos econômicos das entidades governamentais bolivianas, a exigência de condição prévia de uma ‘justa’ indenização aos investidores norte-americanos para a assinatura do contrato de venda de estanho etc.”

“O imperialismo é nosso inimigo maior, assim é que as massas compreendem e diariamente vêm lutando contra ele. No entanto, o governo de V. Paz Estensoro crê que o correto é adotar uma atitude conciliadora e até mesmo de capitulação frente ao imperialismo, que se constitui uma traição aos interesses populares. Não. Este caminho é equivocado. Tem de tratar o imperialismo como inimigo que é; tem de lutar para destruir seu poder econômico e político. Tem de o expulsar do país!”

“O imperialismo atua diretamente na Bolívia através da embaixada norte-americana em La Paz, dos agentes do FBI (como Francisco Lluch), encrustados em cargos de confiança do governo e dos membros da famosa Missão Técnica da ONU, que até o momento somente tem cumprido as tarefas de espionagem a favor dos ianques e assessorado a reação em suas arremetidas contra as conquistas do movimento operário.”

“Quando o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) se encontrava na planície, na oposição, seu próprio chefe de partido, o atual mandatário do país, fez um pronunciado exigindo em nome de seu partido a expulsão imediata da Missão que veio para a Bolívia realizar um ‘trabalho de confiança’, segundo expressão própria.”

“Hoje, há um ano da insurreição de abril de 1952, nós revolucionários exigimos que os governantes rompam esta trava para o avanço da revolução, que prende o país ao carro imperialista ianque. Assim é o que se exige a respeito das massas revolucionárias que não precisam de condutores nem assessores mercenários.”

*Traduzido do jornal Massas 2740, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia*

# A orientação do grande capital diante das próximas eleições presidenciais

As grandes corporações nacionais e internacionais, os latifundiários, os banqueiros, os meios de comunicação, o FMI, são os grandes eleitores. Trabalham antecipadamente para potencializar os candidatos que melhor representam seus interesses, garantir a propriedade, melhorar seus negócios e perspectivas de lucro e respeitar os acordos internacionais.

A eleição de outubro escolherá o administrador geral dos negócios dos capitalistas para os próximos 4 anos. Embora o poder real permaneça, como sempre, em suas mãos, eles estão interessados em quem será esse administrador e farão tudo o que for necessário para que a oferta de candidatos seja reduzida àqueles que são mais disciplinados aos seus interesses. E eles disponibilizarão dezenas de milhões de dólares para suas campanhas (que depois os recuperarão com acréscimo) e para a mídia. Não esquecemos que, independentemente de quem seja o próximo presidente, o grande capital mantém o controle sobre o Judiciário, a maioria do Congresso, os governos estaduais e os organismos do estado.

Há um interesse comum em todos eles, mas também diferenças. Alguns promovem uma forte desvalorização do peso e outros preferem o ritmo atual; alguns promovem a eliminação total dos subsídios e outros vivem de subsídios estatais; alguns dependem do mercado interno e outros basicamente de suas exportações; uns querem amputar a capacidade do seu Estado acreditando que os impostos serão reduzidos desta forma e outros constroem os seus lucros à custa do Orçamento do Estado; alguns defendem as elevadas taxas de juros bancárias e outros, pelo contrário, exigem empréstimos bancários para a sua atividade e gostariam de ser subsidiados.

Essas diferenças produzem atritos e confrontos entre frações do grande capital, que se expressam entre os partidos e frentes, e também dentro deles. Contribuem para a confusão política, porque alguns se apresentam como adoradores do livre mercado, da abertura indiscriminada da economia, falam da liberdade e da república e são patrocinados por monopólios nacionais e internacionais. Outros, que se apresentam como defensores do mercado interno e da economia doméstica, não têm escrúpulos em apoiar o programa do FMI e seus ajustes. Todos eles não podem propor como acabar com a pobreza, os baixos salários, a precariedade trabalhista, bem como desenvolver as forças produtivas e defender os recursos do país - todos eles são responsáveis pela catástrofe pela qual a Argentina padece. Todos esses setores e frações já se alternaram na direção do Estado. Eles defendem a sobrevivência do capitalismo esgotado e decomposto.

Nos últimos dias, os grandes capitais avançaram em suas definições sobre as principais candidaturas. Eles ordenaram o rebaixamento de Macri, que apresentou uma renúncia honrosa, sem que ninguém lamentasse pela "decisão". Ainda está fresca a lembrança de sua passagem pelo governo. Macri carrega uma alta taxa de rejeição pela população, e os burgueses não acreditam que o ex-presidente seja capaz de avançar com o ajuste, sem ter de enfrentar uma forte resistência das massas e que poderá impedir sua governabilidade. O mesmo pode acontecer com sua favorita Patricia Bullrich, que nunca esteve à frente de um Executivo.

Foi muito ilustrativa a grosseria dos bancos à ofensiva dos economistas do Juntos pela Mudança, dizendo, diante da "explosão da bomba da dívida em pesos", que os bancos não deviam renová-la, porque, se forem governo, vão reestruturá-la etc. Os bancos fizeram ouvidos moucos e refinanciaram maciçamente a dívida. A recusa em rolar a dívida teria criado um grande caos financeiro difícil de administrar durante os próximos meses. A questão não voltou a ser discutida. Eles sentiram fortemente o desprezo dos bancos. Diante do anúncio de Macri, as ações da Bolsa de Valores subiram.

Larreta e sua aliança com setores do radicalismo serão uma alternativa possível, se conseguirem resolver a disputa interna com Bullrich a seu favor.

E consideram que Milei não está em condições de governar, que nem sequer tem um número de quadros que possam ocupar cargos importantes no Estado. Ele não tem ninguém ao seu redor. Mas, as pesquisas mostram que ele vem para disputar o segundo turno, como uma preferência dos eleitores para expressar descontentamento com os partidos e políticos conhecidos. As pesquisas não são confiáveis, mas começaram a preocupar os grandes capitalistas. O establishment o encorajou, financiou-o, colocou-o em todos os meios de comunicação e o desfilou por vários países para colocar temas de interesse em debate, para pressionar os partidos mais à direita. Suas bandeiras de "incendiar o Banco Central, dolarizar a economia" etc. se adequam àqueles que hoje estão fazendo ajustes ou àqueles que querem fazer outro ainda mais profundo. Mas agora eles veem isso com preocupação. O que aconteceria se ele ganhasse? Um banqueiro internacional adverte que poderia haver inflação de 4.500%, se quisesse aplicar seus delírios. Milei mostra a tendência para a guinada à direita da burguesia em todo o mundo, não é um fenômeno local.

Nesse contexto, Massa havia se fortalecido como candidato a ser levado em conta, por causa de suas relações com a embaixada [norte-americana] e com os grandes empresários, pela sua disposição de avançar na entrega de recursos e, acima de tudo, pela disposição de avançar o ajuste, cumprindo, assim, o programa do FMI, independentemente das consequências sobre as condições de vida das massas, sem se importar com a reação contra as medidas. A inflação galopante arruinou grande parte de seu capital político, mas ele ainda está na corrida e com possibilidades. Para eles, Alberto Fernández já está desgastado e não pode suportar outro mandato na Presidência, principalmente por causa da perda de ilusões das massas, não porque não tenha sido obediente às necessidades dos grandes capitalistas.

Esses setores poderosos também atuam para que Cristina Kirchner cumpra sua promessa de não ser candidata e reduza ao máximo a influência de seu setor na determinação das candidaturas. Eles desprezam seu papel no momento, por mais óbvio que seja seu apoio à chegada de Massa ao gabinete e o endosso de suas políticas. O argumento da proibição legal tenta esconder a impotência para reverter o curso de ajuste do governo que chefia. Os mornos comunicados divulgados não passaram de papel morto, diante do objetivo de preservar Cristina da responsabilidade pelo desastre econômico de seu governo.

O grande capital opera nos partidos, nos candidatos, nas frentes, para impor suas políticas e quem pode ser seus melhores representantes, eles colocam seus ovos em todas as cestas.

Entre todos eles, não se deve escolher qual é "o menos ruim", ou "o mal menor", ou punir um votando em outro. Não há como "derrotar a direita" votando naqueles que implementam os planos do FMI, empobrecendo e precarizando a vida da maioria, como se não fossem políticas de "direita". Toda a politicagem patronal deve ser jogada no lixo.

Os trabalhadores devem se tornar politicamente independentes, rejeitando qualquer ideia de que o capitalismo pode ser reformado, que é possível melhorar as condições de vida e de trabalho sem acabar com ele. A única alternativa para os trabalhadores é a sua própria solução política: lutar pela revolução social, pelo socialismo, acabar com a ditadura do capital, com o seu Estado, fortalecer o partido revolucionário que expressa esta estratégia.

Chile

# Qual a origem da violência contra a mulher e o tráfico de drogas?

Evidentemente que esses dois flagelos que vemos e ouvimos são o produto da decomposição do capitalismo em todo o mundo, que os governos – sejam de esquerda ou de direita, progressistas ou retrógrados – não serão capazes de resolver. Todos inventam maneiras diferentes de enfrentá-los, com “soluções” longe da realidade, porque, no fundo, omitem seu conteúdo principal: o ideológico, que nasce de conceitos essencialmente religiosos, usados pela burguesia para esconder sua opressão de classe contra os setores ideológica e materialmente esmagados, isto é, contra a maioria oprimida da nação em cada país.

A mulher feminista e o homem machista são os extremos contraditórios, da mesma situação que não nascem deles mesmo, mas são o resultado de uma sociedade decadente e corrompida; o machismo é a representação da barbárie capitalista em que o ser humano, o homem expressa seu perfil perverso e degradante, derivado da opressão do capitalismo que nos leva à decadência social, reproduzindo diante da mulher todas as suas frustrações, produto da terrível realidade social em que vive. É um ser abominável aos olhos dos que administram a “justiça”, tendo sempre uma desculpa perante quem lhe é próximo, que sofre exploração e humilhação do Estado, da burocracia política, judicial e policial, todas ferramentas à disposição da classe dominante para subjugar a classe operária, seu principal inimigo, mas as estendendo à maioria nacional, composta por múltiplos setores que moldam o conjunto de explorados e marginalizados dessa sociedade decadente.

Nesta o “gênero” mulher é dividido em dois: mulheres burguesas e proletárias. A participação das mulheres proletárias é insignificante na produção capitalista, porque o Chile é um país de capitalismo atrasado, submetido a uma economia globalizada. Dentro do país, o grande capital multinacional, dono de toda a riqueza, que submete a nação a viver de uma produção manufatureira precária e de uma produção extrativa miserável, combinam-se com características pré-capitalistas que utilizam técnicas precárias na produção de cobre e minerais, assim como o trabalho realizado pelos garimpeiros e os de outros recursos naturais, como os da pesca artesanal e os setores mapuches na coleta de pinhões e outros.

Esse atraso explica a existência de um proletariado minoritário, majoritariamente masculino na produção de minerais, na grande indústria principalmente empresas transnacionais e privadas nacionais e de médio porte. A grande mineradora nacional CODELCO, hoje proprietários de mais de 70% da mineração, sofre um declínio gradual, porque tem sido usada, nos últimos quase 50 anos, como caixa pagadora

pelo governo militar e pelos governos civis que executam esta DITADURA PERMANENTEMENTE EM FAVOR DA CLASSE BURGUESA.

O país se sustenta com a contribuição do Imposto de Valor Agregado (IVA), que é complementada pelos aportes da empresa estatal mineira, pagamento que ultrapassa em cinco vezes a contribuição privada, incapacitando o Estado para melhorar a saúde e a educação, considerando que a sua maior contribuição é desviada para despesas com as Forças Armadas e a polícia, com a segurança fingida e mentirosa, pois o objetivo principal é impedir qualquer protesto dos explorados.

As mulheres dos estratos mais baixos se empregam no serviço doméstico, limpeza e reposição de mercadorias em grandes lojas de capital estrangeiro e em menor número em estabelecimentos nacionais, trabalhando em condições de extrema exploração patronal. Mas também sofrem devido a sua função reprodutiva, sendo segregadas por terem muitos filhos, o que piora sua vida de miséria, fome e a subjugação criada pela religião e reforçamento dos preconceitos antiaborto, que o Estado assume na elaboração de leis e que a burguesia usa como arma de vassalagem.

Por outro lado, as mulheres da classe média e alta ocupam posições gerenciais intermediárias na iniciativa privada e posições como profissionais de alto escalão em serviços públicos e privados, por exemplo, nos governos, na educação, na saúde, nas empresas privadas. Em quase todos esses setores elas exercem suas atividades em desigualdade em relação aos trabalhadores do sexo masculino, com algumas exceções, principalmente quanto às diferenças salariais sempre inferior à dos homens, o que as levam a suportar a desigualdade de “gênero”, empreendendo uma luta legítima contra essa desigualdade, uma vez que homens e mulheres, de acordo com suas habilidades, devem ter os mesmos direitos.

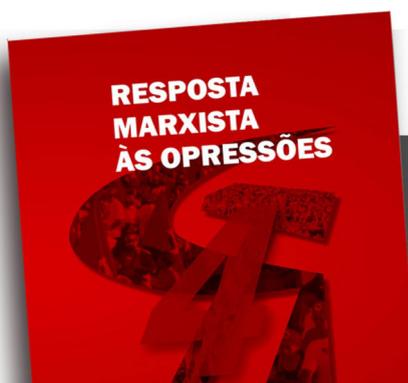
O que não concordamos é com o feminismo burguês que distorce ou omite o conteúdo da opressão de classe, que a burguesia exerce sobre as mulheres em geral, igualdade que só será alcançada sob a liderança política da classe operária, através da tomada do poder pelo exercício de uma ditadura contra a dominação da classe burguesa, isto é, contra a sua atual ditadura, que será substituída pela democracia proletária, em um governo de maioria nacional e com um governo operário-camponês.

*(Extraído do Boletim Revolução Proletária, nº 13, Comitê Construtor do POR do Chile)*

**Publicado o livro:**

## RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

**As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social.** As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR

# As formulações marxista-leninista sobre a autodeterminação, o direito de separação e anexação mantêm sua vigência diante da guerra na Ucrânia



Nos jornais Massas 683, 684, 685 e 686, fomos publicando os pontos do folheto de Lênin “Balanço de uma discussão sobre o direito das

nações à autodeterminação”, em uma ordem que destacava as formulações sobre a anexação, em função do que se passa na guerra da Ucrânia. Eis por que, dada a limitação de espaço, iniciamos no jornal Massas 683 com os pontos 1. “O socialismo e o direito das nações à autodeterminação”, 3. “O que é uma anexação?”, 4. “Por que estar a favor ou contra as anexações?”, 5. “Por que a socialdemocracia se opõe às anexações?”. No jornal Massas 684, publicamos o “Balanço de uma discussão sobre o direito das nações à autodeterminação” e os pontos 2. “É realizável a democracia sob o imperialismo?”, 6. “É possível contrapor as colônias à “Europa” quanto a esse problema?”. No jornal Massas 685, publicamos o ponto 7. “Marxismo ou proudhonismo?”. No Massas 686, publicamos o ponto 8. “O particular e o geral na posição dos socialdemocratas internacionalistas holandeses e polacos”. Concluímos nesse jornal Massas a publicação integral do folheto, com os pontos 9. “Uma carta de Engels a Kautsky”, 10. “A insurreição irlandesa de 1916”, e a “Conclusão”.

Destacamos do ponto 9 a seguinte formulação: “As antipatias nacionais não desaparecerão prontamente; o ódio – e muito legítimo – de uma nação oprimida contra a opressora perdurará por um tempo; se evaporará somente depois da vitória do socialismo e depois que se estabeleçam de maneira definitiva relações absolutamente democráticas entre as nações. Se queremos ser fiéis ao socialismo, devemos trabalhar desde já a educação internacionalista das massas, coisa impossível nas nações opressoras sem defender a liberdade de separação para as nações oprimidas”. Do ponto 10, as seguintes passagens: “Os pontos de vista dos inimigos da autodeterminação levam à conclusão de que a vitalidade das pequenas nações oprimidas pelo imperialismo já está esgotada, que não podem desempenhar nenhum papel contra o imperialismo, que apoiar suas aspirações puramente nacionais não conduzirá a nada etc. A experiência da guerra imperialista de 1914-1916 dá uma refutação concreta a semelhantes conclusões. A guerra tem sido uma época de crise para as nações da Europa Ocidental, para todo o imperialismo. Toda crise descarta o convencional, arranca os invólucros exteriores, varre o obsoleto, põe às claras as forças e as molas mais ocultas” (...) “Quem espera uma revolução social “pura” jamais a verá. É um revolucionário de palavra e não compreende o que é uma verdadeira revolução”. (...) “O capitalismo não está constituído de modo tão harmônico como para que as distintas fontes da sublevação confluem por si mesmas

imediatamente, sem fracassos, nem derrotas.”. Quanto à Conclusão, destacamos: “A reivindicação da autodeterminação das nações - contra a afirmação equivocada dos socialdemocratas polacos - desempenhou em nossa agitação partidária um papel não menos importante, por exemplo, o armamento do povo, a separação da Igreja do Estado, a eleição de funcionários pelo povo e outros pontos que os filisteus qualificam de “utópicos”. “ (...) “E todavia os social imperialistas francos, ao estilo de Lensch, se rebelam de maneira direta contra a autodeterminação e a renúncia às anexações”. (...) “Na imprensa legal dos partidários de Gkozdiev (Nash Golos), Martov escreveu pró a autodeterminação, assinalando a indiscutível verdade de que a mesma, durante a guerra imperialista, não implica ainda participação, mas esquivando o principal – também esquivando na imprensa ilegal, livre! -, isto é, que também em tempos de paz a Rússia bateu o recorde mundial de opressão de nações com um imperialismo muito mais brutal, medieval, economicamente atrasado, militar e burocrático”.

Tudo indica que, até onde chegamos no estudo sobre as fundamentações programáticas de Lênin quanto à autodeterminação, o direito de separação e a anexação, o folheto “Balanço de uma discussão sobre o direito das nações à autodeterminação”, de julho de 1916, contém a mais desenvolvida e sólida elaboração, cuja vigência se mantém integralmente. Concluída essa publicação, faremos uma edição na forma de um folheto.

## 9 – Uma carta de Engels a Kautsky

Em seu folheto O socialismo e a política colonial (Berlim, 1907), Kautsky, que na época era ainda marxista, publicou a carta escrita por Engels, em 12 de setembro de 1882, uma carta de grande interesse no que se refere ao problema que tratamos; a parte principal dessa carta diz:

“... Na minha opinião, as colônias propriamente ditas, ou seja, as terras ocupadas pela população europeia, o Canadá, o Cabo e a Austrália, todas serão independentes; por outro lado, nos países submetidos, povoados por aborígenes, Índia, Argélia, possessões holandesas, portuguesas e espanholas, por hora o proletariado deve tomar conta delas e levá-las à independência com a maior rapidez possível. É difícil dizer como se desenvolverá precisamente esse pro-

cesso. Talvez a Índia, na realidade muito provavelmente, fará uma revolução e dado que um proletariado em processo de emancipação não pode travar guerras coloniais, terá de permitir-lhe que siga seu curso. Além disso, não sem que se produza toda espécie de destruição, mas tais coisas são inerentes a todas as revoluções. O mesmo pode ocorrer em outros lugares, por exemplo, na Argélia e no Egito, e parte nós, indiscutivelmente, seria melhor.

Em nossa casa, teremos bastante trabalho. Uma vez reorganizadas a Europa e a América do Norte, isso dará uma força colossal e um exemplo tal, que os países semicivilizados terão espontaneamente de segui-los; as mesmas necessidades econômicas os empurrarão a isso. Quanto quais fases sociais e políticas terão de atravessar então esses países, até chegar a eles a organização socialista, sobre isso, creio, somente po-

deríamos formular hipóteses bastante vagas. Somente uma coisa é inegável: o proletariado vitorioso não pode impor a nenhum povo alheio a felicidade pela força, sem minar sua própria vitória. Claro, isso não exclui, de nenhuma forma as guerras defensivas de toda espécie...”

Engels está longe de supor que o “econômico”, por si só e de forma imediata, resolverá todas as dificuldades. Uma revolução econômica impulsionará todos os povos a tender ao socialismo, mas, com as revoluções, as guerras contra o Estado socialista são possíveis. A adaptação da política à economia se produzirá inevitavelmente, mas não imediatamente, ou suavemente, nem rapidamente ou diretamente. Engels coloca como “indubitável” somente um princípio, indiscutivelmente internacionalista, que ele aplica a todos os “povos estrangeiros”, isto é, não só os povos coloniais: impor-lhes uma felicidade forçada equivaleria a comprometer a vitória do proletariado.

Ao realizar a revolução social, o proletariado não se transformará em uma coleção de santos, não estará imunizado contra erros e debilidades. Mas os possíveis erros (e as tentativas interessadamente egoístas de cavalgar sobre outros) inevitavelmente o levarão a compreender essa verdade.

Todos nós, a esquerda de Zimmerwald, estamos convencidos, tal como o estava, por exemplo, Kautsky antes de sua virada do marxismo para a defesa do chauvinismo em 1914, de que a revolução socialista é perfeitamente possível no futuro mais próximo, “do que hoje a amanhã”, como se expressou uma vez o próprio Kautsky. As antipatias nacionais não desaparecerão prontamente; o ódio – e muito legítimo – de uma nação oprimida contra a opressora perdurará por um tempo; se evaporará somente depois da vitória do socialismo e depois que se estabeleçam de maneira definitiva relações absolutamente democráticas entre as nações. Se queremos ser fiéis ao socialismo, devemos trabalhar desde já a educação internacionalista das massas, coisa impossível nas nações opressoras sem defender a liberdade de separação para as nações oprimidas.

## 10 – A insurreição irlandesa de 1916

Nossas teses foram escritas antes dessa insurreição, que servirá para verificar nossos pontos de vista teóricos.

Os pontos de vista dos inimigos da autodeterminação levam à conclusão de que a vitalidade das pequenas nações oprimidas pelo imperialismo já está esgotada, que não podem desempenhar nenhum papel contra o imperialismo, que apoiar suas aspirações puramente nacionais não conduzirá a nada etc. A experiência da guerra imperialista de 1914-1916 dá uma refutação concreta a semelhantes conclusões.

A guerra tem sido uma época de crise para as nações da Europa Ocidental, para todo o imperialismo. Toda crise descarta o convencional, arranca os invólucros exteriores, varre o obsoleto, põe às claras as forças e as molas mais ocultas. O que tem revelado, do ponto de vista das nações oprimidas? Uma série de tentativas de insurreição nas colônias, que logo as nações opressoras procuram ocultar por

todos os meios, com a ajuda da censura militar. Sabe-se, no entanto, que os ingleses esmagaram ferozmente o motim de seu exército hindu em Cingapura; que houve tentativas de insurreição no Anam francês e nos Camarões alemão; que na Europa, por um lado, se rebelou a Irlanda, a qual pacificaram por meio da condenação à morte os ingleses “amantes da liberdade”, que não se atreveram a impor aos irlandeses o serviço militar obrigatório; e, por outro lado, o governo austríaco condenou à morte deputados da Assembleia Tcheca “por traição” e pelo mesmo crime fuzilou regimentos inteiros de tchecos.

Evidentemente, essa enumeração está longe de ser completa. No entanto, demonstra que pequenas chamas de sublevação nacional, relacionadas com a crise do imperialismo, brotaram tanto nas colônias como na Europa; que as simpatias e antipatias nacionais se manifestaram apesar das ameaças e medidas de repressão. Contudo, a crise do imperialismo ainda está longe de seu ápice; a força da burguesia imperialista ainda não foi quebrada (uma guerra “até de desgaste” pode conduzir a isso, mas ainda não ocorreu); os movimentos proletários dentro dos países imperialistas são ainda muito débeis. Então, o que ocorrerá quando a guerra provocar um esgotamento total, ou quando sob os golpes da luta proletária o poder da burguesia cambalear, ainda que seja em um país, tal como cambaleou o poder do czarismo em 1905?

No jornal Berner Tagwacht, órgão dos Zimmerwald, incluindo alguns da esquerda, apareceu, em 9 de maio de 1916, um artigo sobre a insurreição irlandesa, assinado com as iniciais K. R. intitulado “A canção acabou”. A sublevação irlandesa é classificada de “putsch”, nem mais nem menos, pois diz, “o problema irlandês era um problema agrário”, os camponeses ficaram tranquilos com as reformas e o movimento nacionalista é agora “um movimento nitidamente urbano, pequeno-burguês, por trás do qual, apesar do expresso grande ruído que produzem, há muito pouco do ponto de vista social”.

Não surpreende que essa afirmação monstruosamente doutrinária e pedante coincida com a de um kadete nacional liberal russo, o senhor A. Kulisher (Riech, número 102, 15 de abril de 1916), que também qualificou a insurreição de “putsch de Dublin”.

Permita-nos expressar a esperança de que, segundo o provérbio “há males que vem para o bem”, muitos camaradas que não compreendiam em que pântano estava pisando ao negar a “autodeterminação” e menosprezar os movimentos nacionais das pequenas nações, abriram agora os olhos, devido a essa “casual” coincidência entre o julgamento de um representante da burguesia imperialista e o julgamento de um socialdemocrata!!

Pode-se aplicar o termo “putsch”, cientificamente falando, somente quando a tentativa de sublevação não revelou outra coisa senão um círculo de conspiradores ou de irresponsáveis, quando não despertou nenhuma simpatia nas massas. O movimento nacional irlandês, que tem séculos de existência, que atravessou diversas etapas e combinações de interesses de classes, se traduz, entre outras coisas, em um Congresso Nacional Irlandês de massas, realizado na

América do Norte (ver *Vorwärts*, 20 de março de 1916), que se pronunciou pela independência da Irlanda; se expressou em combates de rua, nos quais interveio uma parte da pequena burguesia urbana e uma parte dos operários, depois de uma prolongada agitação nas massas, demonstrações, proibições de jornais etc. Quem chama putsch a semelhante sublevação é um reacionário ou um doutrinário desesperadamente incapaz de imaginar a revolução social como um fenômeno vivo.

Acreditar que a revolução social é concebível sem sublevações das pequenas nações nas colônias e na Europa, sem explosões revolucionárias de uma parte da pequena burguesia, com todos os seus preconceitos, sem o movimento das massas politicamente não conscientes, proletárias e semiproletárias, contra a opressão latifundiária, clerical, monárquica, contra a opressão nacional etc., acredita que tudo isso significa renegar a revolução social. Certamente, se alinhará em algum lugar do exército, e dirá: “estamos pelo socialismo”; e em outro lugar de outro exército: “estamos pelo imperialismo”, e isso será uma revolução social! Somente desse ponto de vista, pedante e ridículo, é concebível taxar de “putsch” a sublevação irlandesa.

Quem espera uma revolução social “pura” jamais a verá. É um revolucionário de palavra e não compreende o que é uma verdadeira revolução.

A revolução russa de 1905 foi democrático-burguesa. Consistiu em uma série de combates de todos os grupos, classes e elementos descontentes da população. Entre eles estavam as massas com os preconceitos mais grosseiros, com as ideias mais confusas e fantásticas sobre os objetivos da luta, houve pequenos grupos que recebiam dinheiro japonês, houve especuladores e aventureiros etc. Mas, objetivamente, o movimento das massas quebrava o czarismo e abria o caminho para a democracia; e, assim, os operários com consciência de classe o dirigiam.

A revolução socialista na Europa não pode ser outra coisa que um estouro da luta de massas por parte de todos os oprimidos e descontentes. Setores da pequena burguesia e operários atrasados participaram inevitavelmente nessa luta – sem tal participação não é possível uma luta de massas, não é possível nenhuma revolução – e igualmente inevitável é que levem para o movimento seus preconceitos, suas fantasias reacionárias, suas debilidades e erros. Mas, objetivamente, atacaram o capital, e a vanguarda com consciência de classe sobre a revolução, o proletariado avançado, que expressará essa verdade objetiva da luta de massas, multiforme, discordante, heterogênea e exteriormente dispersa, poderá aglutiná-la e orientá-la a conquistar o poder, apoderar-se dos bancos, expropriar os trusts, odiados por todos (ainda que com diferentes razões!), e realizar outras medidas ditatoriais, que compõem como um todo, o derrocada da burguesia e a vitória do socialismo, que não se “purificará” no primeiro momento, nem muito menos, da escória pequeno-burguesa.

A socialdemocracia, lemos nas teses polacas (I, 4), “deve aproveitar a luta da jovem burguesia colonial contra o imperialismo europeu, para agudizar a crise revolucionária na Europa.”

Não está evidente que é inadmissível contrapor a Europa às colônias, nesse sentido? A luta das nações oprimidas na Europa, capaz de transformar-se em sublevações e combates de rua, de chegar até a romper a férrea disciplina do exército e do estado de sítio, “agudizará a crise revolucionária na Europa” com força imensamente maior que uma sublevação muito mais desenvolvida em uma colônia distante. Se os golpes são iguais em força, o golpe ao poder da burguesia imperialista inglesa pela insurreição na Irlanda tem um significado político cem vezes maior do que outro golpe na Ásia ou na África.

A imprensa chauvinista francesa comunicou recentemente o aparecimento, na Bélgica, do número 80 da revista clandestina *Bélgica Livre*. Entretanto, a imprensa chauvinista da França mente com frequência, mas esta notícia tem um indício de ser verdadeira. Enquanto que a socialdemocracia chauvinista e kautskista alemã, não criou em dois anos de guerra uma imprensa livre, e tem suportado servilmente o jugo da censura militar (somente os elementos radicais da esquerda publicaram, para sua honra, folhetos e convocações, apesar da censura), e, nesse tempo, uma culta nação oprimida responde à inaudita brutalidade da opressão militar, criando um órgão de protesto revolucionário! A dialética da história é tal, que as pequenas nações, impotentes como fator independente na luta contra o imperialismo, desempenham seu papel como um dos fermentos, um dos bacilos que ajudam para que apareça em cena a verdadeira força anti-imperialista, isto é, o proletariado socialista.

Na atual guerra, os Estados maiores procuram meticulosamente utilizar todo movimento nacional e revolucionário no campo inimigo: os alemães, a sublevação irlandesa; os franceses, o movimento tcheco etc. E deste ponto de vista atuam muito antecedência. Não se toma a sério uma guerra séria, se não se aproveita a menor debilidade do inimigo, se não se aproveita qualquer vantagem, mais ainda, quando não se pode saber com antecipação qual o momento, onde e com quanta força “estourará” alguma pólvora. Seríamos muito maus revolucionários se na grande guerra emancipadora do proletário pelo socialismo não soubéssemos aproveitar todo movimento popular contra cada uma das calamidades do imperialismo, para agudizar e ampliar a crise. Se nos colocarmos, por um lado, a declamar e repetir em mil tons que estamos “contra” toda opressão nacional, e, por outro, a qualificar de “putsch” a heroica sublevação do setor mais ativo e esclarecido de algumas classes de uma nação oprimida contra seus opressores, nos rebaixaríamos a um nível de leviandade igual ao dos kautskistas.

A desgraça dos irlandeses está em ter sublevado-se prematuramente, quando a sublevação europeia do proletariado todavia não havia amadurecido. O capitalismo não está constituído de modo tão harmônico como para que as distintas fontes da sublevação confluam por si mesmas imediatamente, sem fracassos, nem derrotas. Pelo contrário, justamente o fato de que as sublevações ocorram em diferentes momentos, formas e locais garante a amplitude e profundidade do movimento geral; somente passando pela experiência de movimentos revolucionários extemporâneos, parciais, dispersos, e por isso condenados ao fracasso, as massas adquirirão experiência, aprenderão, reunirão forças,

conhecerão suas direções autênticas, os proletários socialistas, e, dessa forma, se prepararão para a ofensiva geral, tal como as greves parciais, as demonstrações locais e nacionais, os motins no exército, as explosões no campesinato etc., prepararam a ofensiva geral em 1905.

## 11 – Conclusão

A reivindicação da autodeterminação das nações - contra a afirmação equivocada dos socialdemocratas polacos - desempenhou em nossa agitação partidária um papel não menos importante, por exemplo, o armamento do povo, a separação da Igreja do Estado, a eleição de funcionários pelo povo e outros pontos que os filisteus qualificam de “utópicos”. Pelo contrário, o crescimento dos movimentos nacionais depois de 1905 naturalmente provocou o fortalecimento de nossa agitação: apareceu uma série de artigos em 1912-1913, se aprovou em 1913 a resolução de nosso partido, que deu uma exata definição anti-kautskista (isto é, irreconciliável com um “reconhecimento” puramente verbal) da essência da questão.

Naquele momento, se evidenciou um fato que seria inútil passar por cima: os oportunistas de diferentes nacionalidades, o ucraniano Yurkevich, o bundista Libman, o Semkovski laçao russo de Potresov e Cia., se manifestaram pelos argumentos de Rosa Luxemburgo contra a autodeterminação! O que na socialdemocracia polaca havia sido somente uma generalização teórica equivocada das particulares condições do movimento na Polônia, no âmbito mais amplo, nas condições de um país grande, não pequeno, em escala internacional, não estritamente polaca, se transformou na prática, objetivamente, em apoio oportunista ao imperialismo grão-russo. A história das correntes de pensamento político (a diferença dos pontos de vista individuais) confirmou a justeza de nosso programa.

E todavia os social imperialistas francos, ao estilo de Lensch, se rebelam de maneira direta contra a autodeterminação e a renúncia às anexações. Enquanto os kautskistas reconhecem hipocritamente a autodeterminação: em nossa Rússia marcham por esse caminho Trotsky e Martov. Em palavras, ambos são pela autodeterminação, como Kautsky. Mas na prática? Enquanto Trotsky – tomem seus artigos “A nação e a economia”, publicado no Nashe Slovo – observamos seu ecletismo habitual: de um lado, a economia une as nações; de outro, a opressão nacional as desune. Conclusão? A conclusão é que a hipocrisia imperante continua sem ser desmascarada, a agitação não tem vida, não toca o principal, o fundamental, o essencial, o estritamente vinculado à prática: a atitude a tomar com relação à nação que “minha” nação oprime. Martov e outros secretários estrangeiros preferiram simplesmente esquecer – proveitoso esquecimento! – a luta de seu colega Semkovsky contra a autodeterminação. Na imprensa legal dos partidários de Gkozdiev (Nash Golos), Martov escreveu pró a autodeterminação, assinalando a indiscutível verdade de que a mesma, durante a guerra imperialista, não implica ainda participação, mas esquivando o principal – também esquivava na imprensa ilegal, livre!

-, isto é, que também em tempos de paz a Rússia bateu o recorde mundial de opressão de nações com um imperialismo muito mais brutal, medieval, economicamente atrasado, militar e burocrático. O socialdemocrata russo que “reconhece” o direito das nações à autodeterminação, mais ou menos como o reconhecem o senhores Plekhanov, Potresov e Cia, isto é, sem lutar pela liberdade de separação das nações oprimidas pelo czarismo, é, de fato, um imperialista e um laçao do czarismo.

Sejam quais forem as “boas intenções subjetivas de Trotsky e Martov com sua atitude evasiva, objetivamente apoiam o social-imperialismo russo. A época imperialista transformou todas as “grandes” potências em opressoras de uma série de nações, e o desenvolvimento do imperialismo conduzirá de forma inexorável a uma divisão mais definida de correntes na socialdemocracia internacional, no que se refere a esse problema.

*(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXIII, Akal Editor)*

Nossa observação: Lênin apresenta uma crítica a Trotsky, referindo-se a seus artigos “A nação e a economia”, publicado no Nashe Slovo”. No desenvolvimento de suas formulações, Trotsky avança a sua compreensão leninista sobre essa questão. Já em maio de 1917, no escrito “O Programa para a Paz”, se encontra o seguinte entendimento marxista: “Vimos anteriormente que para solucionar os problemas concretos no âmbito dos grupos nacionais de um Estado o socialismo não pode dar nenhum passo sem o princípio da autodeterminação nacional, que em última instância é o reconhecimento do direito de todos os grupos nacionais decidirem seu destino nacional e, portanto, o direito dos povos de se separar de um determinado Estado (como por exemplo, da Rússia ou Áustria)”. Em particular ao problema da anexação, Trotsky afirma: “Portanto, é uma condição necessária um poderoso movimento do proletariado para a realização efetiva de um paz sem anexação”.

**R\$5**

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

**Sobre o direito à autodeterminação das nações**

Coletânea de Textos

**Lênin e Trotsky**

**Adquira com o distribuidor do Massas:**

**POR** PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

**MASSAS**

**Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

